



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

CAMPUS CHAPECÓ

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

EVANDRO ACCADROLI

**NO CONFLITO: A EXPERIÊNCIA DA GREVE DE 2011
PROTAGONIZADA PELO SINTE –
SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA**

CHAPECÓ

2020

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

EVANDRO ACCADROLLI

**NO CONFLITO: A EXPERIÊNCIA DA GREVE DE 2011
PROTAGONIZADA PELO SINTE –
SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal da Fronteira Sul, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Émerson Neves da Silva

Linha 2: História dos Movimentos e das Relações Sociais.

CHAPECÓ

2020

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Accadrolli, Evandro

A EXPERIÊNCIA DA GREVE DE 2011: CONFLITO
PROTAGONIZADA PELO SINDICATO DOS TRABALHADORES EM
EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA / Evandro Accadrolli. --
2020.

125 f.:il.

Orientador: DOUTOR Êmerson Neves da Silva

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da
Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em História,
Chapecó, SC, 2020.

I. Silva, Êmerson Neves da, orient. II. Universidade
Federal da Fronteira Sul. III. Título.

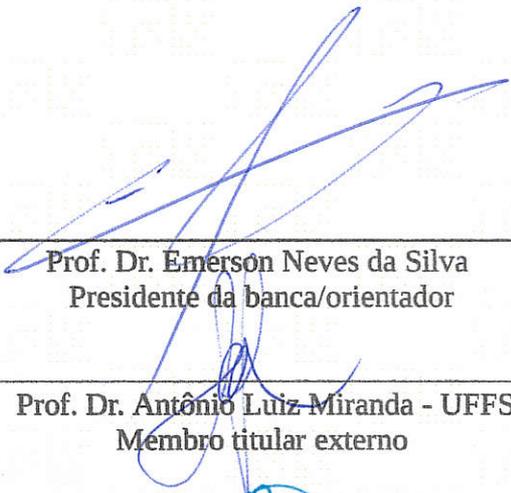
EVANDRO ACCADROLLI

**NO CONFLITO: A EXPERIÊNCIA DA GREVE DE 2011 PROTAGONIZADA PELO SINTE –
SINDICATO DOS TRABALHORES EM EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal da
Fronteira Sul – UFFS. Para obtenção do título de Mestre em História, defendido em banca
examinadora em 22/07/2020

Aprovado em: 22/07/2020

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Emerson Neves da Silva
Presidente da banca/orientador

Prof. Dr. Antônio Luiz Miranda - UFFS
Membro titular externo



Prof. Dr. Antônio Marcos Myskiw - UFFS
Membro titular interno

Prof. Dr. Claiton Márcio da Silva
Membro interno suplente

Chapecó/SC, julho de 2020

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha filha e à minha família, que sempre estiveram juntos comigo nas lutas e nas vitórias.

Ao meu orientador, pela liberdade, confiança e compromisso que teve com minha dissertação de mestrado.

Aos professores, que, além de excelentes profissionais, são militantes das causas da educação, dos seus compromissos, das lutas para a ampliação de cursos e implantação da oferta de mestrados.

Aos meus colegas de mestrado, pela parceria e amizade conquistada no percurso dos estudos.

Aos meus amigos e amigas, que me motivaram a iniciar e concluir este estudo.

Às lideranças, aos colegas e aos funcionários do Sinte/SC, por disponibilizar os arquivos e fornecer os documentos necessários para desenvolver minha pesquisa.

Aos governos populares de Lula e Dilma, que deram prioridade e tiveram decisão política de construir e garantir recursos para a manutenção dessa importante universidade com seus cursos de pós-graduação em várias áreas.

Aos diversos movimentos sociais, aos movimentos estudantis, aos movimentos da educação e aos sindicatos que se envolveram nas lutas para conquistar a tão sonhada universidade federal, suprimindo uma carência histórica da nossa região de ter uma universidade pública, gratuita e de qualidade.

RESUMO

Este estudo trata de analisar uma das greves dos profissionais da educação do estado de Santa Catarina que ocorreu no ano de 2011, quando teve destaque a pauta da implantação do piso nacional do magistério. Percebeu-se que um conjunto de fatores influenciou para desencadear um processo de mobilização intenso que alcançou o maior índice de paralisação da história do segmento durante o longo período de 62 dias. O objetivo desta dissertação é analisar esse fato histórico buscando compreender as causas e seus desdobramentos dentro do contexto em que ocorreu, utilizando uma metodologia de pesquisa baseada na revisão de literatura de autores clássicos da história do movimento operário, as transformações conceituais e históricas da trajetória de luta dos trabalhadores no contexto geral e no Brasil, especificamente a trajetória sindical dos trabalhadores em educação no país e no estado de Santa Catarina, até chegar no contexto da greve de 2011. O fato histórico que passamos a analisar baseia-se em documentos e dados disponibilizados pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação do estado de Santa Catarina (Sinte), além de publicações anteriormente produzidas sobre o tema. Isso demonstra não apenas a relevância desse acontecimento, mas procura compreender os fatores internos e externos da organização dos professores que influenciaram o desencadear da paralisação intensa e duradoura e suas consequências dialéticas. De um lado, observa-se o êxito do movimento em relação aos resultados práticos e simbólicos, de outro, as polêmicas e fatores internos de disputa da hegemonia na organização sindical em questão. Enfim, constata-se que trabalho como este contribui para evitar a simplificação dos acontecimentos complexos e da necessidade de um aprofundamento das narrativas para que se constitua num discurso consistente, além de abrir outras possibilidades de aprofundar aspectos ainda não explorados suficientemente.

Palavras-chave: Organização sindical dos(as) trabalhadores(as) na educação. Piso nacional do magistério. Desafios da educação.

ABSTRACT

This study aims to analyze one of the strikes of education professionals in the state of Santa Catarina that occurred in 2011, when the agenda of the implementation of the national floor of the magisterium was highlighted. It was realized that a set of factors influenced to trigger a process of intense mobilization that reached the highest rate of paralysis in the segment's history during the long period of 62 days. The objective of this dissertation is to analyze this historical fact seeking to understand the causes and their unfolding within the context in which it occurred, using a research methodology based on the literature review of classical authors of the history of the labor movement, the conceptual and historical transformations of the workers' trajectory of struggle in the general context and in Brazil, specifically the union trajectory of workers in education in the country and in the state of Santa Catarina, until arriving in the context of the 2011 strike. The historical fact that we started to analyze is based on documents and data made available by the Union of Workers in Education of the state of Santa Catarina (Site), as well as previously produced publications on the subject. This demonstrates not only the relevance of this event, but seeks to understand the internal and external factors of the teachers' organization that influenced the unleashing of intense and lasting paralysis and its dialectical consequences. On the one hand, one observes the success of the movement in relation to the practical and symbolic results, on the other, the polemics and internal factors of dispute of hegemony in the trade union organization in question. Finally, it is noted that work such as this helps to avoid the simplification of complex events and the need to deepen narratives to form a consistent discourse, in addition to opening up other possibilities of deepening aspects not yet sufficiently explored.

Keywords: Union organization of workers in education. National level of teaching. Challenges of education.

SUMÁRIO

Apresentação.....	122
Capítulo I	
Revisão da literatura sobre movimento sindical e organização dos trabalhadores em educação.....	155
A organização sindical no mundo moderno	155
A organização sindical no Brasil	221
Movimento sindical e movimentos sociais no campo da educação	30
História da organização sindical dos professores e professoras em Santa Catarina e o piso nacional salarial do magistério	399
O contexto de mudanças no mundo do trabalho e consequências na organização dos(as) trabalhadores(as)	599
Capítulo II	
No conflito: a experiência da greve do Sinte em 2011.....	655
Quadro político de correlação de forças interna e externa ao Sinte.....	70
Situação econômica do momento	75
Os motivos da greve.....	76
O desencadeamento da mobilização	80
Resultados da greve	91
Capítulo III	
Análise do movimento grevista do magistério catarinense no ano de 2011: dentro do conflito.....	98
Metodologia de pesquisa e análise	98
Considerações finais.....	1066
Referências bibliográficas.....	110
Anexos.....	1177

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Histórico dos congressos estaduais do Sinte	43
Quadro 2 - Histórico dos presidentes ou coordenadores(as) do Sinte e respectivas forças políticas.....	44
Quadro 3 - Histórico de greves dos(as) trabalhadores(as) em educação em Santa Catarina.....	56
Quadro 4 - Composição da direção estadual do Sinte por forças políticas no período da greve de 2011.....	71
Quadro 5 - Desenho metodológico de análise.....	99

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Regionais do Sinte em 2011: número de professores, índice de filiação e força política.....	72
Tabela 2 - Variação percentual dos profissionais do magistério por níveis de escolaridade – 2004/2010.....	80
Tabela 3 - Variação % dos profissionais do magistério por níveis de escolaridade - 2004/2010.....	93
Tabela 4 - Plano salarial do magistério de Santa Catarina.....	103

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Organograma das instâncias do Sinte.....	45
Figura 2 - PIB dos países em 2011 (%)	76
Figura 3 - Assembleia estadual do Sinte, passarela Nego Quirino, Florianópolis dia 11 de maio.....	83
Figura 4 - Assembleia estadual do Site, passarela Nego Quirino, Florianópolis, dia 9 de junho 2011.....	87
Figura 5 - Raimundo Colombo convoca professores em greve para uma reunião na casa da Agrônômica.....	89
Figura 6 - Alesc Assembleia Legislativa de Santa Catarina, dia 6 de julho.....	90
Figura 7 - Fim da greve.....	91

LISTA DE SIGLAS

ADIn - Ação Direta de Inconstitucionalidade
ACE - Acordo Coletivo Especial
ACT - Admitidos em Caráter Temporário
ANDE - Associação Nacional de Educação
ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
APEOESP - Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo
ARTISIND - Articulação Sindical
ALESC - Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
ACAFE - Associação Catarinense das Fundações Educacionais
ACP - Associação Catarinense de Professores
ASSESC - Associação de Ensino de Santa Catarina
APLB - Associação de Professores Licenciados do Brasil
ALISC - Associação dos Licenciados de Santa Catarina
APUFSC - Associação dos Professores da UFSC
PROASC - Associação dos Professores do Sul-Catarinense
ADCT - Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
AI-5 - Ato Institucional número 5
CBE - Conferência Brasileira de Educação
CGT - Central Geral dos Trabalhadores
CSP-Conlutas - Central Sindical e Popular Conlutas
CUT - Central Única dos Trabalhadores
CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
CI - Comunicação Interna
CBT - Confederação Brasileira do Trabalho
CPPB - Confederação dos Professores Primários do Brasil
CEE - Conselho Estadual de Educação
CLT - Consolidação das Leis do Trabalho
CPB - Confederação dos Professores do Brasil
DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

DRU - Desvinculação das Receitas da União

FS - Força Sindical

FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MP - Medida Provisória

MEC - Ministério da Educação e Cultura

MTS - Movimento por uma Tendência Socialista

RC - Movimento Resistir e Conquistar

NMSs - Novos Movimentos Sociais

PLR - Participação nos Lucros e Resultados

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PCdoB - Partido Comunista do Brasil

PCF - Partido Comunista Francês

PT - Partido dos Trabalhadores

PO - Partido Operário

PCS - Plano de Cargos e Salários

PEE - Plano Estadual de Educação

PNE - Plano Nacional de Educação

PIB - Produto Interno Bruto

PEC - Projeto de Emenda Constitucional

PLC - Projeto de Lei Complementar

SIMPRO - Sindicato dos Professores de Florianópolis (escolas particulares)

SINTE - Sindicato dos Trabalhadores em Educação

SINASEFE - Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica

SLC - Sociedade Londrina de Correspondência

STF - Supremo Tribunal Federal

TIC - Tecnologia de Informação e Comunicação

TST - Tribunal Superior do Trabalho

UCE - União Catarinense de Estudantes

UNATE - União Nacional dos Trabalhadores em Educação

UFFS - Universidade Federal da Fronteira Sul

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

USAID - United States Agency for International Development

APRESENTAÇÃO

No dia 18 de maio de 2011 iniciou a maior greve do magistério catarinense, de 62 dias de paralisação total das escolas, protagonizando grandes mobilizações, ampla repercussão e apoio da sociedade, resultando em conquistas inéditas da categoria.

O movimento iniciou como mais uma greve dos professores, como tantas outras anteriores, porém, num contexto econômico favorável e no descumprimento do governo de um direito dos educadores conquistado depois de muitas lutas, combinado com o surgimento de novas formas de comunicação e organização. Assim se desencadeou e se caracterizou um movimento histórico, é que pretendemos analisar nesta dissertação.

Partimos dos questionamentos: qual o significado histórico? Quais os efeitos futuros desse movimento grevista? Como ocorreu o encadeamento dos fatores que resultaram num acontecimento de tal magnitude? Quais os desdobramentos futuros desse fato histórico?

Iniciamos da hipótese básica de que estavam dadas as condições objetivas para uma greve vitoriosa num momento em que havia um cenário econômico positivo, uma demanda reprimida do magistério catarinense em relação aos outros estados da federação referente ao não cumprimento de um direito legítimo conquistado pela luta histórica do magistério no Brasil: o piso nacional de salário.

Contudo, é importante observar outras possibilidades, como, por exemplo, o processo histórico de organização sindical dos professores do estado de Santa Catarina, desde a formação da Associação dos Licenciados de Santa Catarina (Alisc), passando pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte) do estado, o histórico de greves e as mudanças na forma interna de organização sindical, ou seja, até que ponto esses fatores internos contribuíram para o desencadeamento do movimento, poderia ser outro caminho hipotético para se compreender o significado da greve de 2011.

Em terceiro lugar, há também uma hipótese mais ampla do momento histórico de então que contribuiu para um ambiente fluído, que combinou fatores complexos e resultou num movimento espontâneo, acompanhado pela direção da greve.

Diante dessas possibilidades de análise, pode-se afirmar que a presente dissertação pode contribuir de forma relevante como registro dos acontecimentos e também como análise transdisciplinar dos fatos, mas principalmente para extrair uma leitura engajada das

consequências desse movimento, especificamente para a trajetória do Sinte e de forma genérica para o movimento sindical em geral dos(as) trabalhadores(as) em educação de maneira especial.

Num contexto de mudanças no mundo do trabalho, que se reflete no descenso das mobilizações da classe operária e na necessidade de se reinventar enquanto organização social para se “adaptar” a essas mudanças, o Sinte conseguiu protagonizar uma greve que resultou em conquistas históricas. Trata-se, portanto, de um acontecimento diferenciado no mundo do trabalho e no campo da educação que aponta novas perspectivas futuras para esses sujeitos históricos.

A viabilidade deste estudo se dá pelo envolvimento do seu autor com o tema em questão,¹ tanto pela condição de professor da rede pública estadual de Santa Catarina quanto pela situação de estar estreando no movimento sindical no exato momento do desencadeamento desses acontecimentos. Assim, permite um olhar a partir de dentro dos fatos históricos, “no conflito”, mas, ao mesmo tempo, exige um exercício de distanciamento e objetividade na análise processual do objeto científico.

O objetivo geral deste estudo é analisar a greve de 2011 no seu contexto para compreender os fatores que influenciaram o desencadeamento e, ao mesmo tempo, as consequências desse movimento diante dos desafios futuros da organização sindical e dos novos movimentos sociais, especialmente no campo da educação.

O estudo se desenvolve a partir de uma revisão da literatura sobre a organização sindical no mundo moderno e suas consequências na organização dos(as) trabalhadores(as) no Brasil no campo da educação e na história da organização sindical dos(as) professores(as) em Santa Catarina. O passo seguinte desenvolve uma narrativa sobre a greve de 2011 diante dos desafios futuros da organização sindical, das pautas da educação na sociedade e da relação com as instituições do Estado.

Metodologicamente, enquanto tipificação do objeto de estudo, trata-se de um estudo de caso com o seguinte recorte: “A greve do magistério catarinense ocorrida em 2011 e protagonizada pelo Sinte.” A pesquisa se baseou em fontes primárias, como documentos, fotos e publicações nos meios de comunicação, além da revisão de literatura em geral sobre questões-chave especificamente sobre o tema.

¹ Professor da rede pública estadual desde 2003 nas disciplinas de filosofia e sociologia, atuou nas escolas E.E.B Pedro Maciel e E.E.B São Francisco, em Chapecó, em 2006 passou a fazer parte do sindicato na regional de Chapecó. A primeira experiência na Executiva Estadual teve início em 2010, na pasta de Organização Interior Macro Oeste. Nas duas gestões seguintes, a partir de 2013, foi eleito secretário de Formação do Sinte/SC.

A análise dos fatores que influenciaram o desencadeamento do movimento da greve de 2011 levou em consideração fatores qualitativos relacionados a uma visão transdisciplinar² de conjunto dos aspectos causais. Por fim, buscou-se relacionar e dialogar as considerações extraídas deste estudo com outras literaturas focadas na mesma problemática.

O presente estudo foi organizado em quatro partes: no primeiro capítulo, faz-se a revisão da literatura sobre os temas da organização sindical no mundo moderno; a organização sindical no Brasil; a organização sindical dos(as) trabalhadores(as) da educação no Brasil; a história do movimento sindical na educação do estado de Santa Catarina, descrevendo a trajetória histórica desde a fundação da Alisc (1966), tornando-se depois em Sinte (1988), as greves anteriores a de 2011, a forma de organização do sindicato e as mudanças atuais nas relações de trabalho e suas consequências. No segundo capítulo, aborda-se a greve de 2011 como fato histórico, analisando os fatores internos, externos e ambientais que contribuíram no seu desencadeamento. No terceiro capítulo, dá-se sequência a essa narrativa buscando apontar as consequências da greve para o futuro da organização sindical no campo da educação. Por fim, nas considerações finais deste trabalho, pretende-se não simplesmente apresentar uma síntese do trabalho ou apontamentos futuros, mas estabelecer um diálogo com outros autores engajados na mesma problemática.

² Esta análise histórica passa pela combinação de olhares do campo de conhecimento da ciência política para analisar as relações de poder internas no Sinte e na relação com os diferentes poderes de Estado, combinado com uma análise econômica do contexto em que ocorre o fato histórico, passando por recortes sociológicos da relação entre o Sinte com os novos movimentos sociais entrelaçados com a mediação da imprensa ou referindo-se diretamente aos recursos de comunicação social, que também se constituem numa área de conhecimento cada vez mais abrangente no momento histórico atual.

Capítulo 1

Revisão da literatura sobre movimento sindical e organização dos trabalhadores em educação

A organização sindical no mundo moderno

Para Thompson (1987, p. 10), a análise da classe operária ativa, pulsante, fluída, como um fenômeno histórico em construção, pessoas vivas que vão se descobrindo enquanto “classe” nas experiências e contradições de suas lutas, portanto, “a consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistema de valores, ideias e formas institucionais”.

É relevante destacar que Thompson ressalta o termo “classe” no singular e não no plural “classes”. Esta se define pelo papel de indivíduos que ocupam posições distintas numa determinada estrutura social, aquela é um fenômeno histórico que articula experiências reais vividas num determinado tempo e espaço, com a consciência de homens e mulheres que percebem suas identidades e valores em contraposição às outras classes com valores e interesses contrários aos seus.

Essa diferenciação tem sido tema de amplos debates teóricos ao longo dos anos, como, por exemplo, Bourdieu (2009), que explica o papel social dos indivíduos no recorte de classes, relativo à posição que o agente ocupa dentro da estrutura do espaço social. Essa estrutura é hierárquica, baseado na força e no poder que se medem pelas dimensões de propriedade, ou seja, pelo capital material, capital cultural ou poder simbólico (prestígio e fama) que grupos de agentes ocupam na hierarquia. Não há grupos reais, e sim espaços de relações que se reúnem e ampliam seu poder, dependendo da proximidade de identidade mais ou menos homogênea, de acordo com o contexto histórico.

Portanto, a identidade de classe não é uma coisa lógica, mas uma relação política, como ressalta Marx ao distinguir os conceitos de “classe em si” (conjunto de condições objetivas) e “classe para si”, quando estão dadas as condições subjetivas para a tomada de consciência da identidade e a disposição de se mobilizar para lutar pelos interesses coletivos da classe.

Iniciar por essa problematização do conceito de classe, é importante para este trabalho de pesquisa, pois trata de um tema relacionado com a mobilização de uma categoria específica, os(as) professores(as) que se mobilizaram através de uma greve de 62 dias, num determinado tempo, 2011, e lugar, Santa Catarina para lutar por causas comuns. Qual o significado desse movimento? Quais os efeitos para a continuidade da organização sindical dos(as) professores(as) após essa mobilização? Essas são questões-chave que estão colocadas na problematização deste trabalho de pesquisa. Portanto, uma indagação que se depreende daquela é de se tratar de um movimento restrito de uma determinada categoria, que tem um papel social relevante (professores), ou foi uma mobilização que mexeu com questões mais profundas da consciência de classe?

Novamente Thompson (1987, t. I, p. 10) explica que “a consciência de classe surge da mesma forma em tempos e lugares diferentes, mas nunca exatamente da mesma forma”. O desafio é buscar compreender o significado dessa mobilização histórica dos(as) professores(as) catarinenses dentro de um marco de luta de classe, num sentido mais amplo que a trajetória das lutas específicas da própria categoria.

O fazer-se consciência de classe operária inglesa se deu ao longo de um processo histórico que Thompson recortou entre 1780 e 1832, ou seja, um período de intensos acontecimentos e contradições da experiência histórica de organização dos trabalhadores, desde a formação da Sociedade Londrina de Correspondência (SLC) em 1792 aos movimentos de dissidência religiosa dos metodistas; depois, a radicalização das lutas dos *luddistas*, que reagiram quebrando as máquinas e organizando motins, até o casamento com outros movimentos no campo das ideias, que contribuíram para articular as condições objetivas com a consciência de classe. Foi um período em que se levantaram diferentes bandeiras, desde a revolta contra o aumento do preço do pão, da cerveja e dos impostos; a liberdade de associação dos sindicatos e a liberdade de imprensa; a regulamentação da jornada de trabalho em dez horas; a definição de um salário mínimo nacional, e até a luta pelo direito ao voto através do sufrágio universal, rompendo com a tradição censitária, onde apenas as classes que detinham capital material, ou seja, propriedades teriam participação nas decisões políticas. Como o próprio Thompson define, o fazer-se classe operária inglesa foi o acontecimento mais importante da história britânica.

Os sindicatos enquanto organização social em defesa dos interesses dos(as) trabalhadores(as) é produto desse processo histórico, encorajado desde a atuação da dissidência religiosa dos metodistas, de um lado, impediu uma revolução na Inglaterra em 1790, por outro,

encorajou a autoconfiança e a capacidade de organização dos trabalhadores pelas experiências de organização comunitária baseada em estruturas democráticas (Thompson, 1987, t. I, p. 10).

Experiências organizativas consideradas pré-sindical, como a SLC (1792), eram coordenadas por uma direção, funcionavam através de reuniões semanais com debates sociais e políticos, havia registros e formalidades, principalmente dispunham de instrumentos de propaganda de suas ideias e posições. Nos períodos de liberdade de associação, essas organizações funcionavam de maneira formal e buscavam se legitimar como porta-vozes dos interesses de segmentos mais ou menos amplos, porém, em momentos de repressão, essas organizações não desapareciam, apenas mudavam de método de organização e funcionamento e atuavam na clandestinidade com maior radicalidade, como foram os *luddistas*, e assim por diante:

Contudo, uma vez tomada todas as precauções necessárias, o fato relevante do período de 1790 e 1830 é a formação da “classe operária”. Isso é revelado, em primeiro lugar, no crescimento da consciência de classe: a consciência de uma identidade de interesses entre todos os diversos grupos de trabalhadores, contra os interesses de outras classes. E, em segundo lugar, no crescimento das formas correspondentes de organização política e industrial. Por volta de 1832, havia instituições de classe operária solidamente fundadas e autoconscientes – sindicatos, sociedade de auxílio mútuo, movimentos religiosos e educativos, organizações políticas, periódicos – além das tradições intelectuais, dos padrões comunitários e da estrutura da sensibilidade da classe operária (Thompson, 1987, t. II, p. 17).

Ainda que não haja a pretensão de aprofundar uma revisão da literatura sobre a história do movimento sindical, é importante traçar um panorama dos primórdios das lutas trabalhistas e, posteriormente, atualizar o contexto em que ocorreu a greve dos(as) professores(as) catarinenses em 2011.

Dessa forma, cabe refletir sobre a discussão produzida por Hobsbawm (2000) na obra *Os trabalhadores: estudo sobre a história do operariado*. O autor concorda com a análise da trilogia de Thompson (1987), mas inclui o período posterior a 1830 até a segunda grande guerra (1945).

Assim, Hobsbawm (2000) considera o movimento trabalhista como um fenômeno novo na história e interpreta o período anterior a 1830 como a fase pré-sindical, ou, como afirmou Thompson (1987), o período do “fazer-se” classe trabalhadora. Daí em diante é que surge o “novo sindicalismo” moderno que, juntamente com as cooperativas e associações de ajuda mútua, protagonizou a luta de classe até a primeira metade do século XX, até que o sindicalismo se tornou “quase monopólio” de organização trabalhista no mundo.

O que aconteceu na Inglaterra nesse período influenciou as organizações trabalhistas em outras partes do mundo, porque aquele país foi o palco principal da chamada “revolução industrial”, que determinou a infraestrutura da economia mundial da era moderna. Portanto, as fases de ascensão e recuo do sindicalismo acompanhavam a conjuntura econômica, ou seja, a consciência e a organização da classe acompanharam as contradições nas relações sociais de produção.

Sendo assim, Hobsbawm (2000) classifica a fase inicial do novo sindicalismo de sindicatos de ofícios e industriais, seccionados por categorias, especialmente de trabalhadores qualificados, que formam uma “aristocracia do trabalho”. Essa fase vai de 1830 até o reconhecimento oficial da organização sindical na década de 1870, e coincide com o período pré-monopolista da revolução industrial. A segunda fase de transição para o capitalismo monopolista se estende de 1875 até a primeira grande guerra (1918), quando ocorreu um declínio (mas não o desaparecimento) daquele modelo sindical e a expansão dos “sindicatos gerais de trabalhadores”, compostos de trabalhadores com maior e menor qualificação, diaristas, informais e principalmente a inclusão das mulheres. Esse modelo sindical tinha cunho mais político, incompatível com a ideologia do *laissez-faire*, portanto, de cunho anticapitalista. No período entre guerras, consolidou-se a fase monopolista do capitalismo, ocorreu uma expansão continuada dos sindicatos gerais de trabalhadores, mas também a formação de centrais sindicais e confederações de ofício.

O autor analisa que nessa trajetória, ainda que houvesse uma expansão e períodos de radicalização dos movimentos trabalhistas, como foi a decisão de criar e garantir a sustentação do Partido Trabalhista (1898-1906) pelos sindicatos, ou a greve geral de 1926 fortemente reprimida pelos donos do carvão e membros do Partido Conservador. A influência política do sindicalismo inglês para o mundo tem uma tendência mais reformista ou pragmática, influenciado pelas origens metodistas e outras dissidências religiosas, do cooperativismo oweniano, dos setores médios vitorianos etc., do que radical, esquerdista ou revolucionária influenciada pela tradição socialista, comunista e marxista (Hobsbawm, 2000).

Percebe-se, por exemplo, que a tradição trabalhista inglesa difere da francesa onde os movimentos revolucionários precedem o sindicalismo. Enquanto na Inglaterra os trabalhadores reagem à exploração inicial da revolução industrial, na França ocorria a queda da Bastilha (14 julho de 1789), que deu início à Revolução Francesa (1789/1799), ou à Comuna de Paris (1871), que representou a primeira experiência mundial de autogoverno dos trabalhadores.

Optou-se por uma segunda abordagem resumida da atuação militante com base na experiência histórica francesa por se entender que o movimento sindical em outros países da Europa e, conseqüentemente, sua influência em países colonizados por europeus sofreu influência dessas diferentes tradições. Embora o fazer-se organizações sociais é específico em cada contexto, pois está sempre vinculado às condições materiais e subjetivas dos sujeitos engajados nas suas lutas, o sindicalismo inglês é *sui generis* por estar inserido no contexto da revolução industrial.

Em outros países, como França, Itália, Alemanha, Espanha, Portugal, onde o processo de industrialização ocorreu de forma mais fragmentada que na Inglaterra, a tradição sindical não se distingue da influência especialmente dos partidos comunistas, socialistas, socialdemocratas dos movimentos anarquistas e outras tendências ideológicas de esquerda, mas também das disputas regionais, religiosas etc., distanciando-se da unicidade de classe, vinculando-se em diferentes centrais, como afirma Rodrigues (2009, p. 20):

Após a II Guerra, no entanto, recompôs-se o quadro característico do movimento operário na França, com a divisão do sindicalismo em três centrais de orientação ideológica divergente. O desenvolvimento do sindicalismo italiano foi, em muitos aspectos, semelhante ao da França. As primeiras associações operárias surgiram sob inspiração anarquista e socialista. Posteriormente, os comunistas tornaram-se a corrente política majoritária. Atualmente três centrais sindicais organizam o proletariado italiano: a CGIL, comunista e majoritária; a CISL, “democrática” e a UIL, socialista.

Nesse ponto de vista, busca-se na sociologia uma síntese das diversas frentes de engajamento militante dos franceses no século XX, que de certa forma representou também uma influência na organização dos movimentos sociais mais ampla do que a influência dos movimentos trabalhistas ingleses dos séculos anteriores.

Bernard Pudal sintetiza didaticamente essa cronologia do militantismo em quatro fases, iniciando pela chamada “configuração heroica”, centrada no ativismo operário e na militância comunista do período de 1945 até 1970.

El paradigma científico dominante en historia social asociaba, durante los años cincuenta y sesenta, una visión macrohistórica (basada en parte en el paradigma labroussiano) (Revel, 1996) y agregados reificados (las “clases” sociales como actores de la historia). El movimiento obrero fue entonces tomado como objeto en importantes tesis de historia. Desde la historia de la huelga (Michèle Perrot) hasta los mineros de Carmaux (Rolande Trespé); desde la historia del movimiento socialista y obrero en la ciudad de Toulon (Maurice Agulhon) hasta los guesdistas (Claude Willard), esta historia social ha permitido integrar una historia militante, en la que el grupo social cumple una función de héroe colectivo, siendo los grupos militantes su expresión más consciente. Estas tesis, que sentaron las bases de una historia social de los grupos obreros, fueron marcadas, implícita y explícitamente, por la empatía de intelectuales

comprometidos con el movimiento obrero. De ahí la importancia otorgada muy temprano al activista obrero, lo que confirió a las biografías de militantes un lugar de entrada determinante: Partidarios de Jules Guesde (1845-1922), político socialista francés. Guesde encarna el arquetipo del militante pobre, incorruptible, que viaja por Francia para dar a conocer el socialismo revolucionario. Los enfoques teóricos y metodológicos de la militancia aun cuando el paradigma labroussiano y la Escuela de los Annales más bien desconfiaban del género biográfico (Pudal, 2011, p. 20-21).

A segunda fase de estudos do fenômeno do militantismo começa em 1975 quando paradigmas teóricos diferentes dos anteriores presumem um “desinteresse pela militância” influenciada pela desilusão materialista ou “lirismo da militância utópica” que propiciou os movimentos de maio de 1968 e o abandono do “mito da classe operária” e o declínio da força política do Partido Comunista Francês (PCF).

Limitándonos a la clase obrera, numerosos trabajos han contribuido a rehabilitar la construcción del grupo obrero mediante una historia menos substancialista, en una perspectiva sociogenética. Nos referimos evidentemente al trabajo pionero de Edward Palmer Thompson, *The making of the working class* (1963), cuyo alcance metodológico sólo fue comprendido en Francia cuando fueron reunidas las condiciones intelectuales para su recepción (1988) (Pudal, 2011, p. 22).

A terceira fase foi chamada pelo autor de “novos movimentos sociais”, caracterizada por um novo tipo de militante mais informado e mais distanciado do engajamento em relação às organizações, portanto mais individualizado, que se mobiliza por questões pontuais, como, por exemplo, quando retornam às ruas, em 1995, as grandes greves contra as reformas do sistema previdenciário, uma nova geração de mobilizações coletivas e protestos articulando o movimento trabalhista com os movimentos sociais.

Por fim, a quarta fase do militantismo no momento atual se caracteriza pela síntese dos modelos anteriores, principalmente no engajamento seletivo em novas causas diversificadas, desde ações pontuais locais até causas humanitárias globais solidárias, como a ajuda humanitária na epidemia da Aids, questões ambientais.

Subrayamos finalmente que existe cierta homología entre las dos primeras configuraciones y las dos últimas: más allá de sus diferencias, los investigadores tienen en común su propio deseo de compromiso y las oposiciones generacionales son también el reflejo de la evolución de las luchas sociales, del movimiento obrero en este espacio de movimientos sociales en vía de solidificación y de interacción con determinadas franjas del campo político y del campo intelectual (Mathieu, 2007, apud, Pudal, 2011, p. 32).

Além de mobilizações gerais, como a reforma do sistema previdenciário francês em 1995, pode-se resgatar o estudo de Patrick Charaudeau (2016) que enfoca a estratégia dos

movimentos de agricultores franceses no ano de 1982 com foco na conquista da opinião pública, ou seja, trata-se de novas estratégias de organização reivindicatória em tempos de midiaticização de massa. Ainda que se trate de um exemplo distante da literatura sobre consciência de classe, o autor aponta esse acontecimento como um caso bem-sucedido do uso de sondagens de opinião para definir a estratégia do grupo de pressão para disputar o apoio popular. Portanto, uma disputa simbólica planejada profissionalmente fazendo uso das ferramentas do *marketing* político em favor dos interesses de um grupo social minoritário em declínio e em crise de identidade, mas que virou o jogo e conquistou legitimidade duradoura para suas pautas específicas.

Acredita-se que enquanto panorama geral para analisar posteriormente o significado da greve dos(as) professores(as) que durou 62 dias no ano de 2011 em Santa Catarina, três olhares são importantes: o fazer-se classe operária na versão original e clássica no centro dinâmico do capitalismo industrial moderno (Inglaterra), seguindo as variações do período monopolista do final da segunda grande guerra (1945); a tradição política diferenciada que emerge no período posterior ao auge sindical, as diferentes fases do militantismo francês, especialmente os novos movimentos sociais que surgem pós-manifestações de maio de 1968; por fim, o exemplo de organização chamado “sindicato rural”, também na França, mesmo tratando-se de um grupo social em declínio e em crise de identidade utilizou a sondagem e técnicas de *marketing* obtendo apoio popular em prol de seu propósito.

Percebem-se três modelos distintos que ainda que não dão conta de representar uma síntese da rica e complexa trajetória dos movimentos trabalhistas, especialmente dos sindicatos, permitem observar a greve de 2011 num contexto transdisciplinar.

A organização sindical no Brasil

Abordar a organização sindical no Brasil é uma tarefa um pouco mais complexa do que a narrativa anterior, pois trata-se de um processo histórico mais fragmentado e de linhas de pesquisa com menos relevância que nos países que passaram pelas primeiras ondas de expansão industrial e dos regimes democráticos.

Como afirma Luiz Werneck Vianna, os estudos sobre o sindicalismo e a classe operária eram um enfoque desconsiderado nas abordagens sobre a acumulação capitalista e as instituições do Estado que incluíam a própria regulação do mercado de trabalho. “As relações

entre o Estado e a sociedade, tema nobre nas investigações acadêmicas, visualizavam predominantemente a natureza dos vínculos entre aquela agência de poder e as classes economicamente dominantes na literatura, os empresários” (Vianna, 1977, p. 72).

Contudo, parece haver bastante acordo de narrativa nas abordagens sobre a história do sindicalismo brasileiro, que o divide em três fases distintas: início do século XX até 1930, basicamente influenciado pelos trabalhadores imigrantes europeus que trouxeram consigo suas experiências político-organizativas no campo sindical; de 1930 até 1964, foi uma fase que Boito Jr. (1991) chama de “sindicalismo de estado”; por fim, o “novo sindicalismo”, que surgiu ainda em tempos de repressão no final de 1970 até o período atual.

A organização sindical no Brasil remete-nos a uma análise histórica que tem como ponto de partida o final do século XIX, primeiro período de formação da classe operária brasileira no contexto de transformação da economia cuja produção de café era o principal produto de exportação e quando surgem os primeiros núcleos operários instalados nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. O pioneirismo dos núcleos operários deriva das novas relações de trabalho estabelecidas pelo amplo mercado interno que se distanciava do trabalho escravo. Porém,

ao criar o trabalho assalariado em substituição ao escravo, ao transferir parte dos seus lucros para atividades industriais e ao propiciar a constituição de um amplo mercado interno, a economia exportadora criou, num primeiro momento, as bases necessárias para a constituição do capital industrial no Brasil (Antunes, 1991).

Ainda que ao longo do século XIX fossem fundadas diversas sociedades de ofício, de auxílio mútuo e beneficentes, organizadas por categorias de trabalhadores nas atividades mais qualificadas, como, por exemplo, mecânicos, cocheiros, tipógrafos, construção naval etc., nas cidades mais urbanizadas do Brasil, foi no final do século XIX, com a chegada de imigrantes europeus em grande quantidade, que começou a se esboçar os primórdios da organização sindical no Brasil. Dentre os fatos mais importantes daquela época destacam-se: a fundação do Partido Operário (PO) (1890); o primeiro congresso operário no Brasil (1906); a fundação da Confederação Brasileira do Trabalho (CBT) (1913); a fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB) (1922).

O movimento dos operários de Salvador, em 1720, é tido como o marco inaugural do movimento e mobilização de resistência de trabalhadores do país. Contudo, parece não ser consensual o ano inaugural de greve, pois, para alguns comentadores, o ponto de partida foi o ano de 1791, quando ocorreu a greve dos trabalhadores das oficinas das Casas de Armas no Rio de Janeiro. Sucederam-se, em 1815, a greve dos pescadores em Recife; em 1858, a greve dos

tipógrafos no Rio de Janeiro (considerada a pioneira para outros comentadores); em 1863, a greve dos ferroviários no Rio de Janeiro; em 1877, a greve dos carregadores de Santos (CNTE, 2008, p. 22).

Esses primeiros movimentos foram protagonizados basicamente por imigrantes europeus ligados a diferentes tradições políticas, porém hegemonizados pelo anarcossindicalismo de origem italiana. “Entre 1871 e 1920, por aqui chegaram 3.390.000 imigrantes. Desse grupo 1.373.000 eram italianos, 901 mil eram portugueses e 500 mil eram espanhóis” (Santos, 2019, p. 10). Na capital da República, Rio de Janeiro, em 1838, a população de imigrantes estrangeiros correspondia a 6,9%. “Em 1872 eram 73.310 trabalhadores imigrantes, em uma população de 152.723 brasileiros livres na capital e 48.939 indivíduos escravizados” (2019, p. 10). Em 1890 a proporção de estrangeiros era quase 30% da população da capital e em 1920 ainda correspondia a 20% dos habitantes.

Já no primeiro congresso operário brasileiro percebem-se pautas tradicionais da classe operária: sufrágio universal e eleições diretas em todos os postos eletivos; determinação de um salário mínimo; jornada de oito horas diárias; proibição do trabalho infantil (crianças menores de 12 anos); apropriação dos meios de produção por parte dos trabalhadores como única forma de libertação da classe operária (Rezende, 1990).

Contudo, foi principalmente no estado de São Paulo que se registraram as principais mobilizações de trabalhadores do início do século XX. No período que antecede a primeira grande guerra, “Azis Simão registrou um total de 108 greves ocorridas em todo o Estado de São Paulo no período compreendido entre 1901 e 1914” (Rodrigues, 2009, p. 105), e no período seguinte que antecedeu a intervenção estatal na organização sindical (1915-1929), foram anotadas 107 greves (p. 105), com destaque para a greve de 1917, que iniciou na fábrica têxtil Crespi, uma das maiores unidades fabris do estado de São Paulo na época, quando quatrocentos operários (num total de mais de dois mil) paralisaram para exigir 20% de aumento do salário para compensar o aumento de horas de trabalho. O movimento foi aderido por outras empresas, saindo para as ruas, praticamente a cidade de São Paulo paralisou. A pauta de reivindicações também se ampliou, tomando por base as deliberações do primeiro congresso operário (1906) e finalizando com a obtenção de conquistas importantes, como a concessão dos 20% sobre os salários em geral; não dispensa dos funcionários que participaram da greve; direito de associação dos funcionários; pagamento quinzenal dos salários; iniciativas para a melhoria das condições materiais, econômicas e morais dos trabalhadores paulistas (Goetttert, 2014).

Desde a fundação do PCB (1922) até o fim desse primeiro período em 1929, grosso modo, pode-se afirmar que o movimento sindical brasileiro se constituía fundamentalmente por três correntes políticas: sindicalistas de esquerda e anarquistas (com dez mil filiados); reformistas de direita, dirigindo a liga de defesa, a Sociedade Agrária Nacional e outros (com mais de vinte e cinco mil filiados); comunistas, dirigindo, entre outras, a União dos Gráficos (Rodrigues, 2009).

A segunda fase do movimento sindical brasileiro considera-se que ocorreu a partir da década de 1930, especialmente com a promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) durante a ditadura de Getúlio Vargas em 1943, porém esse processo de “sindicalismo de estado” (Boito Jr, 1991) já vinha se desenhando anteriormente, como ressalta Vianna (1993), ou seja, durante o governo de Arthur Bernardes (1922-1926), quando promulgou a Lei Elói Chaves, instituindo as “caixas de pensões e aposentadorias” com base na contribuição dos empregados e em menor proporção das empresas, além do decreto nº 16.027/1923, que criou o Conselho Nacional do Trabalho como órgão consultivo para tratar de assuntos como a jornada de trabalho, contratos coletivos e acidentes de trabalho, embrião do sistema de previdência social. Ainda nesse período foi sancionada a lei que obrigava as empresas o pagamento de 15 dias de férias remuneradas por ano e a proibição do trabalho infantil para menores de 12 anos de idade.

Portanto, se por um lado as pautas sindicais começaram a dar resultado, por outro, também iniciava a interferência direta do Estado na estrutura sindical, contudo, havia um cenário político-econômico como pano de fundo que favorecia para essas medidas.

Conforme afirma Rodrigues (2009, p. 28), em países de industrialização tardia como na América Latina “o alcance das ideologias operárias foi muito reduzido”.

No Brasil ocorre ainda uma mudança importante no fenômeno migratório sobre a organização sindical, pois, se os antigos núcleos operários tinham origem na imigração europeia, no início do século XX há uma migração interna de trabalhadores rurais de regiões distantes dos grandes centros do país, sendo esses trabalhadores completamente inexperientes do ponto de vista sindical e político.

Assim, “a intervenção estatal garantiu, para os grupos de trabalhadores urbanos de baixa qualificação, mais benefícios sociais do que os sindicatos teriam podido consolidar” (Rodrigues, 2009, p. 106).

É nesse contexto e em meio a um contexto mundial bastante conturbado, entre a primeira e a segunda grandes guerras, passando pela crise econômica de 1929, que nas eleições de 1930,

disputada entre o representante da política do “café com leite” Júlio Prestes contra o candidato da Aliança Liberal Getúlio Vargas, que tinha apoio entre mineiros, gaúchos e paraibanos descontentes. Esses alegaram fraude na vitória de Júlio Prestes e prepararam uma revolta armada, quando ocorreu o assassinato de João Pessoa, candidato a vice-presidente de Getúlio Vargas, em Recife, formando um cenário para que em 3 de novembro de 1930 o governo fosse deposto, e Getúlio Vargas assumiu o poder até 1945, pondo fim à República Velha. Sabe-se que houveam três momentos distintos na chamada “Era Vargas”: o governo provisório (1930-1934), o governo constitucional (1934-1937) e o golpe do Estado Novo (1937-1945).

O golpe de 1937 ocorreu com a justificativa de conter as mobilizações, como a de 1935, a chamada “intentiona comunista”, quando militares ligados ao Partido Comunista iniciaram algumas revoltas armadas nas cidades de Natal (RN), Rio de Janeiro (RJ) e Recife (PE), imediatamente controlada pelo governo. Agora, já num contexto internacional de (Regime totalitários na europa) guerra fria, Vargas utilizou o pretexto para suspender a Constituinte que ele mesmo havia promulgado e suspendeu as eleições previamente marcadas para 1937, justificando uma “ameaça comunista”, com isso, passou a colocar em prática seu segundo golpe (dentro do golpe), iniciando um conjunto de políticas repressivas inspiradas no nazifascismo, como, por exemplo, a censura aos meios de comunicação, repressão de todas as atividades políticas, perseguição aos adversários e medidas econômicas nacionalizantes, com destaque para a política trabalhista, com a promulgação da CLT, a instituição da carteira de trabalho e a criação do Ministério do Trabalho e da Justiça do Trabalho.

Essa legislação trabalhista foi inspirada na chamada “carta del lavoro”, documento do Partido Nacional (fascista) Nazista da Itália, promulgada “Grande Conselho do Fascismo” em 1927, durante a ditadura de Benito Mussolini. A carta orientou a legislação sobre a permissão de organizar as corporações através de entidades patronais e sindicais sob o controle do Estado para garantir os interesses privados na economia. A versão brasileira desse documento foi contemplada na CLT, promulgada durante a ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas em 1943, como um marco (negativo) para a organização dos trabalhadores brasileiros. Assim, a partir “da intervenção estatal na área trabalhista e do aumento da participação das massas populares no processo político, geralmente as correntes populistas e nacionalistas suplantaram o anarquismo e o socialismo das antigas elites operárias” (Rodrigues, 2009, p. 29).

Armando Boito Junior (1991) chama esse modelo de “sindicalismo de estado”, que articula a estrutura do sindicalismo oficial, sua ideologia e suas práticas. Segundo o autor, esse tipo de sindicato desorganiza a ação sindical, pois promove o amortecimento dos conflitos de

classe, separando o viés reivindicatório e reformista da concepção revolucionária da classe operária. Mesmo assim, as conquistas de jornada de trabalho e a valorização salarial ficam aquém de outros países capitalistas desenvolvidos, que contam com a presença de um sindicalismo forte, mesmo em países subdesenvolvidos em condições semelhantes às do Brasil. Para exemplificar, o autor recorre ao levantamento feito pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), tomando por base o salário mínimo de 1986:

Em dois desses países,³ o salário mínimo é cerca de dez vezes superior ao salário mínimo pago no Brasil. Os outros oito países considerados são, juntamente com o Brasil, países subdesenvolvidos. Alguns deles semi-industrializados, como o Paraguai, Equador e Uruguai. Um deles, o Paraguai, vivia sob ditadura militar. No entanto, mesmo nesse grupo de países subdesenvolvidos, a inferioridade do salário mínimo brasileiro é muito grande – seis vezes menor do que o salário mínimo indiano, para tomarmos um exemplo significativo (Boito Jr, 1991, p. 222).

Além dessas considerações, Boito Jr. (1991) explica o atrelamento e a falta de autonomia sindical em decorrência da estrutura financeira dependente do imposto sindical, que se reflete na debilidade organizativa e na baixa taxa de sindicalização e estrutura organizativa e funcionamento atrelada à legislação trabalhista. A lei é a célula da falta de autonomia sindical perante o Estado, pois essa outorga a constituição da organização através da “carta sindical”, documento que declara a legalidade do sindicato oficial, estabelece regras estatutárias de composição hierárquica da direção das entidades, regulamenta eleições e, através da justiça do trabalho, intervém na mediação de possíveis conflitos quando houver divergência nos processos eleitorais internos dos sindicatos e determina a unicidade sindical como imposição da lei e não resultado da auto-organização e consciência dos próprios trabalhadores.

Mais importante ainda é o fator ideológico sobre a organização dos trabalhadores; em primeiro lugar, o discurso legalista que legitima o controle estatal sobre a estrutura sindical completamente atrelada e dependente do Estado, em seguida, os efeitos da ideologia populista e paternalista das conquistas sem luta, dos chamados “sindicatos pelegos”, em consequência da ausência da consciência de classe e dos valores conservadores da geração de operários que se formou com o movimento de migração de trabalhadores rurais no início do século XX no Brasil.

Essa ideologia se reflete até mesmo na seleção dos líderes sindicais, na perpetuação da elite sindical e na fetichização da representatividade que se percebe na fraca capacidade de mobilização e no esvaziamento do engajamento sindical de base. Contudo, há de se ressaltar que os “sindicatos livres” não desapareceram depois de 1930, apenas se tornaram minoritários

³ Inglaterra e França (nota nossa).

diante do avanço do “sindicalismo de estado”, que representava a interiorização e a abrangência de pequenas e médias empresas (Boito Jr, 1991).

Sem a pretensão de fazer uma síntese da trajetória do modelo de “sindicalismo de estado” a partir de 1930, buscou-se caracterizar o tipo de organização dos trabalhadores, em contraste com a narrativa anterior baseada na tradição revolucionária e no fazer-se consciência de classe. A fase seguinte, chamada de “novo sindicalismo”, pode ser observada como uma síntese da trajetória histórica do movimento sindical brasileiro.

Para compreender a formação dessa terceira fase do sindicalismo brasileiro, é importante resgatar minimamente o contexto do golpe militar de 1964. Com a renúncia do presidente Jânio Quadros eleito em 1960, apenas oito meses depois da sua posse ascendeu ao cargo o vice João Goulart, que havia sido ministro do Trabalho do governo de Getúlio Vargas, não no período ditatorial, e sim no retorno de Vargas como presidente eleito em 1954. Assim, Goulart se projetou como um herdeiro da tradição trabalhista e populista do seu padrinho político, fazendo com que as circunstâncias da renúncia de Jânio Quadros decorrentes de um acordo dos militares com o Congresso Nacional estabelecessem um empecilho para Goulart assumir os poderes, instituindo-se um regime parlamentarista de transição até a realização de um plebiscito sobre o sistema de governo marcado para 1965.

O Congresso Nacional escolheu o parlamentar mineiro Tancredo Neves para ocupar o cargo de primeiro ministro, restando a João Goulart o papel de chefe de Estado. O então governador do Rio Grande do Sul Leonel Brizola, outra liderança destacada do trabalhismo getulista e cunhado de João Goulart, iniciou o movimento civil-militar pela legalidade, que exigia o retorno de Goulart à Presidência da República com plenos poderes. Brizola mobilizou, de um lado, o movimento operário atrelado ao sindicalismo de estado e, de outro, usou de sua prerrogativa de governador de estado para uma reação militar, desencadeando a campanha pela legalidade, que fez com que o Congresso antecipasse o plebiscito para janeiro de 1963, obtendo a vitória pela volta do presidencialismo, ou seja, João Goulart assumia com plenos poderes e apoio da base sindical e outros movimentos do campo popular, e um ano depois assumiu o compromisso de promover as “reformas de base”.

O perfil político populista e de cunho trabalhista de João Goulart, num contexto internacional de guerra fria, levou os setores mais conservadores sob a liderança dos militares e monitorados pela Embaixada e pela Agência de Inteligência norte-americana a articular um golpe de estado. Em 13 de março de 1964 Goulart fez um comício pelas reformas de base no Rio de Janeiro, e na madrugada de 31 de março para 1º de abril do mesmo ano foi anunciado o

golpe militar dos mais sangrentos da história do Brasil. Uma das justificativas do golpe era para evitar o governo “sindicalista” de João Goulart e, novamente, a justificativa da ameaça comunista. O regime militar foi recrudescendo a repressão até o seu nível máximo com a instituição do Ato Institucional número 5 (AI-5) em dezembro de 1968, que suspendeu o *habeas corpus* e sobe a escalada de repressão contra todas as organizações de esquerda e suspeitos de liderar qualquer nível de movimento antirregime.

Foi diante da dificuldade de reação e da decadência da renda dos trabalhadores que o movimento sindical percebeu a necessidade de se renovar. Começando pelo centro mais dinâmico da indústria nacional na época (metalúrgico), localizado na região do ABC paulista, constituiu-se o protagonismo do “novo sindicalismo”, que recebeu adesão de outras categorias e outras regiões do país. Posteriormente essas lideranças se convenceram da necessidade dos trabalhadores atuarem também no campo político, a exemplo do que ocorrera na Inglaterra no final do século anterior, no final do século XX no Brasil, os sindicalistas, juntamente com segmentos das igrejas progressistas e movimentos sociais urbanos, como estudantil, intelectualidade e outros que lutaram contra a ditadura militar, decidiram fundar o Partido dos Trabalhadores (PT) no início de 1980.

Durante o período de “transição lenta, gradual e segura”⁴ do regime militar para a retomada da democracia foi que ocorreram os principais acontecimentos que caracterizaram o “novo sindicalismo” e que sinalizou para uma organização mais autônoma, ampliar o trabalho de base e taxa de sindicalização, além de organizar grandes mobilizações reivindicatórias, mas também de cunho político por direitos dos trabalhadores, liberdade de imprensa, democratização, eleições diretas em todos os níveis e outras pautas da classe trabalhadora.

Quando se faz uma retrospectiva do movimento sindical brasileiro, desde o surgimento quando ainda vigorava o tacão da ditadura militar, na segunda metade da década de 70 e durante os anos 80, e o comparamos com o movimento sindical da imensa maioria dos outros países, principalmente aqueles dos países do Primeiro Mundo, o que mais chama a atenção, sem dúvida, é a tendência oposta entre os dois, ou seja, enquanto na maioria dos países centrais o movimento sindical amargava, com algumas exceções, em processo de descenso, no Brasil, ao contrário, houve um intenso processo de crescimento (Tumolo, 1998, p.75).

No final da década de 1970, o fenômeno do “novo sindicalismo” retoma as iniciativas de combatividade e organização pela base, tendo como marco a greve da Scania, que se difundiu

⁴ Depois do período da linha dura de Emílio Garrastazu Médice (1969-1974), o sucessor Ernesto Geisel, percebendo o desgaste de mais de uma década de repressão, propôs iniciar um processo de abertura “lenta, gradual e segura”, que durou pelo menos mais de uma década até passar o poder para um civil, mas ainda mediante uma eleição indireta (1985).

em várias fábricas do ABC paulista em 1978. Notoriamente, aquele sindicalismo aparece como uma luta de experiência dos trabalhadores de São Paulo como crítica ao capitalismo dos anos 70 no país e no mundo. Nesse sentido,

o final da década de 1970 foi marcado pelo fenômeno do “novo sindicalismo”, que se desdobrou posteriormente num protagonismo de lideranças gestadas nos movimentos de trabalhadores na política nacional. Essa política de base classista, contudo, coexistiu desde o início com a expansão de um leque diversificado de movimentos sociais. O debate acadêmico sobre o conceito de classe social na década seguinte expressa em grande medida as particularidades desse ambiente político-social. O aumento do interesse pelos estudos históricos sobre o processo de formação da classe operária pode ser mapeado pela própria datação das primeiras edições brasileiras de alguns trabalhos clássicos. A coletânea “Os trabalhadores”, de Eric Hobsbawm, publicada originalmente em 1965, foi lançada no Brasil em 1981, apesar de diversos outros trabalhos do autor terem ampla circulação no país desde o início da década de 1970. Já no caso de *Mundos do trabalho*, apenas três anos se passaram entre o lançamento da edição original e o de sua tradução brasileira, em 1987. No mesmo ano, chegava ao alcance do leitor brasileiro o clássico *A formação da classe operária* inglesa, de E. P. Thompson, cuja edição original 24 anos antes revolucionara o debate sobre o tema (Fortes, 2016, p. 589).

Uma das principais expectativas do novo sindicalismo no Brasil foi depositada na fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1985 para congregar as lutas gerais da classe trabalhadora em nível nacional. Ainda assim não resolveu o problema de unicidade sindical voluntária dos trabalhadores, e nos anos seguintes foram organizadas outras duas centrais que passaram a disputar o legado sindical potencializado pelas divergências internas e continuar o jogo com as instituições de Estado, assim, a Central Geral dos Trabalhadores (CGT) foi fundada em 1986 e a Força Sindical (FS), em 1991.⁵

A promulgação da nova Constituição brasileira em 1988, conhecida como “constituinte cidadã”, deve ser considerada ao ser analisada essa terceira fase do sindicalismo no Brasil, porém, conforme Boito Jr (1991), seus efeitos são contraditórios, pois, de um lado, veda a intervenção direta do Estado e permite maior autonomia na organização interna do sindicalismo, por outro, mantém a subordinação estatal, restrições legais, exigências de arbitragem e o imposto sindical como uma forma de vincular a sobrevivência estrutural dos sindicatos oficiais.

Assim, o que se pode perceber, apesar da expectativa inicial de renovação radical da organização dos trabalhadores brasileiros, é a nova fase do sindicalismo, que pode ser considerada como uma síntese das contradições das fases anteriores.

⁵ Recentemente, depois dos anos 2000, foram fundadas quase uma dezena de outras centrais sindicais, mas com menor representatividade e baixa capacidade organizativa comparadas com as três principais.

Movimento sindical e movimentos sociais no campo da educação

Para compreender o surgimento do movimento sindical no campo da educação no Brasil, é necessário iniciar com uma breve contextualização histórica da educação brasileira, antes e depois de 1930, e, a partir de então, considerar os dois principais movimentos em defesa da educação pública – o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova em 1932 e o Manifesto em Defesa da Escola Pública em 1959 – e o surgimento de entidades organizativas dos professores somente depois desse período, que veio desaguar na tomada de consciência dos educadores como classe trabalhadora depois das greves de 1978 em diante, quando podemos falar de fato em movimento sindical no campo da educação.

Iniciando pelo período colonial durante o reinado de D. João III (1521-1557), Portugal buscou viabilizar o processo de colonização que ocorreu com a participação de padres jesuítas, praticamente os únicos responsáveis pela educação no Brasil colônia até 1759, quando o primeiro ministro de Portugal marques de Pombal rompeu com a educação jesuítica, proibiu a língua indígena, instituiu a língua portuguesa, além de extinguir os aldeamentos indígenas, visando ao povoamento e à defesa do território colonial. Ao longo de 210 anos, entre a chegada dos jesuítas até serem expulsos pelo marques de Pombal, havia sido construída uma rede de escolas católicas, alguns seminários e escolas de primeiras letras.

Ainda que o propósito de Pombal era uma reforma voltada para um ensino empirista e voltado para o desenvolvimento da ciência moderna, a estrutura da educação brasileira pouco avançou no período colonial e em 1822, com a declaração de independência do Brasil, havia poucas escolas e mão de obra especializada, e ainda que se projetava a construção de universidades voltadas para o ensino das ciências e das belas artes, o que só se concretizou um século depois.

Foi no período republicano que ocorreu a chamada “Reforma de Benjamin Constant”, que constou de 21 decretos, publicados entre maio de 1890 e janeiro de 1891, de cunho liberal e elitista, reformulou o ensino primário e secundário da capital da República visando desoficializar o ensino, ou seja, abri-lo à iniciativa privada a fim de retirar do Estado a responsabilidade e substituir o ensino religioso por instrução moral e cívica.

Depois, com a Constituição de 1934 outorgada, e em seguida revogada pelo presidente Getúlio Vargas, que retornou à obrigatoriedade do ensino primário, princípios defendidos pelo Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932.

Se houve algum ciclo virtuoso na história da educação brasileira, o marco inicial ocorreu a partir da década de 1920, período em que foi se articulando um movimento em defesa de uma escola pública, universal e gratuita com a intenção de proporcionar igualdade de oportunidades. O mais conhecido desse movimento reuniu alguns intelectuais influentes na educação brasileira, com destaque para Anísio Teixeira, (1900-1971), Fernando de Azevedo (1894-1974), Manuel Lourenço Filho (1897-1970), Armanda Álvaro Alberto (1892-1974), Cecília Meireles (1901-1964), dentre outros, que protagonizaram o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, considerado um dos documentos fundantes da luta pela educação pública no país.

Pode-se afirmar que o manifesto de 1932 tem como centro da crítica o dualismo do ensino no Brasil, onde a maioria da população está contemplada apenas pela educação tecnológica e instrumental que permite aos indivíduos competir pela inserção no mercado de trabalho e apenas as elites têm acesso ao ensino propedêutico e a possibilidade de avançar para os níveis mais elevados de escolaridade, portanto, o documento foi porta-voz de um projeto de educação para todos, de igualdade de oportunidades como elemento essencial para uma democracia: “Só existirá democracia no Brasil, no dia em que se montar no país a máquina que prepara as democracias. Essa máquina é a escola pública” (Azevedo et al., 1932).

Após a queda da ditadura do Estado Novo (1937-1945), a Assembleia Nacional Constituinte de 1946 estabeleceu a necessidade de elaborar um estatuto legal para a educação brasileira, sob o nome de “Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional” (LDB). O Ministério da Educação e Cultura (MEC) organizou uma comissão de especialistas para redigir o anteprojeto de lei, buscando contemplar as principais correntes do pensamento educacional da época cujo texto foi apresentado à Câmara dos Deputados em 1948, aprovado somente em 1961, portanto, 13 anos depois.

Kapuziniak e Araújo (2001) explicam esse longo processo de tramitação da primeira LDB brasileira, relatando:

Em 17 de julho de 1951, a Câmara solicita o desarquivamento do projeto, mas este fora extraviado, determina-se então a reconstituição do processo. O processo tramita na Comissão de Educação e Cultura por 5 anos e meio e somente na reunião de 14 de novembro de 1956 a subcomissão encarregada do estudo do projeto das Diretrizes e Bases apresenta seu relatório. Finalmente, na sessão de 29 de maio de 1957 dá-se início à discussão em plenário. O projeto que ora entra em discussão não é mais o mesmo que dera entrada na Câmara em 1948. Na verdade estava totalmente modificado (Kapuziniak; Araújo, 2001, p. 6).

Em setembro de 1959, quando a subcomissão apresentou o substitutivo para ser votado como projeto final, desencadeou-se um processo de discussões na sociedade entre os que

defendiam a prioridade da escola pública e os defensores do ensino privado. Esse debate deu origem a um segundo movimento de defesa da escola pública, que promoveu manifestações, palestras e outras atividades do gênero com vistas a mobilizar a sociedade na luta pela expansão de um ensino público de qualidade e acessível a todos.

Este movimento inspirado, pode-se dizer uma continuidade do primeiro (1932), inclusive com a participação da maioria dos que subscreveram aquele documento, porém, com a diferença de que o manifesto de 1959 teve maior adesão de entidades e engajamento social.

A Campanha em Defesa da Escola Pública mobilizou os educadores da velha geração dos “pioneiros”, do movimento estudantil e de sindicalistas de várias partes do país, obtendo o apoio operário nas I e II Convenções Operárias em Defesa da Escola Pública, Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo em 1961. O epicentro do movimento foi a Universidade de São Paulo e se expandiu em nível nacional. Neste grupo sobressaíram os professores Florestan Fernandes, Fernando Azevedo, Almeida Júnior, Carlos Mascaro, João Villa Lobos, Laerte de Ramos de Carvalho, Roque Spencer Maciel de Barros, Wilson Cantoni, Moisés Brejon, Maria José G. Werebe, Luiz Carranca, Anísio Teixeira, Jayme Abreu, Lourenço Filho, Raul Bittencourt, Carneiro Leão, Abgar Renault e outros.

Um dos pontos de partida para a intensa mobilização foi o Manifesto dos Educadores redigido pelo Prof. Fernando de Azevedo e publicado em 1.º de julho de 1959. O manifesto teve intensa circulação e foi publicado simultaneamente pelo Estado de São Paulo e pelo Diário do Congresso Nacional. Posteriormente foi reproduzido pelo Diário de Notícias e pelo Jornal do Comércio, ambos do Rio de Janeiro, bem como pelo Boletim do Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo e pela Revista de Estudos Pedagógicos (Lira, 2019, p. 1499).

Mesmo tendo Fernando de Azevedo como principal porta-voz do texto do manifesto (1959), o movimento se transformou numa campanha de massa e nas atividades políticas se destacou a liderança do professor Florestan Fernandes, que sintetiza os princípios dessa campanha em defesa da escola pública:

Em primeiro lugar, o nosso objetivo central é a qualidade e a eficácia do ensino. Se defendemos a Escola Pública, fazemo-lo porque ela oferece condições mais propícias, num país de produzir “bom ensino” e de proporcioná-lo, sem restrições econômicas, ideológicas, raciais, sociais ou religiosas, a qualquer indivíduo e a todas as camadas da população [...]. Em segundo lugar, pretendemos impedir que o Estado Democrático continue prisioneiro de interesses particularistas na esfera da educação, com perda maior ou menor de sua autonomia para a realização das tarefas educacionais que lhe competem administrativamente e politicamente, e com a devastação improdutiva dos recursos oficiais destinados à educação [...]. Em terceiro lugar, pretendemos esclarecer e alertar as opiniões para que todos os cidadãos patriotas e responsáveis, independentemente do seu saber e prestígio, venham a preocupar-se com os problemas educacionais brasileiros e com sua solução, colocando-se assim em condições de influenciar, pelos mecanismos normais do regime democrático, as decisões e orientações dos partidos e do governo nesse campo (Fernandes, 1960, p. 186).

Assim, em dezembro de 1961 foi sancionada pelo então presidente João Goulart a lei nº 4.024/1961, que se constitui na primeira LDB do Brasil durante o período em que o país se encontrava sob o regime parlamentarista.

A primeira LDB deu conta de organizar a totalidade da educação brasileira com uma atenção diferenciada para a educação fundamental, porém, com o acirramento da crise política, foi rapidamente interrompida pelo golpe civil militar, que impôs uma ditadura a partir de 1964, promovendo nova alteração nos rumos da educação pela lei nº 5.692/1971, baseada na concepção do acordo entre o MEC-Usaid (United States Agency for International Development), no sentido de ampliar a visão tecnicista da educação como um todo, retirando do currículo disciplinas do campo das ciências humanas e sociais.

A partir da década de 1970, pode-se dizer que ocorreram os primeiros movimentos para que a categoria dos professores brasileiros passassem a se inserir também no movimento sindical, ou seja, a presença sindical no campo da educação era praticamente inexistente nas fases anteriores da organização sindical brasileira, passando a compô-la somente na fase atual do novo sindicalismo.

A sindicalização dos servidores públicos no Brasil teve de enfrentar dois tipos de barreiras, de um lado, a barreira política, de legitimidade, de outro, os limites da legalidade.

No aspecto da legitimidade há que se considerar o pano de fundo teórico sobre o conceito de trabalho material e imaterial. O trabalho material, ou paradigma do trabalho vivo, tem como base a visão do trabalho, que resulta em produtos materiais úteis para o consumo direto, baseados no assalariamento, e que resulta na extração de mais valia; porquanto é considerado trabalho imaterial ou improdutivo as atividades intelectuais e serviços que não se materializam diretamente num produto material e concreto de consumo, estando fora do ciclo de acumulação do capital e da produção de mais valia (Antunes, 2018).

Assim, o sindicalismo, enquanto instrumento político de organização dos trabalhadores (produtivos), tinha como foco a atuação nos setores da chamada “classe operária clássica”, especialmente daqueles novos atores que surgiram com a revolução industrial, ao passo que os serviços públicos, além de serem considerados trabalhos improdutivos, ainda estão ligados ao poder do Estado, que lhes nega o pressuposto da produção de mais valia como instrumento de alienação e fetichização do trabalho, que deve ser desmistificado pela conscientização de classe como elemento político central da classe trabalhadora ou classe operária, que comumente são consideradas homônimos.

Em relação à dimensão da legalidade, a própria CLT baseava-se na ideia de que os sindicatos deveriam ser controlados pelo Estado. No artigo 566 define que “é vedada a sindicalização dos servidores do Estado e os das instituições paraestatais” (Menezes, 2016, p. 3) e “a Lei da Sindicalização por meio do Decreto nº 19.770, de 19 de março de 1931, que regulou a sindicalização das classes patronais e operárias, excluindo empregados e funcionários públicos” (Souza, 2018, p. 41).

Foi a Constituição de 1988 que estabeleceu a autonomia e liberdade sindical e o direito de greve, explícito no artigo 37, inciso VI, “embora tenha mantido a unicidade sindical, o financiamento sindical compulsório, o poder normativo da Justiça do trabalho e a representação sindical por categoria” (Menezes, 2016, p. 4),⁶ posteriormente regulamentado, especialmente no âmbito da União pela lei nº 8112/1990, onde trata do estatuto dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

No campo da educação, o professor Moacir Gadotti (1996) apresentou uma síntese da evolução desse movimento sindical nas duas primeiras décadas (1970 e 1980) no artigo intitulado “Estado e sindicalismo docente: 20 anos de conflitos”.

Gadotti, presidente de honra do Instituto Paulo Freire, registrou a história da organização dos trabalhadores em educação que teve a sua primeira reunião em 1973, na cidade do Rio de Janeiro, expondo uma narrativa e análise crítica dos momentos históricos dos docentes no país, bem como se estruturou a relação da sociedade civil com o regime militar, incluindo como os estudantes e professores se mobilizaram para a defesa da educação pública e gratuita para todos e a formação de associações, centros e conferências:

A partir da segunda metade da década de 70, a sociedade civil foi se reorganizando. Nos mais variados setores surgiram novas associações, e as antigas começaram a adquirir maior dinamismo. Desde 1975, as Associações de Docentes do Ensino Superior se multiplicavam nas universidades públicas e privadas. Em julho de 1977 foi criado, no Rio de Janeiro, o CEP (Centro Estadual de Professores), que congregava o magistério do estado do Rio de Janeiro. Em 1978 foi reestruturada a APEOESP (Associação dos Professores do Ensino Oficial do estado de São Paulo). Isso ocorreu também em outros Estados. Nessa época cresceu muito a CPB (Confederação dos Professores do Brasil), por conta do fortalecimento das entidades estaduais. Mais tarde (1989), a CPB transformou-se na CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação) [...]. Em 1978 foi fundada a ANPEd (Associação Nacional de Pós-

⁶ Menezes (2016) complementa que “embora o Brasil não seja signatário da Convenção 87, da Organização Internacional do Trabalho, que trata da liberdade sindical e da proteção do direito de sindicalização, em parte acaba por atender aos preceitos contidos em seu art. 2.º, que reza ‘os trabalhadores e os empregadores sem nenhuma distinção, têm direito de constituir as organizações que estimem convenientes, assim como o de filiarem-se a essas organizações com a única condição de observarem os seus estatutos” (Ribeiro; Faria, 2013, p. 6, apud Menezes, 2016). E o mesmo autor arremata: “No Brasil a evolução do constitucionalismo sindical ainda não logrou alcançar os patamares compatíveis com os princípios lhes permitiriam incluir-se entre os sistemas modernos, conforme sustentam inclusive alguns doutrinadores.”

Graduação em Educação), hoje Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (com a mesma sigla), inicialmente uma associação de coordenadores de Programas de Pós-Graduação em Educação que logo se abriu (1979) para professores, alunos e pesquisadores em educação. Em 1979 foi criada a ANDE (Associação Nacional de Educação). Isso se deu no momento em que os educadores retomavam a bandeira de luta pela “educação pública e gratuita para todos” contra a política privatista do regime militar. A união dessas três entidades – CEDES, ANPEd e ANDE – na preparação da CBE (Conferência Brasileira de Educação) deu-se a partir da reunião anual da ANPEd de Salvador (1979), onde os participantes demonstraram interesse pelo mesmo tema: “política educacional”, proposto pelo CEDES, para a realização do II Seminário de Educação Brasileira [...]. É no final da década de 70 e início de 80 que surge o maior número de entidades educacionais, tanto as que se referem à educação formal quanto às que se situam na área de educação sindical, popular e não-formal ou extraescolar (Gadotti, 1996, p. 15).

De acordo com Gindin (2013, p. 77), sindicalização dos trabalhadores em educação no Brasil de 1978 em diante, descreve que “em meados do século XX, em praticamente todos os estados brasileiros atuavam associações de professores primários das redes públicas”, tentando incluir a representação dos professores estaduais e de ensino médio. Assim foi criada a Associação de Professores Licenciados do Brasil (APLB), constituída no início da década de 1950, que acabou não se consolidando, e em 1960 os professores primários que atuavam nas redes estaduais fundaram a Confederação dos Professores Primários do Brasil (CPPB). Em 1966 a confederação paulista abandonou a CPPB e incorporou outra organização que reunia professores do ensino médio e formou a Apeoesp.

Na década de 1970, a CPPB ampliou seu escopo de representação e se tornou a Confederação dos Professores do Brasil (CPB), posicionando-se cada vez mais contrária ao regime militar até o ano de 1978, quando, diante da repercussão da greve dos metalúrgicos do ABC paulista (maio de 1978), os professores resolveram “engrossar o caldo”, iniciando pela Bahia, onde os professores também entraram em greve em junho de 1978, Paraná e São Paulo, no mês de agosto do mesmo ano, e nos dois anos seguintes praticamente todos os estados haviam feito pelo menos uma ou duas greves de professores.

A militância docente que estava à frente das greves encontrava-se dividida. Um segmento se nucleava no Partido dos Trabalhadores (PT), e estava integrado por quadros identificados com diferentes tendências de esquerda, de grupos trotskistas ou com origem em rupturas com o Partido Comunista na década de 1960. A APEOESP (São Paulo) era a principal associação dirigida por petistas. Esses disputavam a direção do movimento com docentes do Partido Comunista (PC), do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e outros quadros de esquerda que se mantinham à margem do PT. A APLB (Bahia), depois de ser dirigida por petistas, passou a ser conduzida por militantes do PCdoB em 1985. Um terceiro segmento estava integrado por lideranças tradicionais, sem militância nos partidos de esquerda, mas que teria forte projeção política – como era o caso do próprio Zaneti, do Rio Grande do Sul (Gindin, 2013, p. 78).

No passo seguinte, em 1981, foi criada a União Nacional dos Trabalhadores em Educação (Unate), que inclui professores da rede pública e particular em todas as esferas: municipal, estadual e federal, o que causou um esvaziamento da CPB. Com a fundação da CUT em 1983, a central passou a pressionar a CPB para se filiar, e ao longo dos anos de 1980 a entidade viu ampliar sua base de sócios e sua representatividade. Em 1989 foi criada a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), e no ano seguinte unificou-se com a CPB, além da Federação Nacional de Orientadores Educacionais, da Federação Nacional dos Supervisores de Educação e da Coordenação Nacional de Funcionários de Escolas Públicas, promovendo congressos de unificação nos estados. “Segundo dados dos seus próprios congressos, a CPB/CNTE passou de 76 mil sócios em 1978, para 295 mil em 1985 e 572 mil em 1991” (Gindin, 2013, p. 79). Os trabalhadores da rede federal de ensino básico e os professores universitários criaram o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes) em 1981 e o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe) em 1988.

A partir desse período as lutas da educação passaram a se concentrar no papel decisivo da nova Constituição do Brasil, instalada no dia 1º de fevereiro de 1987 e promulgada em outubro de 1988. Foi um período de intensa organização e pressão social em diversos temas cuja sociedade civil buscou apresentar propostas e influenciar a nova Carta Constitucional, e o tema da educação teve destaque através da organização do Fórum Nacional de Educação em defesa do ensino público, gratuito e de qualidade, do qual faziam parte diversas entidades da sociedade civil.

O Fórum Nacional de Educação buscou influenciar a Constituinte, que tratou da educação dos artigos 205 ao 214, após imediatamente iniciaram os debates sobre a elaboração de uma nova LDB. A primeira proposta foi apresentada pelo deputado federal Jorge Hage (PMDB da Bahia), aprovada pela Comissão de Educação em 1990, porém, depois do processo de *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello (1992), o projeto não foi levado em votação em razão de 1.275 emendas apresentadas, quando em fevereiro de 1993 foi apresentado um novo projeto de LDB pelo senador Darcy Ribeiro, sendo finalmente aprovado em 17 de dezembro de 1996, com um total de 92 artigos, sob fortes críticas do Fórum Nacional da Escola Pública.

Depois da aprovação da LDB, uma das pautas importantes da luta sindical no campo da educação e demais entidades presentes no fórum foi a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE), onde estabelece diretrizes e metas para a educação brasileira. O PNE foi

instituído em 1996, mas só entrou em vigor em 2001 até 2010, depois passou por um processo de avaliação através de conferências, dando a base para a formulação do novo PNE (2014 até 2024), em vigor atualmente. A segunda pauta fundamental foi sobre os recursos destinados à educação.

Conforme previsto na Constituição (1988) no artigo 212: “A União aplicará, anualmente, nunca menos de 18%, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios 25%, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.” A LDB (1996) dedica o título VII dos Recursos financeiros, que deverão ser oriundos de impostos, transferências, do salário educação e outras contribuições sociais e de incentivos fiscais. Esses recursos são destinados para a remuneração e o aperfeiçoamento profissional; a construção e a manutenção de instalações e equipamentos; os serviços, os estudos e a pesquisa; as atividades-meio para o funcionamento do sistema; as bolsas de estudos; as operações de crédito; as amortizações de dívidas e os materiais didáticos.

Havia sido criado em 1964 o salário-educação como um tributo suplementar destinado exclusivamente ao ensino fundamental, posteriormente, em 1968, foi criado o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) como uma autarquia responsável pela execução das políticas educacionais do MEC. Em 1996 foi criado também o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) (Brasil, 1996), que determinava 60% do total dos recursos aplicados à educação serem destinados exclusivamente ao ensino fundamental, o que representava 15% do total dos impostos arrecadados nos estados, DF e municípios.

O Fundef foi substituído pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) (Brasil, 2007), ampliando a abrangência de alunos incluídos de 30,2 milhões (até dez anos) para 48,1 milhões (até 14 anos) de acordo com o censo escolar de 2005 (Inep, 2014).

No entanto, em 1994 foi criada a Desvinculação das Receitas da União (DRU), com o nome de Fundo Social de Emergência (1994), que, dentre outros efeitos, reduziu de 18 para 14,4% os investimentos da União em educação. Essa lei teve vigência até 2009, quando a emenda constitucional 59 estabeleceu a extinção gradativa da DRU até o ano de 2011. Conseqüentemente, no período entre 1994 e 2007 foram gastos pela União aproximadamente 50 bilhões em educação, porém, se não houvesse a DRU, poderiam ter sido aplicados 100 bilhões no total (Piletti; Rossato, 2010).

Em dezembro de 2016 foi aprovado no Congresso Nacional e imediatamente sancionado pela Presidência da República o Projeto de Emenda Constitucional (PEC) nº 55 (Brasil, 2016c), onde impõe um teto para os gastos públicos nos próximos vinte anos. Dessa vez ficam congelados os investimentos com seguridade social, saúde, educação, previdência e assistência social, o que representará uma perda futura de recursos da União para a educação num valor estimado de 45,2 bilhões de reais, representando praticamente o total investido no ano de 2010 (Brasil, 2016c), comprometendo especialmente a meta 20 do PNE, que pretendia ampliar para 10% do Produto Interno Bruto (PIB) ao longo do próximo decênio, o que tem sido pauta de mobilizações sociais e protestos organizados por entidades que representam os professores e os estudantes em diversos locais do país. Nesse contexto também se desencadeia a luta pelo piso nacional do magistério, que abordaremos na próxima seção, inserido na narrativa da história do Sinte e do processo histórico que desencadeou a greve de 2011.

Assim, espera-se ter apresentado uma narrativa sobre os movimentos e a organização sindical dos trabalhadores e trabalhadoras em educação no Brasil, tendo como elemento-chave a disputa de visão entre o conceito de escola pública ou privada tanto no que se refere ao acesso quanto às finalidades do ensino. Essa clivagem estava presente na decisão de Pombal (1759) em “expulsar” os jesuítas da sua atuação na educação brasileira para implementar um projeto de ensino empirista baseado nas ciências modernas, depois, no período republicano, a Reforma de Benjamin Constant (1890-1891) retomou o cunho liberal e elitista, abrindo o ensino fundamental para a iniciativa privada, que mobilizou o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932), apontando exatamente essa dualidade entre o ensino público voltado para a formação de mão de obra e a educação propedêutica de acesso a uma elite. Em partes, esse conceito foi observado pela Constituição de 1934 que retornou à obrigatoriedade do ensino primário, mas que se contradiz com a capacidade de decisão e políticas efetivas, tanto que o debate sobre a formulação da primeira LDB se estendeu de 1946 até 1961, desencadeando, então, um novo movimento chamado Campanha em Defesa da Escola Pública (1959).

A inserção dos trabalhadores e trabalhadoras em educação no campo do movimento sindical ocorreu a partir de 1970, especialmente a partir das greves de 1978 e a consequente organização das entidades representativas do setor, que praticamente combinaram a atuação em questões pragmáticas do sindicalismo de resultados com a luta em defesa da escola pública, juntamente com outros movimentos da sociedade civil presentes no Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública.

Ao mesmo tempo, nesse período se destacaram intelectuais orgânicos no campo da educação que tiveram influência decisiva na combinação da luta por resultados e na luta de classe, com destaque para o professor Florestan Fernandes (1920-1995), um exímio sociólogo, constituinte e educador, marcou um novo estilo de investigação sociológica que revolucionou o tecido de investigação social. Defensor de concepções dialéticas marxistas e de um repensar os problemas formulados por Max Weber, faz a apologia da vinculação entre a teoria e a prática sociológica e rompeu com as dogmáticas teóricas e práticas de concessões, inclusive da esquerda. Contrário à segregação espacial e ao isolamento cultural, Florestan Fernandes (1980) apresentou sua apologia em prol da holística teórica e prática desde as instituições de ensino superior: Darcy Ribeiro (1922-1997) e o patrono da educação brasileira Paulo Freire (1921-1997) são também notáveis pensadores e educadores, seja pela defesa de novas identidades nos processos latino-americanos, educação e cultura, seja pela crítica aos privilégios da classe dominante e de uma defesa internacionalmente reconhecida que tem a educação como prática de liberdade e transformação.

História da organização sindical dos professores e professoras em Santa Catarina e o piso nacional salarial do magistério

Serão, inicialmente, analisadas duas direções da história da organização sindical dos professores e professoras do estado de Santa Catarina: primeiro, contextualizam-se e relacionam-se os principais momentos da organização na esfera estadual, com questões nacionais em quatro momentos – antes de 1991; de 1992 até 1996; de 1997 até 2000; desta data em diante; segundo, analisa-se a trajetória própria da organização sindical dos professores e professoras no estado. Este segundo bloco de análise pode ser subdividido em três aspectos distintos: a organização interna do sindicato, que diz respeito à correlação de forças, eleições, congressos e principais divergências sobre o funcionamento e representação; as principais pautas e posicionamentos do sindicato e respectivas clivagens internas em relação a esses temas; a trajetória de mobilizações, greves e conquistas relativas às pautas corporativas.

De acordo com Campos (2004), a primeira entidade representativa dos trabalhadores em educação do estado de Santa Catarina foi a Associação dos Licenciados de Santa Catarina (Alisc), fundada em 8 de maio de 1966. Porém, pode-se considerar também a criação da Associação Catarinense de Professores (ACP), fundada em 1952, denominada inicialmente de Sociedade Recreativa dos Professores, depois Associação Cultural e Recreativa dos Professores

(1956) e, finalmente, Associação Catarinense de Professores a partir de 1965, desempenhando basicamente um trabalho de cunho assistencialista: apoio às demandas jurídicas; planos de saúde; convênios com o comércio; atividades sociais, culturais e de lazer; sedes recreativas e hospedagem aos associados e a seus familiares (ACP, 2020).

De acordo com Gindin (2013, p. 77), antes da década de 1960 essa era a forma de organização dos professores, especialmente dos níveis primários das redes públicas que “operavam fora da legislação trabalhista”, pois a organização dos educadores dependia das condições objetivas e subjetivas dos profissionais.

Dentre as condições objetivas, em primeiro lugar, estava a precariedade da educação brasileira, considerando que em 1950 havia 50,6% de analfabetos com 15 anos ou mais (Inep, 2014), as relações de trabalho baseadas em contratos precários, considerando que na primeira metade do século XX apenas os professores da escola primária eram contratados por concurso público estadual e os demais trabalhadores docentes licenciados eram remunerados pelo número de horas ministradas, ou seja, contratados em caráter precário, portanto, havia um controle do Estado sobre a formação e o exercício da atividade do magistério (Campos, 2004; Rosso et al., 2011; Souza, 2012; Gindin, 2013).

Em relação aos aspectos subjetivos considera-se a consciência de classe dos educadores, ou seja, a percepção que os profissionais da educação tinham sobre o seu trabalho, considerado um trabalho intelectual diferenciado da classe operária, laboral, que tradicionalmente se organizava em sindicato, “ou ainda a dificuldade que os docentes encontraram em libertar-se de amarras ideológicas e políticas que sobre seus ombros pesavam” (Rosso et al., 2011, p. 113).

Portanto, ainda que não houvesse um impedimento legal explícito da organização sindical dos educadores, havia um controle indireto do Estado, enquanto contratante de um serviço precário e, ao mesmo tempo, a dificuldade de os professores compreenderem seu papel social como “trabalhadores” da educação.

Assim, no âmbito estadual, a Alisc seguiu a tendência de se tornar sindicato e a ACP se manteve como uma organização assistencial. Até 1978, ambas as entidades eram filiadas à CPB em nível nacional: “A ACP, que tinha declarado 2.500 sócios à CPB em 1978, deixou de participar da confederação. A ALISC canalizou as mobilizações dos anos 1980 e transformou-se em SINTE-SC em 1988. Não filia as redes municipais” (Gindin, 2013, p. 88). Em número de filiados, a Alisc/CPB contava com 4.235 em 1985, passando para 25.001 professores representados pelo Sinte/CNTE em 2010.

Segundo Souza (2012, p. 19), a “ALISC constitui-se fundamentalmente pela negação da figura do professor designado, ou seja, professores que eram contratados sem concurso público e em caráter temporário”, combinando a articulação sindical nacional junto à CPB, com a organização de associações regionais de professores, como foi o caso da Associação dos Professores do Sul Catarinense (Proasc), em Criciúma, cidade que sediou o XVII Congresso Nacional da Confederação dos Professores do Brasil (CPB), com o tema: “Política educacional e organização dos professores”⁷ no ano de 1984.

Portanto, o alinhamento da Alisc com a CPB define sua tendência de se tornar sindicato, e no contexto nacional das greves de professores a partir de 1978, Santa Catarina ficou entre os últimos estados a aderir a onda de greves, ocorrendo apenas em 1980, liderada pela Alisc, que, na época, contava com oitocentos filiados. Na pauta estavam algumas reivindicações tradicionais, como reposição salarial, plano de cargos e salários e concurso público bianual para especialistas (Campos, 2004).

De acordo com Souza (2012, p. 20), “a greve de 1980 consolida a ALISC como entidade representativa dos docentes, tanto pelo surgimento de novas lideranças, como pelo caráter estadual que o movimento requeria”.

Nova greve foi chamada pela Alisc em 1983, durante o governo de Espiridião Amin, quando conquistou a elaboração do Plano Estadual de Educação (PEE), mobilizando a participação de mais de um milhão de pessoas (Sousa, 1996, apud Campos, 2004). Souza (2012) explica que para a organização do PEE o governo catarinense convidou algumas entidades ligadas à educação, como, por exemplo, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); o Conselho Estadual de Educação (CEE); o Sindicato dos Professores (escolas particulares) de Florianópolis (Simpro); a Associação Catarinense das Fundações Educacionais (Acafe), que representava as universidades comunitárias; e também a Alisc, excluindo desse chamado as entidades estudantis. Paralelamente foram convocados outros fóruns de debate que tomaram uma posição de denunciar a tática populista do governador Esperidião Amin de selecionar apenas algumas entidades para legitimar suas propostas. Essas entidades se reuniram em Itajaí no mês de setembro de 1985 e lançaram o “Manifesto de Itajaí”, assinado pela Alisc; pela Associação dos Professores da UFSC (Apusc); União Catarinense de Estudantes (UCE); ACP; Associação de Ensino de Santa Catarina (Assesc). Contudo, “essa abertura possibilitou aos professores construir uma organização mais efetiva, atingido a partir daquele momento todas as regiões do Estado” (Souza, 2012, p. 29). Além de avanços importantes para a categoria

⁷ Informativo da Confederação dos Professores do Brasil – CPB de 1984.

conquistados com a aprovação do PEE, o processo também foi um aprendizado para despertar a importância da participação.

A CUT foi fundada, nacionalmente, em 1983, e em 1985 a Alisc filiou-se à CUT em Santa Catarina, ainda que houvessem manifestações contrárias, “visto que naquela época, e ainda hoje, a CUT esteve e está identificada com o Partido dos Trabalhadores (PT)” (Campos, 2004, p. 16). Seguindo orientações da central, a associação catarinense se engajou nas discussões e mobilizações para intervir nas definições da Constituição federal de 1988, especialmente para garantir o direito de sindicalização dos servidores públicos, a gestão democrática na educação e o direito de greve.

Assim, tão logo aprovada a Constituição, em 5 de outubro de 1988, “a ALISC se concretiza como um legítimo organismo de representação jurídico-política dos docentes, posteriormente sendo criado o Sindicato dos Trabalhadores em Educação da rede oficial de ensino do Estado de Santa Catarina, mais precisamente em 06 de outubro de 1988” (Campos, 2004, p. 18), ou seja, o Sinte foi criado no dia seguinte à promulgação da Constituição federal de 1988. Souza (2012, p. 24) resgata um fragmento da ata de fundação: “O SINTE é criado em 6 de outubro de 1988, em assembleia geral realizada em Florianópolis no Colégio Estadual Henrique Stodick, com a presença de aproximadamente 70 pessoas.”

No ano seguinte (1989), o Sinte realizou seu primeiro congresso na maior cidade do estado, Joinville (SC), tomando por critério a realização desses eventos de forma descentralizada nas principais cidades polos regionais.

Essa fase inicial do Sinte ficou marcada pela primeira grande greve da categoria, que paralisou por 64 dias em 1991, e outras seis greves no período desde a fundação até 1998, portanto, nesta segunda fase de atuação sindical busca-se compreender, com base nos três elementos de análise, as questões internas, posicionamentos políticos de ordem geral e pautas reivindicatórias de mobilização da categoria.

No aspecto interno, o período de 1991 até 1996 foi marcado pelas disputas eleitorais do Sinte e os debates do II ao V congressos da entidade, apontando posicionamentos internos divergentes sobre os temas de formação-filiação-trabalho de base, especialmente a discussão sobre a proporcionalidade na composição da direção. Tais divergências são percebidas nos posicionamentos dos principais grupos que se organizaram para disputar a direção da entidade.

O número de sócios cresceu vertiginosamente a partir da criação do sindicato, considerando os oitocentos filiados iniciais da Alisc. Com a criação do Sinte em 1988, passou

para sete mil filiados, 12.800 em 1990 e 13.800 em 1991 (Campos, 2004, p. 26). Os congressos foram realizados quase que anualmente (Quadro 1).

Quadro 1 - Histórico dos congressos estaduais do Sinte

Congresso	Ano	Cidade
I Congresso	1989	Joinville
II Congresso	1990	Florianópolis
III Congresso	1992	Chapecó
IV Congresso	1994	Tubarão
V Congresso	1995	São Miguel do Oeste
VI Congresso	1997	Blumenau
VII Congresso	2002	Concórdia
VIII Congresso	2005	Araranguá
IX Congresso	2009	Chapecó
X Congresso	2013	Fraiburgo
XI Congresso	2017	Jaraguá do Sul

Fontes: Campos (2004), resoluções dos congressos (arquivo Sinte).

O quadro configura as principais forças políticas que disputaram a direção do sindicato nesse período posicionadas especialmente no campo de esquerda quando relacionadas com o espectro político partidário. Conforme abordado anteriormente, há uma sobreposição de militância e engajamento nos quadros da direção do movimento sindical, chamado “multimilitantismo” (Pudal, 2011), ou seja, os dirigentes sindicais se destacam também na atuação partidária e em outros movimentos sociais ou religiosos. Geralmente não há correspondência entre o posicionamento político-partidário das bases da categoria com a sua direção, que, por sua vez, deve ser mais politizada e ativista na luta da classe que extrapola o campo sindical.

Portanto, a partir do I Congresso do Sinte em 1990, a direção do sindicato foi polarizada em três grupos políticos, protagonizados por lideranças defensoras da CUT e ligadas ao PT: a Articulação Sindical, dirigida pela professora Ideli Salvatti, eleita presidente da entidade; a CUT, pela Base, liderada pela professora Rita de Cássia Gonçalves; a Convergência Socialista, liderada pela professora Joanhina de Oliveira.⁸ Além dessas três forças que disputaram inicialmente o I Congresso, ao longo dessa segunda fase surgiram outras, como, por exemplo, Corrente o Trabalho, que foi se dissipando no decorrer dos anos, mas ainda existe atualmente;

⁸ Ambas passaram pela presidência da entidade em eleições posteriores.

Corrente Sindical Classista (CSC), ligada ao PCdoB. No final de 1992, a Convergência Socialista foi expulsa do PT e criou o Movimento por uma Tendência Socialista (MTS), recompondo-se com a fundação do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU) em 1994, atualmente está organizada na Central Sindical e Popular-Conlutas (CSP-Conlutas) e mantendo-se na disputa do Sinte. Eventualmente foram apresentadas teses distintas das principais forças políticas, como a “Tese de Araranguá”, apresentada no II Congresso do Sinte em 1990 na cidade de Florianópolis, e outros agrupamentos ou lideranças individuais que se autodenominam de Independentes. A partir de 2003 surgiu uma nova força política no Sinte, composta por petistas que divergiam da Articulação Sindical,⁹ a força Resistir e Conquistar (RC). Depois de 2011 apresentou-se outra força política ligada ao Psol a Intersindical.

O quadro a seguir, resumidamente, apresenta a sucessão histórica das eleições do Sinte, com os seus respectivos presidentes ou coordenadores e a força política de seu mandato.¹⁰

Quadro 2 - Histórico dos presidentes ou coordenadores(as) do Sinte e respectivas forças políticas

Período do mandato	Presidente/Coordenador(a)	Força política
Alisc 1987-1988	Ideli Salvatti	Articulação Sindical
Sinte 1988-1989	Ideli Salvatti	Articulação Sindical
1990-1992	Rita de Cássia Gonçalves	CUT pela Base
1992-1994	Célia Kleine	Articulação Sindical
1994-1996	Célia Kleine	Articulação Sindical
1996-1998	Ana Aquini	MTS/PSTU
1998-2001 ¹¹	Marta Vanelli	Articulação Sindical
2001-2004	Marta Vanelli	Articulação Sindical
2004-2007	Antônio de Campos e Danilo Ledra	Resistir e Conquistar
2007-2010	Danilo Ledra e Joanhina de Oliveira ¹²	Independentes - MTS/PSTU
2010-2013	Alvete Pasin Bedin	Resistir e Conquistar
2013-2016	Luiz Carlos Vieira	Resistir e Conquistar
2016-2018	Aldoir José Kraemer	Resistir e Conquistar
2018-2020	Luiz Carlos Vieira	Resistir e Conquistar

Fonte: Campos (2004); Alesc (2016), quadro construído pelo autor.

⁹ Esse grupo político, que também é composto de petistas, pertencia ao campo de esquerda do partido, no primeiro momento faziam parte de uma tendência do PT, chamada Articulação de Esquerda, que a partir de 2006 passou a se chamar Militância Socialista e que se apresenta no Sinte com o nome de movimento Resistir e Conquistar (RC).

¹⁰ Obviamente trata-se de uma síntese que requer especificidades em algumas situações particulares.

¹¹ A partir de 1998 houve uma mudança estatutária e os mandatos, que eram de dois anos, passaram para três.

¹² Dois mandatos entre 2007 e 2013 foram divididos em dois coordenadores gerais no mesmo período, sendo o primeiro entre Antônio Valmor de Campos (RC) e Danilo Ledra (representante dos Independentes) e o segundo entre Danilo Ledra e Joanhina de Oliveira (MTS/PSTU).

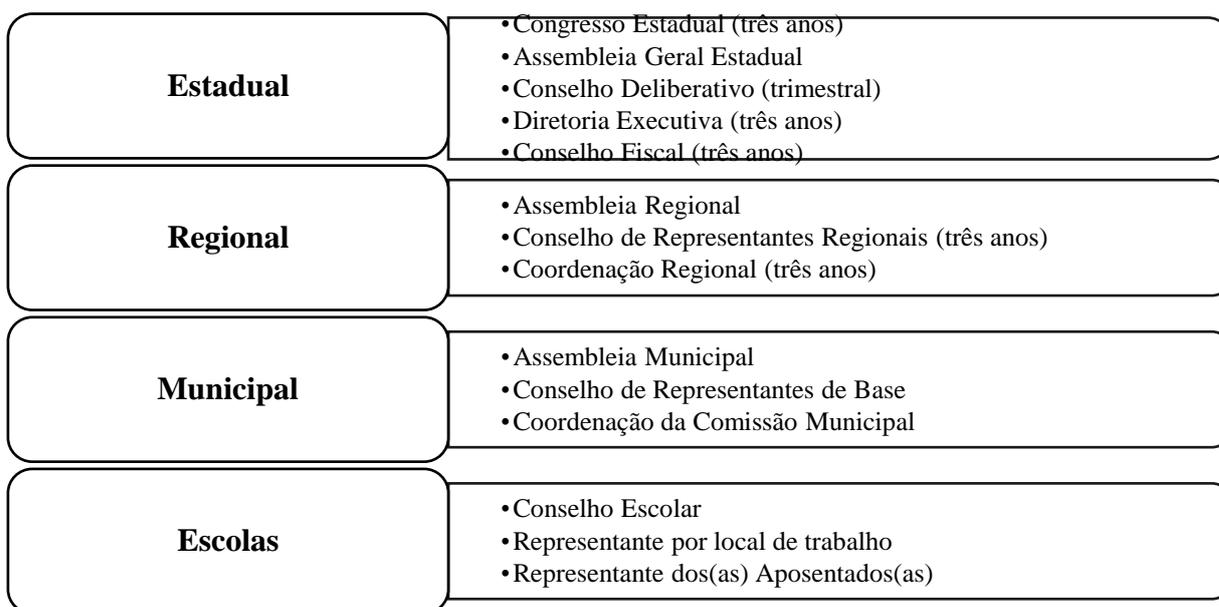
Percebe-se que houve alterações na correlação de forças internas do Sinte, caracterizadas especialmente pela hegemonia da Articulação Sindical, no primeiro período, intercalando mandatos ligados ao MTS/PSTU, e, recentemente, as direções do sindicato têm sido hegemônicas pelo movimento RC. Contudo, em que pese a alteração de hegemonia, não houve mudanças significativas no bloco do poder, que permaneceu no espectro político de esquerda, especialmente ligado ao PT.

Dentre os temas de divergência interna dessas forças políticas que acompanharam o debate desde o primeiro período até o momento atual não houve grandes alterações. Grosso modo, houve pouca divergência nas pautas, se deviam ou não ser incorporadas pelo Sinte. No entanto, as diferenças se encontravam em relação ao “tom” do posicionamento do sindicato em relação às pautas conjunturais, caracterizando-se numa escala mais radical por parte do MTS/PSTU e uma postura mais equilibrada entre o radicalismo e os moderados por parte do movimento RC, e uma postura geralmente mais moderada da Articulação Sindical.

Um aspecto importante a ser ressaltado para a compreensão da trajetória das lutas do Sinte, por dentro do conflito, é entender a estrutura organizativa e de funcionamento no conjunto da entidade, não apenas a composição das forças políticas e a cúpula da direção estadual da entidade.

A organização do Sinte divide-se em quatro níveis: estadual, regional, municipal e por escola ou local de trabalho, com suas respectivas instâncias e periodicidade ou prazo de mandato, conforme organograma (Fig. 1).

Figura 1 - Organograma das instâncias do Sinte



Fonte: Estatuto do Sinte, organograma construído pelo autor.

O Conselho Deliberativo é uma instância importante na estrutura do Sinte, pois faz o elo entre as deliberações dos congressos, especialmente das assembleias, e os encaminhamentos práticos da direção estadual e direções regionais. Portanto, é acionado sempre que houver questões importantes para serem deliberadas. Os(as) conselheiros(as) são eleitos(as) a cada três anos, juntamente com a coordenação executiva estadual e coordenações regionais, portanto, nas eleições gerais são escolhidos os representantes para as três instâncias. A proporção para a eleição dos conselheiros estaduais é de uma vaga para cada quatrocentos filiados na regional, porém, o Conselho Estadual é mais amplo que a soma dos conselheiros regionais, sendo que também compõe o conselho da Coordenação Executiva Estadual, os(as) coordenadores(as) regionais do Sinte e coordenadores(as) das comissões municipais, portanto, trata-se de uma das instâncias mais horizontais de decisão do sindicato.

Outro aspecto que chama a atenção é o formato da composição da direção estadual do Sinte, que desde o VIII Congresso Estadual, que ocorreu em Araranguá em 2005, passou a se chamar coordenador(a) e não mais presidente, buscando se caracterizar como uma direção colegiada e não hierárquica. O artigo 29 do atual estatuto do Sinte especifica a composição da sua diretoria executiva, composta por 17 membros, sendo um(a) coordenador(a) e vice-coordenador(a) estadual e as seguintes secretarias: geral; financeira; organização; formação política sindical; política sociais; aposentados(as) e assuntos previdenciários; assuntos educacionais e culturais; imprensa e divulgação; assuntos jurídicos e trabalhistas; direitos humanos e gênero; representantes dos professores admitidos em caráter temporário (ACT); relações étnico-raciais; saúde dos(as) trabalhadores(as) na educação; demais cargos de assessoria, especialistas, consultores e funcionários; juventude. Nessa composição, percebe-se que há a intensão de representar amplamente as áreas presentes na categoria, mas também os temas relevantes para a luta social mais ampla que as questões pragmáticas dos profissionais da educação.

Por fim, mais uma ressalva contida no parágrafo 7º do artigo 66 do estatuto: “São inelegíveis por dois mandatos os Dirigentes que furarem greve, passando por cima das deliberações da Assembleia Estadual (Coordenação Estadual, Coordenadores Regionais e Conselheiros)”, ou seja, as greves do Sinte tornaram-se praticamente um “momento sagrado” para a legitimação das direções e cláusula pétrea para ocuparem as suas funções de dirigentes.

Considerando ainda que as coordenações regionais do Sinte são compostas por sete membros efetivos e sete suplentes, estando o sindicato organizado em trinta sedes regionais, formando um “pequeno exército” de 210 dirigentes regionais, outros 210 suplentes, mais os

representantes municipais e representantes por local de trabalho e de aposentados(as) em cada escola.

Essa estrutura política e organizativa é complexa, em que cada força política organiza sua rede de dirigentes militantes que articulam a representação geral dos interesses da categoria e da classe trabalhadora com a disputa de espaços na composição de cada uma das instâncias do sindicato, capitaneadas pelas diferentes forças políticas estaduais que disputam a hegemonia na direção do Sinte.

Um exemplos dessas diferenças ocorreu especialmente na fase inicial em relação à política de formação sindical da entidade, quando, por um lado, o MTS defendia uma formação em massa dos filiados e uma abordagem mais radicalizada em relação à consciência de classe trabalhadora e o papel revolucionário do sindicato; por outro, a articulação sindical defendia uma formação mais restrita aos quadros dirigentes, abordando um conteúdo menos ideológico e voltado para a prática cotidiana da atuação sindical. Contudo, é no período de mandato hegemonizado pelo movimento RC que se desencadeou a principal e mais ampla iniciativa de formação sindical desde 2012, tomando por base os conteúdos elaborados pela CNTE e posteriormente conveniados com a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), com sede em Chapecó. O Sinte vem realizando de forma descentralizada, com turmas regionais, um processo de formação de lideranças de base que alcança aproximadamente quinhentos professores a cada ano.

Outro exemplo polêmico em relação às políticas internas do sindicato é a forma de composição da direção, devendo ser majoritária ou proporcional. É importante ressaltar que as eleições do Sinte são diretas, nas quais votam todos os filiados em cada município do estado, e desde 1994 são concomitantes entre as chapas estaduais e as direções das 22 instâncias regionais. Na época eram aproximadamente 14 mil filiados, desses 7.310 votaram para eleger delegados para o IV Congresso, realizado em Tubarão. Excepcionalmente naquela oportunidade houve a composição de uma chapa de consenso, que obteve 93,75% de votos favoráveis dos seus filiados. Traçando um quadro comparativo com a última eleição (2019), foram 13.072 votantes que optaram por quatro chapas e reelegeram o grupo encabeçado pelo movimento RC, com 8.078 votos (63,88%), e junto escolheram a direção de trinta regionais, num universo de 26.200 filiados.

Com exceção de 1994, em todas as outras eleições houve disputa, e a maioria da composição da direção foi pelo método majoritário, ou seja, a chapa mais votada ocupava todos os cargos da direção, exceto o período entre 2006 e 2016, quando houve uma alteração

estatutária no VIII Congresso Estadual do Sinte, realizado em Araranguá em 2005, passando a adotar a proporcionalidade na composição da direção estadual da entidade, atendendo a uma expectativa que vinha sendo pautada desde 1990 e que durou três mandatos, retornado para eleições majoritárias no X Congresso Estadual, realizado em Fraiburgo em 2013.

Dos principais argumentos favoráveis à proporcionalidade, destaca-se a inclusão de todas as forças políticas na composição da direção de forma representativa ao número de votos que cada chapa obteve na base dos filiados. Contudo, o principal argumento contrário à composição proporcional da direção estadual do Sinte foram as divergências do período eleitoral do sindicato que se perpetuaram no decorrer do mandato, causando indefinições nas decisões ou, mesmo, falta de centralidade nos encaminhamentos da parte que obtivesse minoria de votos nas suas posições. Em tese, ambos os argumentos são válidos, porém, cada um focaliza aspectos diferentes, enquanto o primeiro defende um critério próximo de um modelo de representatividade direta, que é importante, o outro argumenta que é de ordem funcional, e ambos se mostram pertinentes, porém, com base na experiência durante o período em que essa metodologia esteve vigente, reconheceu-se que o critério de inclusão não compensava as dificuldades de decisão e funcionalidade do sindicato, retornando ao método inicial de composição da direção, que se assemelha à maioria dos sindicatos de professores e de outras categorias no Brasil.

Pode-se incluir também a discussão sobre o modelo hierárquico ou horizontalizado de composição e funcionamento da direção. Sobre isso, a principal diferença era a nomenclatura do cargo principal, devia ser presidente ou coordenador, o que refletia num modelo de gestão mais verticalizado ou colegiado. Nessa pauta não houve maiores resistências e adotou-se o modelo colegiado cujo cargo principal é de coordenador(a), porém, do ponto de vista oficial, para fins de registro público, há uma exigência na utilização da nomenclatura de presidente, na prática, especialmente na base da categoria, o(a) coordenador(a) é mais reconhecido(a), simbolicamente, como presidente, ao invés de coordenador. Quanto ao funcionamento interno da direção, a postura do dirigente é importante na caracterização de um mandato mais colegiado ou centralizado pela cúpula.

Portanto, pode-se afirmar que o período entre 2004 e 2011 foi particularmente importante para compreender a greve de 2011 e a fase atual do Sinte, especialmente em relação à correlação de forças internas e à forma de composição e funcionamento do sindicato, considerando que o período anterior foi basicamente hegemonizado pela Articulação Sindical (Artsind), como se pode observar na tabela anterior do histórico dos coordenadores do Sinte,

desde 1992 até 2004, foram dois mandatos consecutivos de Célia Kleine (Artsind), intercalados por um mandato de Ana Aquini (MTS) e mais dois mandatos de Marta Vanelli (Artsind). A eleição de Antônio Campos para coordenador estadual do Sinte em 2004 quebrou essa sequência e alterou a correlação de forças anteriores, pois Campos vinha de uma força política também ligada ao Partido dos Trabalhadores e minoritária dentro da CUT, que ainda não havia disputado o Sinte nenhum vez, porém contava com boa representatividade interna no partido. Na época, Antônio Valmor de Campos representava a Articulação de Esquerda, que tinha a maioria na direção do PT catarinense e pouca inserção sindical. O surgimento dessa terceira força naquele momento unificou os demais grupos que faziam oposição à Artsind (Independentes e o próprio MTS), que passaram a apoiar Campos, unificando e obtendo vitória sobre o grupo hegemônico (2004), que naquele momento acabara de empossar sua principal referência, a primeira presidente do Sinte Ideli Salvatti, como senadora da República, ou seja, percebe-se que há aí um contexto inusitado e contraditório entre a correlação de forças institucional, partidária e sindical, que pode ser aprofundado em outros estudos.

O mandato que teve Antônio Valmor de Campos na coordenação geral havia de enfrentar fortes tensões, pois tratava-se de uma unificação de diferentes, assim era percebido no VIII Congresso Estadual de Araranguá em 2005, quando duas decisões históricas dividiam o plenário: a proporcionalidade e a desfiliação da central sindical (CUT). Em relação à proporcionalidade na composição da direção estadual do Sinte e das coordenações regionais, a proposta contou com o apoio da Articulação de Esquerda, dos Independentes e do MTS, sendo aprovada por uma margem mínima de votos. No entanto, a proposta de desfiliação do Sinte da CUT foi defendida pelo Independentes e MTS, porém a Articulação de Esquerda votou junto com a Artsind, contrário a essa proposta, vencendo igualmente a opção inversa por uma pequena margem de votos, e o Sinte manteve-se filiado à CUT como fora desde 1985. A partir desse congresso, todos os demais foram pautados pelo PSTU/CSP-Conlutas a desfiliação da CUT.

Outra mudança importante foi a alteração na nomenclatura de presidente para coordenador estadual. Antônio Campos foi eleito, cumpriu seu primeiro mandato (2005-2007), na eleição posterior (2007), o bloco se dividiu, resultando, por ordem numérica de votos, o Independentes, juntamente com o MTS, venceu o pleito e dividiu o mandato de três anos entre Danilo Ledra e Joaquina de Oliveira na coordenação geral; a Articulação de Esquerda foi a segunda força com maior número de votos, ficando Antônio Valmor de Campos vice-

coordenador, e a Artsind passou a ser a terceira força em número de votos. Todas juntas compuseram a direção do Sinte naqueles três mandatos (2007-2010, 2011-2013 e 2014-2016).

A greve de 2011 vem depois desse período conturbado dentro do Sinte, quando o grupo RC já não se reivindicava mais como Articulação de Esquerda, que em Santa Catarina havia sido desalinhado da direção nacional dessa força política de atuação dentro do PT e da CUT, ou seja, manteve-se o grupo político, mas com outra nomenclatura, agora como um grupo específico, que passou a atuar exclusivamente no Sinte, conhecido como RC. Em 2010, Antônio de Campos voltou a disputar a coordenação estadual pela quarta vez consecutiva, e venceu novamente as eleições, renunciando logo em seguida, pois tinha sido aprovado em um concurso para professor na Universidade Federal da Fronteira Sul, recém-criada, em Chapecó, e havia incompatibilidade funcional, precisando renunciar ao concurso de professor da rede pública estadual, conseqüentemente de coordenador do Sinte, cargo que foi ocupado por Alvet Bedin, da mesma força política, e que teve papel importante naquele grupo desde a primeira eleição de Campos em 2003. Foi sob a coordenação de Alvet Bedin que o Sinte enfrentou a maior greve da sua história, e apenas para finalizar essa narrativa da correlação de forças internas do sindicato, pouco antes da greve de 2011 havia sido aprovada a proporcionalidade na composição da direção estadual, considerando que essa experiência foi também para as instâncias de decisões da greve, o que acirrou ainda mais os ânimos das disputas internas, e o mandato foi marcado por fortes embates e por encaminhamentos unilaterais, principalmente nos encaminhamentos da greve. Foi em meio a isso que o grupo RC mudou de posição em relação à proporcionalidade, e no X Congresso em Fraiburgo em 2013 voltaram às regras anteriores, porém num patamar diferenciado, onde as forças petistas, agora hegemônicas pelo grupo RC e apoiado pela Artsind, mantiveram-se no comando da entidade na oposição interna do Independentes, CSP-Conlutas e outras forças que foram surgindo, especialmente o Intersindical, depois da fundação do Psol. Posteriormente, essa narrativa será tratada no contexto interno na greve de 2011.

Relembrando a proposta de abordagem desse item, passando pelos elementos relativos ao funcionamento interno da entidade em relação aos dois outros elementos de análise (posicionamento nas pautas externas e as mobilizações da categoria), é importante ressaltar a conjuntura de cada período.

No período de 1992 até 1996, as principais questões da conjuntura que exigiam um posicionamento do Sinte eram em relação ao processo de *impeachment* do presidente Collor de

Mello (1992) e a pautada municipalização da educação e outras medidas de cunho neoliberal apresentadas pelo governo do estado.

A eleição de Collor de Mello para a Presidência da República e seu breve mandato (1990-1992) coincidiram com o I, II e III congressos do Sinte, nos quais não havia dúvidas sobre o posicionamento da entidade como oposição às políticas neoliberais que começavam a ser implementadas tanto no âmbito federal quanto no estadual, porém havia uma diferença no “tom” da oposição, especialmente no III Congresso de 1992, em Chapecó, onde a Convergência Socialista defendeu que o Sinte devia se engajar declaradamente no movimento Fora Collor e a Articulação Sindical defendeu uma posição menos explícita. Foi no mesmo ano em que a Convergência foi expulsa do PT e mais tarde veio a se reorganizar como partido no PSTU.

Sobre o tema da municipalização, é importante ressaltar que não se trata de uma polêmica nova, pois “foi com a Lei 5692/71 que se propôs, pela primeira vez, que os municípios assumissem a responsabilidade pelo ensino de 1º Grau, não só em termos de diretrizes pedagógicas, como também de alocação de recursos financeiros” (Campos, 2004, p. 53). No entanto, ao aprovar a Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) do seu último ano de mandato do então governador Pedro Ivo¹³/Casildo Maldaner (PMDB) em junho de 1990. Com o resultado eleitoral daquele ano e a vitória de um candidato de oposição, Vilson Kleinubing (PFL), o Sinte buscou fazer recuar a implantação da municipalização do ensino, que previa a transferência da educação infantil, numa primeira etapa e posteriormente todo o ensino fundamental, para a responsabilidade dos municípios. A proposta estava alinhada com as políticas neoliberais do governo Collor, com o qual o governador empossado em 1991 tinha alinhamento. O Sinte se mobilizou em uma campanha estadual contra a municipalização, fez o debate pela base e estancou em grande medida esse projeto, pois não era um “bom negócio” para os prefeitos assumirem maiores responsabilidades sem a garantia dos recursos. A municipalização foi pouco profícua e o Sinte obteve uma vitória, pelo menos parcial, no propósito de estancá-la.

Em suma, o Sinte adotou uma forma de organização que se assemelhava ao padrão dos demais sindicatos ligados à CUT, constituído de uma direção executiva estadual em contato permanente com todas as coordenações regionais distribuídas estrategicamente em todo o Estado. As coordenações regionais do Sinte/SC, por sua vez, sempre envolveram as coordenações municipais em todas as atividades do sindicato nas assembleias regionais, com

¹³ O governador Pedro Ivo Campos faleceu em 27 de fevereiro de 1990, portanto, na ocasião da aprovação da LDO estava no exercício do cargo seu vice, Casildo Maldaner (PMDB).

idas às escolas, mobilizações em frente aos prédios de representação do governo, nas regiões do estado.

Na medida em que a executiva estadual não conseguia ir adiante nas negociações com o governo, que se mostrava resistente, não atendendo as reivindicações da categoria, foi realizada uma reunião do Conselho Deliberativo do sindicato com a participação de conselheiros de todas as regionais do Sinte, e coube aos conselheiros apresentarem as decisões tomadas em cada assembleia regional. A partir dali, houve amplo e democrático debate para que a maioria definisse pela opção do consenso. Contudo, a decisão final foi o estado de greve, ou a deflagração de greve geral, somente aclamada pela maioria da assembleia estadual, que contava com a participação maciça de dezenas, até milhares, de trabalhadores em educação de todas as regiões de Santa Catarina.

Em relação às lutas da categoria, o Sinte, nesse mesmo período, promoveu três greves: em 1991, com duração de 64 dias; 1992, um período menor; 1995, por 59 dias.

Logo após a fundação do Sinte (1988), no ano de 1991 ocorreu a primeira grande greve, que iniciou no segundo semestre em meio a uma greve geral de todas as categorias, e se estendeu por 64 dias no campo da educação. Essa greve teve um elemento importante a ser destacado, pois estava inserida num processo de organização do Fórum em defesa da escola pública que começava a debater a LDB no país e, em Santa Catarina, apresentou-se como um movimento SOS Educação, com adesão de várias entidades representativas de universidades, inclusive o movimento estudantil. Esse movimento foi importante porque disputou a opinião pública, dialogou com a sociedade sobre as condições das escolas públicas no estado. Então, a greve foi um momento de conscientização social, além das pautas salarial, gratificações para especialistas e aposentados, pedido de concurso público, regulamentação dos professores ACT, elaboração do plano e sistema estadual de educação. A greve não foi vitoriosa nas pautas da categoria, e teve os dias parados descontados do seu salário, mas foi aprovada a lei nº 8.391/1991, que regulamenta a contratação dos ACT.

O ano de 1992 foi o segundo ano de mandato do governo Vilson Kleinubing (PFL), chegou prometendo implementar um plano de cargos e salários (PCS) do magistério, porém, o efeito prático desse plano era a redução das “horas atividades” que os professores tinham direito para preparar aulas e fazer avaliações. Propunha o pagamento apenas da “hora aula”, visando reduzir o número de ACT contratados, sobrecarregando os efetivos, que deviam buscar lotação completa no limite de 40 horas em várias escolas, precarizando a qualidade do ensino para obter benefícios, ou seja, o resultado final do plano era reduzir os contratos e inibir a mobilização da

categoria, oferecendo benefícios por assiduidade, na prática penalizava aqueles que participassem de greves futuras. No ano seguinte, o Sinte respondeu com uma greve de 40 dias, de 5 de agosto até 13 de setembro, reivindicando reposição salarial, retorno dos triênios, pagamento das “horas atividades”, eleição direta para diretores de escolas públicas e melhoria no atendimento do plano de saúde. Além disso, foi realizada uma pesquisa que comprovou a perda de atratividade da atividade de professores, como explica Campos (2004, p. 89):

Foi realizada a pesquisa SOS PROFESSOR EM EXTINÇÃO, que detectou a queda na procura pela profissão, tendo como causa principal o baixo salário. A comprovação disso concretizou-se no concurso público realizado pelo governo, no final desse ano, onde as vagas oferecidas não foram preenchidas. Houve um enorme desinteresse pela profissão do magistério, principalmente devido aos baixos salários, e das vinte e três mil vagas oferecidas, somente quatro mil foram preenchidas.

Em 1995, iniciou um novo governo, novamente do PMDB, que havia perdido a eleição anterior, e retornava com Paulo Afonso Evangelista Vieira, prometendo priorizar a educação. No entanto, o discurso não se fez efetivo, já em 24 de abril de 1995 os professores entraram em greve por 59 dias, novamente o sindicato mobilizou os professores para irem às ruas disputar o apoio da opinião pública, onde eram recebidos com elogios e críticas ao mesmo tempo. Na pauta dessa greve constava pela primeira vez o tema do “piso salarial profissional nacional”, proporcional ao valor de 5,4 salários mínimos, além da reposição das perdas, reposição das gratificações por níveis de carreira, eleição direta para professores, concurso público, insalubridade para agentes de serviços gerais e auxílio alimentação, este pedido obtido com a aprovação da lei nº 159/1995, além da devolução do desconto dos dias parados do salário após a reposição das aulas suspensas com a paralisação.

É importante chamar a atenção e dizer que esses movimentos de greve combinavam diferentes pautas, como salário, carreira e auxílios, mas também reivindicavam concurso público, com vistas na consolidação da carreira dos professores, que resultaria em melhoria da qualidade do ensino, e, ao mesmo tempo, o Sinte saía às ruas para dialogar com a população e disputar a opinião pública de forma direta, considerando que a repercussão pela imprensa sobre as greves normalmente era enquadrada de forma negativa, chegando a ser comemorado quando isso não acontecia, como relata Campos (2004, p. 63): “Houve também um certo apoio da imprensa ao movimento grevista, até porque, segundo o documento, no decorrer da greve esta não conseguiu ‘falar mal de nós’.”

Finalmente, nesse período da trajetória do Sinte, de 1990 a 1996, há que se ressaltar ainda a agenda de debates proposta como tema no II Congresso do Sinte em Chapecó em 1992:

“O papel do educador na transformação social”. Promoveu um debate sobre a articulação do propósito do sindicato dos professores enquanto “papel social” e da própria educação enquanto direito de cidadania, buscando a formação da consciência de classe dos educadores nesse processo de fazer-se luta de classe no campo educativo.

O período de 1996 a 2000 foi marcado pelas lutas nacionais em relação à LDB, ao PNE e ao financiamento da educação. Tais pautas repercutiram no âmbito estadual pela aprovação do Plano e Sistema Estadual de Educação, permeado por outras greves e mobilizações.

O ano de 1996 foi muito importante para a educação brasileira, quando foi promulgada a segunda LDB.¹⁴ Nesse mesmo bojo estava o debate sobre o financiamento da educação cuja resposta foi a criação do Fundef, juntando recursos das três esferas públicas para financiar o ensino de forma equitativa, buscando responder às debilidades do sistema de educação, iniciando pela base, pelo ensino fundamental.¹⁵ No âmbito estadual, em consequência da legislação federal, coube aprovar o Plano e o Sistema Estadual de Educação, além da aplicação de recursos dos fundos de acordo com o marco legal vigente.

Durante o período de 1996 até 2000 não ocorreu nenhuma greve do magistério catarinense, apenas um movimento chamado “estado de greve”, durante 41 dias (7 de março a 17 de abril), em 1997, serviu para debater com a categoria as condições de salário de trabalho, tendo como marco inicial a I Conferência Estadual de Educação, realizado pelo Sinte na cidade de Florianópolis entre os dias 3 e 7 de março de 1997, com o lema: “Escola pública: na resistência construindo um projeto político-pedagógico coletivo”. Durante o evento ocorreu uma assembleia da categoria que deflagrou estado de greve, porém não efetivada. Entretanto, o Sinte decidiu entregar ao presidente da Assembleia Legislativa, deputado Francisco Küster (PSDB), um pedido da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o chamado “caso das letras”, e havendo comprovação que se procedesse o *impeachment* do governador Paulo Afonso.¹⁶

¹⁴ A primeira versão da LDB no Brasil foi em 1961, conforme descrito anteriormente, e em 1996 o documento foi reformulado com base na nova Constituição (1988) e dialogado com declarações da Unesco, como, por exemplo, a Conferência Mundial sobre “Educação para todos”, em Jomtien, Tailândia, de 5 a 9 de março de 1990. Contudo, a LDB não contemplou todas as propostas do Fórum Nacional de Educação, mas significou avanços importantes que ainda dependem de ser implementados.

¹⁵ Em 2006 o Fundef foi substituído pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), que, além de incluir o financiamento também no ensino médio e a educação infantil, multiplicou por dez o percentual de complementação com os recursos da União, de menos 1% para 10% do total do fundo, composto pela junção de diferentes impostos. Considerando-se uma média aproximada a composição do Fundeb (2013), observa-se que o ICMS, que representa mais de 50%; FPM, 13%; FPE, 13%; IPVA, 5%, e a participação com recursos orçamentários da União, representou um pouco mais de 8% do fundo.

¹⁶ O “caso das letras” ficou assim conhecido pelo fato de o governador ter assinado a emissão de precatórios (letras da dívida pública) para pagamento de dívida pública e posteriormente falsificar o valor desses precatórios

Após aprovada a LDB (1996), inicialmente também chamada Lei Darcy Ribeiro, em homenagem ao seu proponente educador, que teve um papel importante na histórica da educação brasileira, começou a ser realizado em Santa Catarina (1998) um roteiro de seminários regionais (17) para debater sobre o “sistema estadual de educação”, numa ação conjunta, pela primeira vez, entre o Sinte e a Comissão de Educação da Assembleia Legislativa, que contava com o apoio de dois deputados estaduais oriundos da base da educação, a ex-presidente do Sinte professora Ideli Salvatti e o professor universitário Pedro Uczai (ambos do PT). As discussões ocorreram em torno da definição da grade curricular, carga horária, disciplinas obrigatórias e democratização das escolas.

Conforme Ofício Circular no 014/98 expedido pelo SINTE/SC o Projeto de Lei do Sistema Estadual de Educação foi votada pela Assembléia Legislativa no dia 01/07/1998, projeto original do deputado Pedro Uczai (PT), qual o SINTE havia ajudado a organizar durante os últimos dois anos durante as suas atividades (Campos, 2004, p. 133).

Para a definição do Plano Estadual de Educação foi realizada a II Conferência Estadual de Educação em 1999,¹⁷ da qual seguiram as diretrizes aprovadas no II Congresso Nacional de Educação, ocorrido em Belo Horizonte em 1997, sendo a organização da educação, a gestão democrática e o financiamento da educação. Cada tema contemplou um conjunto de diretrizes e metas, além do posicionamento contrário à municipalização da educação infantil e o reordenamento do ensino médio.

Ainda que houvesse especulações sobre a proposta de “reordenamento do ensino médio”, com a eleição de Espiridião Amin (1998) novamente para o cargo de governador,¹⁸ formalizou o plano de “reordenamento do ensino médio” com o objetivo de reduzir a oferta de turmas, especialmente no período noturno, concentrando os alunos e abrindo portas para a iniciativa privada, iniciando sua implementação já no ano 2000. O Sinte reagiu novamente a essa proposta, organizando fóruns de discussões nas regiões, mobilizando os estudantes, pais e autoridades, disputando a opinião pública e, com isso, fortalecendo a resistência contra esse plano. Da mesma forma que pautou a municipalização em 1991, o movimento, em defesa da

para inflacionar o valor em conluio com o Banco vetor. O processo apurou as irregularidades, tramitou na Assembleia Legislativa, mas, em julho de 1997, o governador conseguiu os votos suficientes para evitar sua cassação, sob protestos dos professores e outras categorias de servidores públicos do estado (*Folha de São Paulo*, 1997).

¹⁷ A I Conferência Estadual de Educação ocorreu em 1997, Florianópolis, com o tema: “Escola pública: na resistência construindo um projeto político pedagógico coletivo”.

¹⁸ Espiridião Amin havia sido governador anteriormente, no período de 1983 até 1987, portanto, ainda que houvesse passado mais de uma década, o sindicato já o conhecia, e a recíproca também era verdadeira, fazendo com que os embates já estivessem preestabelecidos.

escola pública, voltou a ocupar o cenário e obteve importantes avanços em frear o “reordenamento”, que ocorreu em poucas escolas.

Assim, a partir de 2000, teve um número reduzido de paralizações (2000, 2004, 2006 e 2008) até a greve de 2011. Nesse mesmo período, no âmbito nacional, as principais pautas do magistério foram as conferências de construção, avaliação e revisão do Plano Nacional de Educação, que entrou em vigor somente em 2001, revisado em 2010 e novamente em 2014, e a mudança da lei de financiamento da educação de Fundef para Fundeb em 2006, estando dentro dessa pauta o debate do piso nacional dos professores.

Logo no início de 2000 foi deflagrada uma das maiores greves da história do magistério catarinense, durou 66 dias (7 de abril a 11 de junho), e os professores ficaram três meses sem os salários, quase cinco anos de salários congelados e recebendo um piso de R\$ 277,00, ao passo que o Fundef (na época) previa um piso de R\$ 744,00. Esta foi distinta das greves anteriores, que tinham como pauta de reivindicação um conjunto de temas, desde concurso público, eleições para diretores etc., desse período em diante o foco foi mesmo a questão salarial.

Em 2004 aconteceram duas greves no mesmo ano, mas foram paralisações rápidas. A primeira de três dias (13, 14 e 15 de abril) e a outra de 11 dias, entre 27 de agosto e 9 de setembro, denunciando a situação precária da educação no estado e no Brasil e reafirmando as pautas salariais. Nova greve aconteceu no primeiro semestre de 2006 entre os dias 26 de abril e 31 de maio. Em todas havia uma pauta única: o cumprimento da lei do Piso Nacional dos Professores.

Quadro 3 - Histórico das greves dos(as) trabalhadores(as) em educação em Santa Catarina

Ano	Dias parados
1980	12 dias
1983 ¹⁹	
1986	15 dias
1987	54 dias
1988	7 dias
1989	19 dias
1989	26 dias
1990	11 dias
1990	35 dias
1991	64 dias

¹⁹ Dado não encontrado.

1993	40 dias
1995	59 dias
1997 ²⁰	41 dias
2000	66 dias
2004	3 dias
2004	14 dias
2006	35 dias
2008	14 dias
2011	62 dias

Fonte: Sinte, elaborado pelo autor.

Pretende-se finalizar esta abordagem sobre a trajetória do Sinte anterior à greve de 2011 com uma abordagem sobre a lei do piso, resgatando, igualmente, uma narrativa histórica do processo até o presente acontecimento, que será objeto de análise desta dissertação.

Pode-se afirmar que o debate sobre a remuneração dos profissionais da educação é tão antigo quanto a história da educação brasileira, havendo autores que sustentam que era tema de preocupação desde quando marquês de Pombal (1759) decretou a expulsão dos jesuítas. Posteriormente, no século XVIII, foi criado o “Subsídio literário”, um imposto cobrado pelas juntas da Real Fazenda nas capitânicas (incidia sobre a produção de vinho, vinagre, carne e aguardente), eram repassados às províncias pagamentos dos ordenados dos professores. A Constituição de 1824²¹ estabeleceu o acesso gratuito do ensino primário como direito de todos os brasileiros. Posteriormente, o Ato Adicional à Constituição em 1834 previa a descentralização da responsabilidade pela educação e sua própria legislação, sendo das províncias, e o salário dos professores dependia da arrecadação de cada local.

Nesse período, o relatório de visconde de Macaé (1848)²² (presidente do Conselho de Ministros durante a monarquia de D. Pedro II) apontava quatro motivos que indicavam a situação precária da instrução pública nas províncias: “Falta de qualificação de mestres, profundo descontentamento do professorado devido aos baixos salários, deficiência de métodos convenientes de ensino e precariedade das instalações” (Souza, 2018, p. 30).

²⁰ Esse período foi decretado estado de greve, ainda que não tenha paralisado as escolas, foram realizadas atividades de debate e conscientização.

²¹ A primeira após a independência do Brasil colônia.

²² José Carlos Pereira de Almeida Torres foi o segundo visconde de Macaé, assim chamado por receber um título nobiliárquico criado por D. Pedro I do Brasil em 1829, a favor de Amaro Velho da Silva, o primeiro visconde de Mauá.

A mesma autora faz um relato da evolução da legislação brasileira com recorte sobre a remuneração de professores, com atenção especial para o período de 1932 em diante, quando o manifesto dos pioneiros apontou para a necessidade de elevar a profissão de professores para uma categoria autônoma e garantir uma remuneração digna. A Constituição de 1934 assimilou essa diretriz e estabeleceu o critério de aplicação de 10% da arrecadação da União e 20% dos estados à educação, porém, o golpe do Estado Novo (1937) representou reveses nesse ínterim. Posteriormente foi retomado na Constituição de 1946, precedida do decreto nº 19.513/1945, onde retomou os percentuais anteriores e incluiu 20% dos municípios, mas foi por intermédio de Anísio Teixeira que idealizou e foi diretor do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) em 1953 quem constituiu um fundo para garantir a aplicabilidade desses recursos. Após a aprovação da LDB (1961), Anísio Teixeira apresentou pela primeira vez a ideia do custo por aluno,²³ e o argumento de que 70% das despesas com a educação deveriam ser destinadas como remuneração dos professores.

Finalmente, o arcabouço jurídico que possibilitou a constituição do piso nacional dos professores se deu depois de muita luta da categoria; incluindo a Constituição de 1988, o artigo 212 vincula os percentuais de 18% da arrecadação da União e 25% dos estados em municípios destinados à educação, e o artigo 206, inciso V, traz como princípio “a valorização dos profissionais da educação, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional” (Brasil, 1988), e no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), o artigo 60 prevê prioridade para o ensino fundamental, “com o objetivo de assegurar a universalização de seu atendimento e a remuneração condigna do magistério” (Brasil, 1988).

No Plano Decenal da Educação (1994), era previsto um valor mínimo de R\$ 300,00 por 40 horas no magistério público com base num pacto do Ministério da Educação com as entidades representativas no campo da educação brasileira, previa também outros objetivos a serem considerados num estatuto e plano de carreira dos docentes. Uma emenda constitucional (nº 14) ao ADCT (1996) determinou a criação de fundos para a manutenção do ensino fundamental e a valorização do magistério. Com isso, foi criado o Fundef através da lei nº 9.424/1996, que estabelece 60% dos recursos para a remuneração dos professores. Em 2006 o fundo foi ampliado para todo o ensino básico e passou a se chamar Fundeb a partir da lei nº 11.494/2007, mantendo os mesmos percentuais. Assim, a lei nº 11.738/2008 instituiu o “piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica” (Brasil, 2008) no valor de R\$ 950,00 mensais como valor mínimo para uma carga horária de 40

²³ Que veio a ser considerado mais de três décadas depois na criação do Fundef e Fundeb.

horas semanais com formação em nível médio, estabelecendo também um terço da jornada de trabalho dedicado em atividades extraclasse, a chamada hora atividade.

Quando a lei do piso foi publicada (2008), os governadores dos estados do Ceará, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina²⁴ entraram com um pedido de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIn) nº 4.167/2008 junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), alegando que alguns aspectos da lei violavam “o princípio federativo de autonomia desses entes governamentais” e se recusaram a aplicar a lei do piso.

O Sinte desenvolveu várias ações para pressionar as instituições dos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e dialogava com a categoria e a comunidade para poder pressionar e buscar apoio da opinião pública. Assim foi até o dia 27 de abril de 2011, quando o STF declarou a constitucionalidade da lei do piso, portanto, obrigatoriamente deveria ser cumprida.

No entanto, o novo governador Raimundo Colombo (PFL), no seu primeiro ano de mandato, manteve o posicionamento do seu antecessor e não cumpriu a determinação legal, diante do que, em 18 de maio de 2011, o Sinte deflagrou a maior greve dos professores da rede pública estadual de ensino para exigir o cumprimento da lei do piso.

O contexto de mudanças no mundo do trabalho e consequências na organização dos(as) trabalhadores(as)

Após a análise das origens do sindicalismo passando pela história do sindicalismo no Brasil, chegando até o campo específico da educação e finalmente construída uma síntese histórica do Sinte em Santa Catarina, especialmente no que se refere às suas mobilizações através de um histórico das greves até 2011, apresentamos o panorama sobre as mudanças contemporâneas no trabalho, na morfologia do processo produtivo ou no “sistema de metabolismo social do capital” (Antunes, 2009; 2018) para compreender as consequências dessa reestruturação no fazer-se classe trabalhadora do tempo presente, fechando, assim, a abordagem teórica necessária para analisar a experiência concreta da greve do Sinte de 2011.

Este subtítulo pretende dialogar sobre duas indagações complementares: como compreender a metamorfose do mundo do trabalho e seu encadeamento no quadro história

²⁴ Na época estava no cargo o governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB), que estava na metade do seu segundo mandato, iniciado em 2007.

atual? Quais são as consequências dessas mudanças para a organização sindical atual e desafios futuros?

Inicialmente, é importante observar a tese do professor Ricardo Antunes (1995; 2009), que reafirma o posicionamento da centralidade do trabalho em contraposição de outros autores destacados que afirmam essa perda de centralidade, como, por exemplo, Jünger Habermas (1991), que parte da hipótese da separação entre o mundo da vida (intersubjetivo) e o sistema baseado na razão instrumental (trabalho, economia e poder), considerando que na contemporaneidade o mundo da vida a ação comunicativa haveria de ocupar a centralidade das relações sociais em substituição ao mundo do trabalho e as relações de classe do período anterior, do capitalismo industrial. Antunes (1995; 2009; 2018) contrapõe-se a este e a outros autores que preconizam a perda de centralidade do trabalho por outras hipóteses, sustentando que não há desacoplamento entre o mundo da vida e o trabalho, considerando que ambos fazem parte de uma totalidade que foi se metamorfoseando, ou seja, “o sistema de metabolismo social do capital” é que sofreu um processo de reestruturação, exigindo um repensar do que se considera classe trabalhadora, que deve ter seu conceito expandido para “classe-que-vive-do-trabalho” (Antunes, 2009).

Essa reestruturação capitalista, dos anos 1970, pode ser sintetizada em algumas dimensões, como, por exemplo, o aspecto organizacional e o funcionamento da exploração do trabalho e produção de excedente de capital, que deixou a rigidez e a fragmentação da linha de montagem no modelo fordista/taylorista para um sistema flexível e horizontal, eliminando postos intermediários (liofilização das empresas), utilizando técnicas de engajamento de equipes no processo de concorrência e de qualidade total, que resultou basicamente da intensificação da exploração da força física e mental dos trabalhadores e na redução dos postos de trabalho.

O uso intensivo das tecnologias de comunicação e informação permitiram tanto a mudança anterior quanto uma segunda dimensão: a financeirização de todos os setores da economia, da agricultura aos serviços, praticamente eliminando a dicotomia entre trabalho produtivo e improdutivo, braçal e intelectual, trabalho vivo ou morto, pois, desapareceu a lógica de produção de bens úteis, ou necessários para a reprodução natural da espécie. Tudo se transformou em simples valor de troca, ou seja, em mercadoria, desde o alimento até os serviços de turismo, *telemarketing* etc., resultou num encadeamento do setor produtivo sem diferenciação do produto final.

A externalidade social dessa reestruturação foi a ampliação do desemprego estrutural, onde o exército de reserva não tem mais expectativa de retornar ao sistema estável e regulamentado de trabalho, portanto, submete-se a qualquer atividade precária, sem contrato, terceirizado, trabalho temporário, intermitente, pejetização,²⁵ uberização e assim por diante, numa lista interminável de “pessoas-que-vivem-do-trabalho” sem nenhum direito ou mediação, mas que fazem parte do processo de produção de excedente, ou de mais valia, contribuindo com a eliminação dos custos de produção em todas as etapas.

Essas novas formas de “servidão” (Antunes, 2018) sofrem de um estranhamento político e ideológico desde o espaço interno da cadeia produtiva ao ponto de mudar a nomenclatura da posição que os trabalhadores ocupam, chamados “colaboradores”, que participam de uma “gerência participativa”, montando suas equipes que competem entre si pela qualidade total, sendo recompensados por mecanismos de “participação nos lucros e resultados” (PLR), porém intensificam a exploração e o esgotamento físico, ampliando a jornada de trabalho e se distanciando cada vez mais dos valores da solidariedade de classe.

Os que vivem do trabalho em condições precárias também são chamados “parceiros”, “empreendedores”, “prestadores de serviço”, numa condição desprovida de qualquer direito e submetidos a todos os riscos, desde os riscos de capital usando seus equipamentos e insumos para entregar o produto contratado aos riscos de vida pelas condições insalubres, jornadas prolongadas e psicologicamente afetados pela insegurança de renda irregular.

Do ponto de vista político, essa morfologia é acompanhada de um projeto neoliberal de privatização das empresas públicas produtivas que geravam melhor distribuição de dividendos da terceirização dos serviços públicos básicos e especialmente da desregulamentação dos direitos trabalhistas e dos mecanismos de proteção social dos trabalhadores, o que agrava ainda mais a situação dos mais desprovidos no sistema.

Tudo isso impacta fortemente no fazer-se classe no trabalho tanto no sentido de eliminar as distinções entre trabalho material e imaterial inseridos no processo de produção de mais valia sob o controle do sistema financeiro quanto na desestruturação dos valores de solidariedade de classe substituída pela competição individualizada de todos contra todos e na alienação gerada

²⁵ Os termos “pejetização” e “uberização” têm sido usados no contexto de análise sobre as mudanças atuais no mundo do trabalho, tanto na linguagem usual quanto acadêmica, no sentido de exemplificar e diferenciar diferentes exemplos de relações de trabalho precarizadas, ou seja, a pejetização diz respeito aos trabalhadores que são contratados não mais com vínculo legal simbolizado pela carteira de trabalho, mas exige-se que constitua uma empresa, pessoa jurídica, para ser contratado por metas, fazendo praticamente a mesma atividade, no entanto, sem a proteção que regulamenta o regime de contrato de trabalho assegurado pela legislação vigente. O mesmo ocorre com os motoristas e outros trabalhadores que estabelecem um contrato precário com um aplicativo virtual, tirando-lhe qualquer proteção ou garantias pelo serviço prestado, que ficam totalmente por conta e risco do trabalhador.

pelo desejo de consumo, que substitui a esperança de encontrar-se consigo mesmo durante o tempo livre ou no mundo da vida pela fetichização do consumo de mercadorias.

Os segmentos mais explorados nessa reestruturação produtiva são as mulheres, os imigrantes, os negros, os jovens e os idosos. As mulheres porque foram “inseridas” no trabalho de forma desigual, havendo uma nítida divisão do trabalho, submetidas às tarefas mais desqualificadas, que exigem maior polivalência e destreza física, desigualmente remuneradas e exploradas pela dupla jornada doméstica. Os imigrantes, especialmente os de origem étnica afrodescendente ou de países subdesenvolvidos, são submetidos aos trabalhos mais precarizados e desumanos nos países centrais ou pelas empresas transnacionais em países periféricos, desprovidos de direitos e não poucos chegam a ser submetidos ao trabalho escravo. Os jovens e os idosos são explorados pela justificativa de não depender completamente do seu salário ou terem custo de vida mais ameno, transferindo esse baixo custo para a mais valia do contratante do serviço precário, ou seja, revertendo essa condição em lucro para os donos do meio de produção (Standing, 2014).

Portanto, contrapondo-se às teses que retiram a centralidade do trabalho, Ricardo Antunes (2009, p. 156) afirma: “O trabalho constitui-se numa categoria central e fundante, protoforma do ser social, porque possibilita a síntese entre a teleologia e causalidade, que dá origem ao ser social. O trabalho, a sociabilidade, a linguagem, constituem-se em complexos que permitem a gênese do ser social.” O autor se ampara em Luckás para explicar que houve um distanciamento, uma complexificação e ampliação do que se considerava o universo do trabalho, porém “não rompe o liame e os vínculos indissociáveis entre a essas esferas do trabalho da sociabilidade” (p. 157) e que são indissociáveis no processo de emancipação, ou seja, não haverá uma autorrealização autêntica do sujeito na esfera da vida enquanto houver alienação e fetichização no trabalho.

Novamente Antunes (2018) contextualiza essa morfologia do trabalho no Brasil, que se dá de forma tardia, pois, no momento em que essa reestruturação começa ocorrer no capitalismo central (1970), aqui ocorria basicamente a inserção no capitalismo industrial e, conseqüentemente, a trajetória do movimento sindical acompanhou as mesmas fases reativas dessas transformações.

Pochmann e Moraes (2017) traçam um estudo comparativo da reestruturação produtiva e das lutas dos trabalhadores entre países centrais e periféricos, demonstrando que, apesar da diferenciação histórica, há um padrão de acumulação que se mantém e uma relação entre o

crescimento do setor de serviços no produto interno bruto (PIB) dos países, a elevação da taxa de desemprego, a queda de salários e a redução da taxa de sindicalização.

Antunes (2018) descreve o processo de reestruturação produtiva no Brasil especialmente em três setores da economia: indústria, agropecuária e serviços, e explica como ocorre o processo de precarização dos direitos dos trabalhadores, especialmente através da legislação relativa ao afrouxamento das regras de terceirização.

A legislação referente à terceirização no Brasil tem origem na Lei 6.019/1974, que autorizou a terceirização de serviços de vigilância patrimonial e de transportes de valores por estabelecimentos financeiros, contribuindo para legitimar uma prática que já era usual na área de serviços. Uma outra lei, a 5.645/1970, voltada para o setor público, autorizava a subcontratação de serviços de transporte, conservação, custódia, operação de valores, limpeza e outros semelhantes e considerava lícita a terceirização em quaisquer atividades permanentes das empresas. Com base nessa legislação, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) editou o Enunciado 256 (1986), que declarava ilegal a contratação de trabalhadores por empresa interposta, salvo para o trabalho temporário e serviço de vigilância. Mas, em 1993, pressionado pela iniciativa privada, o TST reconheceu a legalidade na contratação de quaisquer serviços ligados à atividade-meio da empresa e editou o Enunciado 331, que cancelou o anterior e definiu como lícita e sem formar vínculo de emprego a contratação de serviços de vigilância, limpeza e conservação, bem como a de serviços especializados ligados à atividade-meio da contratante (Antunes, 2018, p. 165-165).

Assim, pode-se depreender que a legislação sobre a terceirização tem um papel importante na desregulamentação e precarização do trabalho no Brasil e começou por dois setores simbolicamente importantes na reestruturação produtiva do capital: o setor financeiro e os serviços públicos. Em 2004 começou a tramitar o PL nº 4.330/2004 de autoria do deputado federal e empresário Sandro Mabel (PR/MT), onde propõe quebrar o impedimento da terceirização da área-fim, autorizando indistintamente a terceirização para todas as atividades produtivas e de serviços. Apesar da mobilização sindical contrária, esse projeto de lei se transformou em uma emenda constitucional (PLC nº 30/2015) e permanece em tramitação no Senado.

Contudo, Antunes (2018) considera que na prática já vivemos numa “sociedade da terceirização total”, que representa o fim da CLT e um mergulho na era da precarização das relações de trabalho no Brasil.

As consequências dessa morfologia para o campo da organização sindical já vêm ocorrendo, conforme relata Antunes (2018), na medida em que há um deslocamento do modelo de sindicato de confronto para um sindicalismo negocial, desde 1990, mas, especialmente após o governo Lula, que contraditoriamente é oriundo da base sindical, porém, ao aproximar e incorporar atores do movimento sindical nas estruturas públicas, representou um retrocesso no

processo de autonomia do novo sindicalismo em relação ao modelo de sindicato de Estado (Boito Jr, 1991) e no processo de verticalização a partir da aprovação da distribuição do imposto sindical para as centrais sindicais (lei nº 11.848/2008), levando a um redistanciamento e burocratização do movimento sindical, juntamente com o anteprojeto de lei “Acordo coletivo especial” (ACE), que propõe a flexibilização das negociações do negociado sobre o legislado, que significa um rompimento da solidariedade de classe e na subordinação sindical ao poder desigual da relação direta entre patrão e operário. Diante disso, o autor aponta uma severa crítica:

O sindicalismo da CUT, mais propenso à negociação, em um momento sindical novo, pautado pela existência de centrais sindicais diferenciadas e dificultado pelo advento da Força Sindical, criada em 1991 e que passou a disputar fortemente os espaços políticos e sindicais do próprio sindicalismo negocial, fez com que ela, sob hegemonia da Articulação Sindical, respondesse avançando na alternativa mais contratualista e propositiva, oferecendo-se como alternativa sindical factível face ao neoliberalismo (Antunes, 2018, p. 201).

Ainda que houve um revés em relação ao imposto sindical na aprovação recente da reforma trabalhista durante o mandato interino de Michel Temer (2015), as demais medidas de precarização do trabalho e desestruturação do movimento sindical foram reforçadas, levando o autor a questionar sobre o futuro do movimento sindical, diante do que aponta alguns desafios: romper a barreira social entre trabalho estável e precariado, ampliando a compreensão e a atuação sindical no sentido classista em detrimento do corporativismo; compreender e levar em conta a dimensão do ser social no cotidiano, incorporando as questões de gênero, etnia e geracional; incorporar os novos proletariados do setor de serviços, especialmente ligado às tecnologias de informação e comunicação (TIC); romper todas as formas de corporativismo, neocorporativismo, privilégio de classe, fragmentação e individualização; levar em consideração a totalidade da natureza e humanização, considerando o emprego como questão vital, defender a redução da jornada de trabalho e a ampliação dos postos de trabalho; romper com a institucionalização e burocratização sindical, ampliando alianças com outras formas de organização e movimento sociais; combater todas as formas de terceirização, precarização e modelo de sindicato empresa; resgatar o sentido de pertencimento da classe trabalhadora em que pese sua heterogeneidade e complexidade.

Enfim, diante desse corolário de ações possíveis e necessárias, há de se observar os impactos dessas transformações na atuação do Sinte no decorrer do processo de construção da greve de 2011.

Capítulo II

No conflito: a experiência da greve do Sinte em 2011

Conforme relatado anteriormente, o Sinte foi fundado em 1988, porém houve um fio de continuidade da história da Alisc, fundada em 1966, ou seja, há mais de cinquenta anos o sindicato se notabilizou por desenvolver lutas em favor da categoria dos trabalhadores em educação no estado de Santa Catarina, respondendo a diferentes obstáculos, dificuldades e contrariedades de cada momento histórico.

O ano de 1988 também foi marcado pela promulgação da Constituição federal atualmente vigente, que marcou a retomada de um ciclo histórico democrático no país, e o magistério catarinense acompanhou a agenda política nacional e local, travando lutas em defesa da democracia nas escolas pela eleição de diretores e diretoras, sempre se posicionou de forma direta em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade e, em especial, pela valorização do magistério público estadual.

Nessa trajetória, o Sinte buscou articular as lutas com o trabalho de base, fazendo-se presente pelos representantes em cada escola e, ao mesmo tempo, preservando a inspiração do sociólogo Ricardo Antunes, que salienta ser esse tipo de órgão um instrumento de coletividade e não de isolamento.

O sindicato não é uma categoria isolada do tempo e cujo sua existência só é possível como resultado da luta de classes: É nesse momento que surgem os sindicatos; esses nasceram dos esforços da classe operária na luta contra o despotismo e dominação do Capital (Antunes, 2003, p. 12).

Ressalta-se também que o conteúdo do discurso político dos dirigentes do Sinte, independentemente dos diferentes grupos que disputavam a hegemonia interna, grosso modo, sempre se pautou para além da defesa da categoria, contemplando a importância do resgate histórico das lutas coletivas em defesa dos direitos sociais e dos segmentos mais excluídos da sociedade, cientes da pluralidade das necessidades da classe que vive do trabalho, inclusive fazendo uso de instrumentos de luta híbridos, adequados aos novos tempos de metamorfose na esfera do trabalho e no mundo da própria vida.

Se na arrancada das mobilizações dos educadores no país em 1978 no estado de Santa Catarina houve um atraso de mobilização, participando apenas da segunda rodada de greves em

1980 (Alisc), com a declaração oficial da Carta Sindical, o Sinte, no seu segundo ano como entidade sindical, desencadeou duas greves no mesmo ano (1989). A primeira entre 30 de março e 18 de abril e a segunda entre 5 e 31 de outubro, cuja pauta baseava-se em oito pontos, dos quais dois foram desdobrados em partes, obtendo um resultado final de seis pontos atendidos, considerados pela categoria muito expressivos.

Esse resultado foi destaque e repercutiu nacionalmente na CUT, considerado uma das referências da nova configuração de lutas dos servidores públicos na concepção do novo sindicalismo. Essa pauta ficou conhecida por “hexaconquista”, exatamente pela conquista de seis pontos da pauta de reivindicação, quais sejam: a realização do processo eleitoral para diretores com sufrágio do voto pela comunidade escolar e com a constituição da Comissão Eleitoral pelos segmentos das unidades escolares; o agendamento do concurso público com levantamento das vagas por uma comissão cuja composição dispõe de representantes do sindicato; a implantação do plano de cargos e salários que funcionava por etapas e com a nova configuração consolidou os interstícios de níveis de ensino, promoção vertical e promoção horizontal (Tabela em Anexo); a política salarial anteriormente omissa de reajustes, apesar das gigantescas perdas salariais que a categoria registrava; a recuperação das perdas salariais decorrentes dos altos índices de inflação, chegando a 179%, de forma escalonada; a anistia dos participantes das manifestações sustando as punições, abono das faltas dos manifestantes engajados em todo movimento, representando um sinal de encorajamento para as lutas seguintes.

Sabe-se, porém, que nem todas as conquistas obtidas durante o conflito de um movimento paredista são cumpridas pelo Estado porque mudam os mandatários nos processos eleitorais, ou outras justificativas, que podem originar novas greves para se fazer cumprir os acordos das mobilizações anteriores. Isso causou certo desgaste de energias e credibilidade por parte das conquistas obtidas, somado aos efeitos corrosivos e descontrolados da inflação, que praticamente anulava algumas conquistas e as defasagens se misturavam com o acúmulo de pacotes econômicos, dizimando os salários e causando instabilidade funcional e econômica em toda a sociedade brasileira.

A necessidade de mobilizações constantes fez com que o sindicato tivesse que buscar novas estratégias de pressão forjadas pela categoria na deflagração de campanhas paralelas aos movimentos e manifestações planejadas pela entidade, como outras estratégias afiançadoras dos pleitos feitos pela entidade.

Tais ações visavam também atrair outros segmentos da categoria até então resistentes às mobilizações, como, por exemplo, a greve de 1991, de 64 dias de paralisação. O Sinte organizou a categoria no segundo movimento paredista mais longo e mais produtor de sua história em apenas três anos, após ser sindicato mobilizou a categoria em todo o território catarinense com a campanha “SOS escola pública”. As históricas reivindicações pautadas naquele momento alinhavam os pontos estabelecidos contra o sucateamento das escolas; a desvalorização do serviço público; a queda na qualidade do ensino; a defasagem do material didático; a reposição das perdas de 394%; o pagamento em dia os salários; o plano de cargos e salários; a política salarial mensal de acordo com a inflação; a solução das questões funcionais específicas; contra a municipalização; a melhoria da qualidade dos serviços públicos; o concurso público de ingresso.

Com essas pautas mais amplas, o Sinte passou a ser uma referência além do campo sindical, e conseguiu unir outros segmentos e movimentos sociais conscientes da precariedade da educação, legitimando o sindicato como uma organização social que contempla traços do conceito de novos movimentos sociais (NMSs), articula lutas corporativas com pautas mais amplas e envolve outros atores na sua estratégia de mobilização.

Os movimentos realizam diagnósticos sobre a realidade social, constroem propostas. Atuando em redes, constroem ações coletivas que agem como resistência à exclusão e lutam pela inclusão social. Constituem e desenvolvem o chamado *empowerment* de atores da sociedade civil organizada, à medida que criam sujeitos sociais para essa atuação em rede. Tanto os movimentos sociais dos anos 1980 como os atuais têm construído representações simbólicas afirmativas por meio de discursos e práticas (Gohn, 2011, p. 336).

Para Maria Gloria Ghon (1996), o conceito de NMS é complexo, na Europa está baseado em dois paradigmas distintos: o marxista e o próprio conceito dos novos movimentos sociais, que se subdivide em diversas correntes teóricas.

Na América Latina as posturas metodológicas foram híbridas, geraram muitas informações, mas o conhecimento produzido foi orientado basicamente pelas teorias criadas em outros contextos, diferentes de suas realidades nacionais, como o caso a ser analisado da teoria europeia dos Novos Movimentos Sociais (Ghon, 1996, p. 14).

Nesse sentido, os novos movimentos sociais são considerados organizações populares que ganham visibilidade pelas formas de configuração da participação social através da construção de identidades coletivas e laços sociais (redes sociais) numa visão holística, na qual

se busca uma cidadania global e emancipatória pela sua inserção nos espaços decisórios da política pública.

Os Novos Movimentos Sociais - NMSs, chamados de movimentos progressistas, trabalham na proposta de criação de uma agenda emancipatória, realizando diagnóstico e elaborando propostas sobre a realidade social - atuam assim, sobre a perspectiva de *empowerment* (empoderamento social de pequenos grupos). Destacam-se, nesse âmbito, os movimentos sociais relacionados às etnias, identidade, identidade social, gênero, meio ambiente, violação de direitos, geração de renda, trabalho, entre outros. Esses movimentos buscam uma articulação para que, fortalecidos, possam manifestar através de diferentes espaços, seus descontentamentos com a atuação do sistema Neoliberal e a contundente exclusão das significativas parcelas de pessoas em situação de pobreza e vulnerabilidade social que acabam sendo excluídas do mercado de trabalho, da política, dos espaços públicos de decisão e, conseqüentemente, discrimina pela sociedade do consumo (Caldas, 2012, p. 69).

Desde o início da atuação o Sinte procurou inovar suas ações e estratégias de envolvimento tanto dos trabalhadores em educação como também outros atores sociais, compondo um bloco de luta contra a precarização da educação e de outras políticas públicas sob a égide dos princípios neoliberais, com conseqüências na totalidade da vida cotidiana das classes que vivem do trabalho, reverberando em laços de solidariedade e consciência de classe, conforme apontado anteriormente por Antunes (1995; 2009; 2018), lembrado por Marilda Iamamoto.

A questão social é entendida como: [...] conjunto das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção da própria atividade contraposto a apropriação privada humana - o trabalho -, das condições necessárias à sua, realização, assim como à de seus frutos. É indissociável da emergência do 'trabalhador livre', que depende da venda de sua força de trabalho com meio de satisfação de suas necessidades vitais. A questão social expressa, portanto, disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade cível e o poder estatal. (Iamamoto, 2008, p. 160).

No percurso de sua história, o Sinte encontrou reações das classes dominantes desde agressões físicas pelos aparelhos repressores do Estado a intimidações e punições dos que se mobilizaram e, ainda, práticas de cooptação de pessoas, segmentos ou entidades a tal ponto de criminalizar os movimentos sociais e a classe dos trabalhadores pelo aparato judicial e também pela mídia.

Apesar do resultante dessas ações, o sindicato teve um crescimento importante no número de filiados e na participação em atividades de mobilizações no sentido de se legitimar

como representante de todos os profissionais da educação, filiados ou não filiados, aliados às organizações de pais, movimento estudantil e até mesmo entidades fora do campo da educação.

[...] estes movimentos transformam os meios em fins, o êxito é dado não pelas conquistas, mas pelo número de participantes e seu impacto midiático na sociedade. O movimento torna-se dependente da opinião pública, pois é preciso que a sociedade manifeste o conhecimento da ação, precisa que se discuta e debata o que se está demandando, reclamando ou denunciando, para que a ação coletiva venha a atingir o reconhecimento e legitimidade social. A mídia e sua cobertura tornam-se elementos estratégicos nessa configuração; ela contribui para a direção do movimento, pois o movimento social precisa de visibilidade. A fala são porta-vozes autorizados, de certa forma já “profissionais na política”, detentores de um capital militante onde a luta política se trava num combate de ideias e ideais, a questão simbólica é mais importante a que os problemas concretos. O processo de total transformação social adquire facetas proféticas, místico, sem objetivo definido. Os processos efetivos de dominação existentes não aparecem nos discursos (Pompeu, 2007, apud Gohn, 2011, p. 68).

O Sinte é uma entidade respeitada pela sua trajetória de organização e combatividade, pelas constantes greves desencadeadas, pela capacidade de mobilização da categoria em todas as regiões do estado, pelo êxito em colocar no isolamento o governo estadual, fazendo-o negociar e atender as reivindicações represadas historicamente, pelo respeito junto às outras entidades sindicais e pelo ativismo de movimento social.

Assim, o processo de construção da greve de 2011 pode ser reconhecido como um fio condutor continuado desde a fundação do Sinte, mas, ao mesmo tempo, cada mobilização deve considerar elementos novos, próprios da conjuntura, portanto, permeados de expectativas, tensões e esperanças, visto que o inusitado é o que mais representa.

Não se sabe com precisão, apesar das estratégias elaboradas para a organização propriamente dita de uma greve, quais serão as consequências. Em todas as greves ocorrem paralisações de determinadas categorias e essas por si só produzem temor ao que se espera. De igual modo, toda a mobilização que conduz efetivamente à greve é somente realizada a partir de um conjunto de represamentos consensuais ao estabelecido no *status quo* e é vivenciada enquanto um lugar de desconforto e mal-estar de maneira que se repete uma frase popular: “uma greve você sabe como começa, nunca sabe como termina”.

Conforme relatado anteriormente, com a ampliação do Fundef para Fundeb em 2006, a maior parte do magistério público estadual foi contemplada por se tratar da abrangência da esfera estadual na educação básica. Posteriormente, com a lei nº 11.738/2008, que instituiu o “ piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica”, estipulando o valor mínimo de R\$ 950,00 mensais para uma carga horária de 40 horas semanais, com formação em nível médio, estabeleceu um terço da jornada de trabalho dedicado

às atividades extraclasse, pode-se afirmar que pela primeira vez na história deste país os profissionais de educação se sentiram amparados concretamente numa legislação superior que lhes garantia o direito nos parâmetros mínimos de dignidade.

Por sua vez, o governo do estado, que vinha desde 2005 numa postura gradativa de desrespeito e intransigência em relação aos trabalhadores em educação, com a aprovação da lei do piso, juntou-se aos governadores do Ceará, Mato Grosso do Sul, Paraná e Rio Grande do Sul e entraram com pedido de inconstitucionalidade no STF.

Essa atitude representou uma afronta à dignidade dos trabalhadores e trabalhadoras da educação contra uma conquista que demorou décadas para se concretizar e também uma afronta ao Estado democrático de direito e por consequência à própria educação.

Há educação que é treino, que é domesticação. E há educação que é formação do homem livre e sadio. Há educação para alguns, há educação para muitos e há educação para todos. A democracia é o regime da mais difícil das educações, a educação pela qual o homem, todos os homens, todas as mulheres aprendem a ser livres, bons e capazes. Nesse regime, pois, a educação, faz-se o processo mesmo de sua realização. Nascemos desiguais e nascemos ignorantes, isto é, escravos. A educação faz-nos livres pelo conhecimento e pelo saber e iguais pela capacidade de desenvolver nossos poderes inatos. A justiça social, por excelência, da democracia consiste nessa conquista da igualdade de oportunidades pela educação. Democracia é, literalmente, educação. Há, entre os dois termos, uma relação de causa e efeito. Numa democracia, pois, nenhuma obra supera a de educação (Teixeira, 1992, p. 26).

Para apresentar a narrativa da greve que se iniciou no dia 18 de maio de 2011, de 62 dias, chegou a mobilizar 90% da categoria. É importante ressaltar pelo menos quatro aspectos: a situação econômica do momento, os motivos da greve, o desencadeamento da mobilização e os resultados.

Quadro político de correlação de forças interna e externa ao Sinte

Internamente sabe-se que a direção estadual do Sinte estava sob o comando do grupo RC, tendo a professora Alvet Bedin como coordenadora-geral no mandato de três anos, composto por outros dois blocos: Artsind e Independentes/MTS. Conforme o quadro a seguir, ambos presentes no último mandato proporcional da entidade, que no momento (2011) ainda não havia sido aprovada a volta da composição majoritária da direção estadual do Sinte para os mandatos subsequentes com o fim da proporcionalidade, estavam abertas as possibilidades de consolidação de uma nova correlação de forças interna no Sinte para o próximo período, o que compôs um intenso clima de disputa interna.

Quadro 4 - Composição da direção estadual do Sinte por forças políticas no período da greve de 2011

Funções	Nome	Força política
Coordenadora estadual	Alvete Pasin Bedin	RC
Vice-coordenadora estadual	Janete Jane da Silva	Independente
Secretária-geral	Anna Julia Rodrigues	Articulação
Secretário de Finanças	Sandro Luiz Cifuentes	Articulação
Secretário de Formação Política e Sindical	Luiz Carlos Vieira	RC
Secretária de Organização e Interior	Tânia Adelaide de Carvalho Fogaça	Independentes
Secretário-adjunto de organização – Oeste	Evandro Accadrolli,	RC
Secretária-adjunta de organização – Planalto	Inês Leodete Fortes Pereira	RC
Secretário-adjunto de organização – Norte	Alex Sander da Silva	PSTU/CSP/Conlutas
Secretário-adjunto de organização – Sul	Marcelo Speck da Rosa	Independente
Secretária-adjunta de organização – Vale	Regina Garcia Ferreira	Articulação
Secretária-adjunta de organização - Grande Florianópolis	Neuza Teresinha Sottili	Articulação
Secretária dos Aposentados e Assuntos Previdenciários	Claudete Domingas Mittmann	RC
Secretária de Políticas Sociais e de Gênero	Joaninha de Oliveira	PSTU/CSP/Conlutas
Secretário de Assuntos Educacionais e Culturais	Carlos Alberto Lopes Figueiredo	Articulação
Secretário de Imprensa e Divulgação	Marcelo Batista Serafim dos Santos	PSTU/CSP/Conlutas
Secretário de Assuntos Jurídicos e Trabalhistas	Aldoir José Kraemer	RC

Fonte: Sinte/SC.

A direção do Sinte que conduziu a greve de 2011 era proporcional, porém formada por uma aliança entre os grupos RC e Artisind, que formaram uma maioria, ocupando 11 membros, seis RC e cinco Artsind. A outra composição entre Independentes e PSTU/CSP-Conlutas juntos obtiveram o segundo lugar, conquistando o direito em compor a direção com sete membro, quatro Independentes e três PSTU/CSP-Conlutas.

Recorda-se que mesmo no período de proporcionalidade da direção estadual do Sinte as coordenações regionais mantiveram-se majoritárias. Na verdade, a composição estadual sempre foi o reflexo da correlação de forças no controle das direções regionais que compunham a geopolítica estadual do Sinte. Portanto, para se compreender essa dinâmica interna, é importante conhecer esse pano de fundo.

As trinta regionais do Sinte compõem um mapa político dinâmico que entrelaça o número de professores na base com o índice de filiação, ou seja, a capacidade de mobilização que a entidade possui na base da categoria é bastante diferenciada. Há que se considerar também

a distância da região em relação à capital do estado onde funciona a sede estadual do Sinte e onde ocorre a maioria das assembleias gerais, especialmente em época de greve, quando se trava uma disputa direta com o poder Executivo.

Apresenta-se, assim, um quadro com esses três critérios e a força política interna do Sinte que coordena cada uma das regionais.

Tabela 1 - Regionais do Sinte em 2011: número de professores, índice de filiação e força política

Regional	Nº prof. base	Nº filiação	Força política
Araranguá	2.799	1.182	Independente/PSTU/CSP-Conlutas ²⁶
Blumenau	4.460	1.629	Articulação Sindical
Brusque	2.237	734	Articulação Sindical
Caçador	1.125	371	Articulação Sindical
Campos Novos	754	347	Resistir e Conquistar
Canoinhas	1.824	486	Articulação Sindical
Chapecó	2.838	1.271	Resistir e Conquistar
Concórdia	1.650	390	Resistir e Conquistar
Criciúma	4.687	2.108	Independente/PSTU/CSP-Conlutas
Curitibanos	940	454	Articulação Sindical
Florianópolis	5.020	2.015	Independente/PSTU/CSP-Conlutas
Ibirama	993	371	Articulação Sindical
Itajaí	4.114	1.416	Independente/PSTU/CSP-Conlutas
Ituporanga	900	336	Articulação Sindical
Jaraguá do Sul	1.610	454	Articulação Sindical
Joaçaba	1.602	700	Resistir e Conquistar
Joinville	4.660	1.624	Independente/PSTU/CSP-Conlutas
Lages	3.445	1.682	Resistir e Conquistar
Laguna	2.368	920	Independente/PSTU/CSP-Conlutas
Mafra	2.423	555	Independente/PSTU/CSP-Conlutas
Maravilha	1.201	584	Resistir e Conquistar
Palmitos	859	398	Resistir e Conquistar
Rio do Sul	1.955	502	Articulação Sindical
São Joaquim	793	406	Resistir e Conquistar
São José	4.288	1.522	Independente/PSTU/CSP-Conlutas
São Lourenço	938	442	Articulação Sindical
São Miguel do Oeste	2.316	1.164	Resistir e Conquistar
Tubarão	4.119	2.077	Independente/PSTU/CSP-Conlutas
Videira	1.049	468	Resistir e Conquistar
Xanxerê	1.883	806	Resistir e Conquistar
Total	69.850	28.416	Soma de efetivos, ACT e inativos

Fonte: Sinte/SC.

Percebe-se, com isso, que a força do grupo político RC está nas regionais mais distantes da capital do estado, localizadas no oeste de Santa Catarina. São regiões que têm um número menor de professores na base, mesmo assim com maior percentual de filiação. Os Independentes e CSP-Conlutas controlam as regionais do litoral sul, incluindo a capital Florianópolis, onde se concentra um maior número de professores na base, porém com baixo

²⁶ De 2005 em diante mudou a nomenclatura de MTS para CSP-Conlutas.

percentual de filiação. Por fim, a Artsind controla as regionais do litoral norte, vale do Itajaí, dividindo o espaço da região serrana e meio-oeste com RC. As macrorregiões do vale e norte são igualmente numéricas, porém com baixo percentual de filiação. Assim, percebe-se uma nítida diferença entre quantidade e intensidade da organização sindical, as regiões com maior número de professores na base têm baixos índices de filiação e vice-versa.

No entanto, essa correlação de forças que têm influência importante na eleição da direção do Sinte sofre uma inversão nas mobilizações de greves, pois a variável física da distância em relação à capital do estado tem peso determinante na medida em que o esforço de professores entrarem num ônibus na cidade de São Miguel do Oeste no dia anterior de uma assembleia, andar por mais de 14 horas, percorrendo quase setecentos quilômetros, parando em várias cidades para embarcar outros professores e chegar à capital do estado na noite seguinte, e fazer todo esse percurso de retorno, exige um sacrifício muito maior do que aqueles professores que tomam um ônibus urbano no sul ou norte da ilha, ou mesmo na região metropolitana, que leva, em média, 20 a 40 minutos para chegar ao local da assembleia do Sinte, ou também quem parte de Araranguá, no extremo sul, ou de Joinville, no extremo norte da região metropolitana, demora menos de quatro horas para chegar à capital. Essa variável geográfica é importante no momento da votação quantitativa de uma assembleia e explica a diferença estratégica de quando ocorrem decisões sobre uma greve em assembleias regionais, havendo resultados diferentes numa assembleia estadual da mesma categoria.

Dados os dois elementos estruturais sobre o terreno interno que compõe o contexto da greve de 2011, há que se observar também o terreno externo, especialmente na caracterização da composição política que estava no comando no período em que a greve se desencadeou. Para tanto, é importante resgatar rapidamente a trajetória da correlação de forças político-partidárias do estado de Santa Catarina.

Conforme a descrição de Paludo (prelo), a política catarinense está marcada historicamente por uma espécie de “bipartidarismo”, antes da ditadura de 1964, entre PSD e UDN,²⁷ durante o período da ditadura houve uma hegemonia absoluta da Arena, e no final de 1970 um avanço do MDB, acompanhando a tendência nacional.

Em 1986 a velha Arena se dividiu entre Vilson Kleinübing, do PFL, e Amilcar Cazaniga, do PDS, e assim perderam as eleições para Pedro Ivo (PMDB), ex-prefeito de Joinville (com sua morte, em 1990, tomou posse o vice-governador Casildo Maldaner). Em 1990 elegeu-se

²⁷ O primeiro período foi de polarização entre o Partido Social Democrático (PSD), de Nereu Ramos, e a União Democrática Nacional (UDN), formada por antigos republicanos. Em 1946 foi eleito governador Aderbal Ramos da Silva (PSD), depois Irineu Bornhausen e Jorge Lacerda (UDN) e, em 1960, foi eleito Celso Ramos (PSD).

Vilson Kleinübing (PFL) reaglutinando a velha Arena. Nas eleições de 1994 foi a primeira vez que se implantou a regra de segundo turno, e Paulo Afonso (PMDB) passou para o segundo turno em segundo lugar, virando as eleições com o apoio crítico do PT, mas, em 1998, mesmo tendo segundo turno, Esperidião Amin (PP) venceu as eleições no primeiro turno, esse feito veio a se repetir nas duas eleições de Raimundo Colombo (2010 e 2014).

As eleições de 2002 foram um momento inédito na história política catarinense, pois houve uma rara ruptura da configuração bipolar, e a disputa foi bastante equilibrada entre Esperidião Amin (PP), Luiz Henrique da Silveira (PMDB) e José Fritsch (PT). Por uma diferença de 2,7%, Luiz Henrique foi para o segundo turno e, com o apoio do PT, derrotou Amin. Dois anos depois, o governador eleito deu uma guinada política e inverteu o rumo do processo. Eleito com apoio do PT para ser um aliado do presidente Lula, num enfrentamento contra os tucanos no plano nacional, mas principalmente contra o PFL de Bornhausen, Luiz Henrique rompeu com o PT, tornou-se adversário de Lula e aliado de Bornhausen. Com isso, a política catarinense voltou à sua rotina bipolar, com a reeleição, em 2006, de Luiz Henrique, tendo como adversário novamente o ex-governador Amin, agora isolado de Bornhausen. Ao mesmo tempo, Luiz Henrique carregou consigo o novo quadro representante da velha oligarquia Ramos-Konder-Bornhausen, elegendo como senador Raimundo Colombo, que, quatro anos depois, o sucedeu no governo do Estado.

Depois disso, Esperidião Amin, isolado e derrotado pela terceira vez consecutiva, com a saída de seu adversário pessoal no comando do governo catarinense (LHS), resolveu se reaproximar do antigo aliado Raimundo Colombo e conformar-se como novo sócio do atual governador. O PT, que em 2002 mostrou força, embalado pela onda Lula, apresentou uma grande oscilação de votos em 2006 e 2010, teve dificuldades para polarizar a política catarinense contra todas as outras forças tradicionais. Essa é a conjuntura atual, um novo período de unipolarização com PSD no comando, apoiado pelos antigos inimigos o PMDB e PP, tendo ainda o PSDB e outros partidos satélites no entorno, com a hegemonia renovada de tradicionais forças políticas que formam um bloco de poder em Santa Catarina, apoiado por uma bancada de 43 deputados estaduais na Assembleia Legislativa: dez do PMDB, sete do PSD, seis do PP, seis do PSDB, um do PTB e um do PPS. É contra esse bloco de poder que o Sinte se defrontou no episódio histórico da greve de 2011.

Situação econômica do momento

Do ponto de vista do cenário econômico, havia uma condição favorável, ainda que se estava num momento da crise mundial em 2008. O Brasil atravessava os efeitos positivos da política econômica do governo Lula, que combinou investimentos estatais em obras de infraestrutura com aquecimento do mercado interno resultante da soma do aumento real de salário, políticas assistenciais e redistributivas, crédito facilitado e isenção fiscal de bens de consumo duráveis.

Conforme dados divulgados pelo IBGE, a economia brasileira cresceu 2,7% em 2011.

Ao longo de todo o ano de 2011, o crescimento da população empregada e da massa real de salários, ao lado da expansão do crédito ao consumo, sustentaram o crescimento das vendas no comércio. Outros serviços e administração, saúde e educação pública cresceram, ambas, 2,3%. Na sequência, aparecem serviços imobiliários e aluguel (1,4%). Na indústria, terceiro setor pesquisado pelo IBGE, o destaque ficou com eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana (3,8%) e construção civil (3,6%). O desempenho da construção civil em 2011 é confirmado pelo aumento da população ocupada no setor, que acumulou crescimento de 3,9%. Dentro da indústria, o subsetor de extração mineral teve alta de 3,2%, com destaque para a extração de minério de ferro. Já a indústria de transformação ficou praticamente estável sobre 2010, com leve avanço de 0,1% (IBGE, 2012).

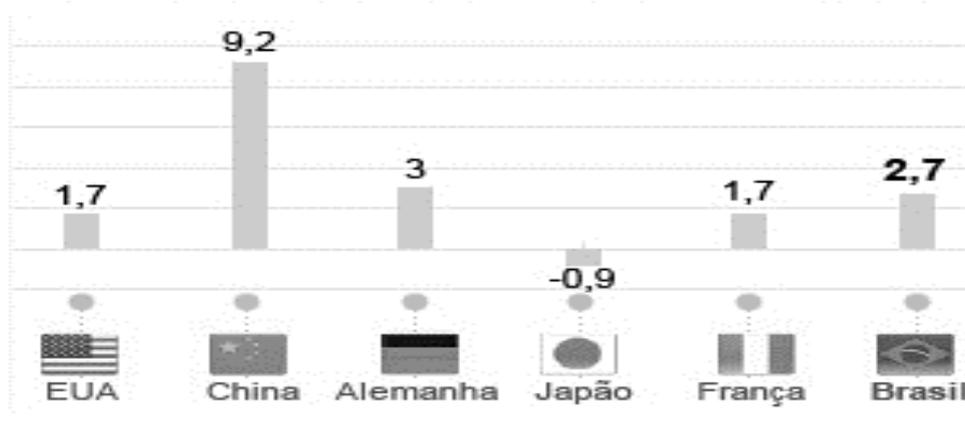
Assim, o desempenho da economia catarinense era otimista, que, de acordo com dados do IBGE e da Secretaria de Estado do Planejamento de Santa Catarina, “o estado, em 2009, possuía um PIB per capita de R\$21.214,53, que o colocava na 4ª posição do ranking nacional.²⁸ No período de 2004 a 2009, o PIB per capita estadual apresentou evolução absoluta de 74,48%”.

Em 2011, o saldo da balança comercial catarinense apresentou déficit da ordem de US\$5,8 bilhões, um desempenho 32% inferior ao ano anterior, quando registrou déficit de US\$4,4 bilhões. O volume exportado por Santa Catarina em 2011 foi de US\$9,1 bilhões, representando alta de 19,4% em relação a 2010. O volume importado atingiu US\$14,8 bilhões, o equivalente a uma alta de 24%, comparando-se ao ano anterior. No período compreendido entre 2007 e 2011, as suas importações apresentaram crescimento de 197,1% e as exportações, crescimento de 22,6%. A queda na balança comercial catarinense se deve, em parte, ao aumento do número de empresas importadoras do Estado. Segundo dados da FIESC, desde 2001, Santa Catarina registrou um crescimento de 53% no número de empresas importadoras, enquanto a quantidade de empresas exportadoras se manteve constante. O principal país de destino das exportações de 2011 de Santa Catarina foi Estados Unidos. As exportações para os EUA representaram aproximadamente 9%. O principal país de origem das importações de 2011 foi a China, com aproximadamente 27% (Freitas, 2017).

²⁸ Além do IBGE, é pertinente analisar os dados desse período no Portal da Economia de Santa Catarina. Nesse portal aparecem minuciosamente todas as informações sobre a economia catarinense com o objetivo de apresentar os resultados da economia catarinense em termos de comportamento do PIB, estruturas produtivas agropecuária e industrial e aspectos do comércio exterior, entre outros. Disponível em: <http://portaldeeconomiasc.fepese.org.br/index.php?c=economia>.

Indubitavelmente, em 2011, o Brasil passava por um ciclo de crescimento econômico com distribuição de renda e uma redução inédita das desigualdades sociais, que, todavia, continuavam altas para os padrões do mundo desenvolvido. Alguém pode avaliar especialmente o ano de 2011 e afirmar que houve uma desaceleração do crescimento, pois o PIB cresceu apenas 2,7% em comparação com o ano anterior (2010), quando obteve um índice recorde de aumento do PIB em 7,5%, a maior alta para o indicador desde 1986, portanto, analisando uma série histórica, percebe-se um ciclo de crescimento e não apenas um pico isolado. Ainda assim, é mister comparar o crescimento do Brasil no ano de 2011 em comparação com outros países, conforme a figura a seguir:

Figura 2 - PIB dos países em 2011 (em %)



Fonte: IBGE, Eurostat e Departamento do Comércio dos Estados Unidos.

Portanto, não havia justificativa econômica para o governo do estado de Santa Catarina se recusar a cumprir a lei do piso, restando apenas um posicionamento político sem argumentos, criando um ambiente favorável para o Sinte mobilizar a categoria e a sociedade na defesa do seu pleito, legalmente garantido e legitimamente justificado pela centralidade do tema da educação e pela conjuntura econômica.

Os motivos da greve

Com o aval institucional da maior instância do Judiciário nacional, o Supremo Tribunal Federal, em 16 de julho de 2008, sancionou a lei nº 11.738/08 do Piso Nacional Federal a ser aplicado por toda a rede pública de ensino (federal, estadual e municipal) a partir de janeiro do

ano seguinte. Entretanto, não foi aplicada em Santa Catarina, diferentemente da maioria dos estados da União, pela excepcionalidade da ação direta de inconstitucionalidade conjunta dos estados do Paraná, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Ceará e Santa Catarina, que se contrapuseram ao estabelecido na lei do piso mediante recurso judicial.

Passados mais de dois anos, em 6 de abril de 2011, o Supremo Tribunal Federal julgou a constitucionalidade da lei do piso para os profissionais da educação, dando ganho de causa à implantação do piso no magistério catarinense. Mesmo após essa decisão, o governo não deu indícios de implementação; ao contrário, nas reuniões com os dirigentes do Sinte, não houve sinalização positiva para acordos, até o limite do rompimento das negociações, quando a greve da categoria se tornou a alternativa mais contundente à letargia governamental.

Embora o princípio básico da greve seja a reforma de diversos aspectos da educação, pode-se afirmar que se pautou em dois eixos-chave, por assim dizer, a “qualidade da educação”, em termos absolutos, e as “condições de trabalho” dos profissionais da educação (professores, técnicos e assistentes pedagógicos, orientadores etc.), em termos relativos. As reivindicações apresentadas a seguir são no sentido de especificar os pontos²⁹ de pauta do magistério catarinense apresentados na época, uma vez que as precárias condições da educação brasileira são por todos conhecidas ou, pelo menos, imaginadas:

- a) realização de concurso público, pois desde 2005 o estado de Santa Catarina não realizava concurso público para efetivação de professores, descumprindo a legislação vigente em dois pontos: os concursos deveriam ocorrer a cada dois anos e o número de admitidos em caráter temporário (ACT) superava o previsto em lei, ou seja, estava acima da metade do quadro docente;
- b) revisão da lei dos ACT, Lei Complementar nº 456/09, que trazia aspectos injustos e de precarização das relações humanas de trabalho, como, por exemplo, os contratados eram subitamente demitidos com o fim do ano letivo (trabalho temporário ou intermitente); restrições para cumprir licenças médicas, mesmo com atestado (que atenta contra a dignidade humana); impedimento de participar de processos seletivos se tiverem sofrido alguma sanção (antidemocrático);
- c) anistia das faltas da greve de 2008 e retirada de empecilhos à progressão horizontal do professorado efetivo;

²⁹ Todos os pontos de pautas e comentários constam no texto de Matheus Pinho Bernardes, denominado “Análise de uma greve em andamento: o caso do magistério catarinense”. Revista *on-line, Passa Palavra*, 17 jun. 2011.

- d) gestão democrática e eleição direta para a direção da escola, que já foi uma conquista do passado, porém, retornou à condição de função de direção, cargos de confiança escolhidos pelo governo, sendo, portanto, a direção majoritariamente formada por afiliados políticos do partido da situação;
- e) contra a terceirização da merenda escolar, que precariza o serviço e restringe o acesso, pois, além de oneroso e de qualidade inferior ao prestado pelo Estado até então, não pode ser consumido pelo quadro de funcionários da escola;
- f) aumento da hora atividade para um terço da jornada de trabalho destinada às atividades extraclasse, conforme preconiza a lei do piso;
- g) por fim e principalmente, a implantação da Lei do Piso Nacional do Magistério no estado de Santa Catarina.

Percebe-se que essa greve não destoou do padrão histórico das pautas do sindicato, apresenta um conjunto de propostas pendentes, buscando contemplar os diferentes setores do campo da educação de forma que se complementam, ampliam a adesão interna e se constituem num discurso legítimo para fazer a disputa da opinião pública e obter apoio social para o movimento de greve.

O elemento novo na greve de 2011 foi a implantação da lei do piso, devidamente aprovada e julgada pelas instâncias do Estado democrático de direito, sem justificativas econômicas para a recusa, ou seja, praticamente não havia espaço para o contraditório da parte do governo para além da sua postura política recalcitrante.

Contudo, chama a atenção o conjunto da pauta, que pode ser considerado um protótipo de luta contra a precarização das relações de trabalho abordadas anteriormente na literatura (Antunes, 1995; 2009; 2018; Standing, 2014; Pochmann; Moraes, 2017). A condição de contrato temporário é uma categoria do precariado, mas, conforme descrito antes, se constitui numa prática na educação brasileira desde os tempos do Império, porém, somam-se na atualidade outras dimensões de avanço dessa precarização, como a terceirização da alimentação escolar e as horas atividades. Há um enquadramento na perspectiva da intensificação da “produção” sem remuneração em detrimento do tempo livre dos educadores e, por fim, a lei do piso como uma proteção contra a desvalorização salarial, um dos elementos fundantes da reestruturação produtiva do capital financeirizado e neoliberal. A anistia dos descontos de greves anteriores é um movimento de resistência contra a perda de direitos e a reivindicação por democracia na gestão da educação também se contrapõe à ideologia gerencialista neoliberal.

Enfim, pode-se afirmar que a pauta da greve de 2011 segue um padrão histórico do Sinte, porém há um “enquadramento” da pauta no contexto atual de metamorfose do “sistema de metabolismo social do capital” (Antunes, 2009). Contudo, não se trata de uma lógica direta de mercado, mas de uma disputa política e ideológica, complementada pela lógica distributiva do Estado. No campo político e ideológico está nítido o posicionamento do sindicato no seu papel de solidariedade de classe em defesa da educação pública de qualidade para todos e o posicionamento dos mandatários do Estado numa lógica neoliberal de precarização desse serviço público essencial. Em relação ao viés econômico é mais complexo, pois, à medida que o gestor público restringe o orçamento para políticas sociais, estará favorecendo diretamente ao capital, tanto no relaxamento da pressão pela cobrança de impostos quanto na destinação de outras políticas de incentivo e ajuda direta ao setor empresarial ou de mercado. Traduzindo na linguagem popular, “tirando dos pobres para dar para os ricos”.

De acordo com Paludo (prelo), a renúncia fiscal do governo de Santa Catarina foi estimada na ordem de R\$ 24,18 bilhões, e o que veio a se realizar no exercício de 2016 foi de R\$ 5,45 bilhões, ou seja, trata-se de uma série histórica que teve início na década de 2010.

Foram estimados valores expressivos de renúncia fiscal para os seguintes destinos: a) os benefícios concedidos a título de crédito presumidos para carnes e aves que atingiram em R\$ 651,17 milhões; b) Isenção e manutenção de crédito sobre os produtos e insumos agropecuários de R\$ 327,23 milhões e c) “Outros benefícios fiscais” que prevê um valor previsto de renúncia de R\$ 1,63 bilhão). Embora estes valores sejam significativos e a SEF tenha relacionado o setor econômico favorecido, porém, não apresentou os valores dos benefícios estimados de forma relacionada ao setor correspondente, o que denota falta de transparência por parte do executivo em relação aos recursos que o governo do Estado abre mão de arrecadar (Paludo, p. 133, prelo).

O autor comenta que o valor da renúncia fiscal é superior aos valores aplicados em saúde e educação e seriam suficientes para, praticamente, duplicar os investimentos em políticas sociais.

Considerando essas informações percebe-se, por um lado, as falhas na gestão pública do Estado de Santa Catarina e, por outro lado, a opção política por setores com os quais os gestores têm compromisso com seus interesses, dentre os quais destacam-se as grandes empresas que são beneficiadas com a renúncia fiscal do Estado, que não se trata de um “detalhe” no montante de recursos e sim de uma parcela significativa que supera os investimentos em educação e saúde, ou seja, o valor renunciado foi 64% a mais do que os investimentos com educação e 81% com saúde. Para agravar a situação, esses valores não são transparentes, pois a Fazenda declara os setores beneficiados de apenas 3,1% do total renunciado e nenhuma informação sobre as empresas que deixam de arrecadar (Paludo, p. 136, prelo).

Embora esses dados não estivessem disponíveis no contexto da greve de 2011, tais hipóteses compunham o argumento econômico em defesa do cumprimento da lei do piso,

juntamente com a narrativa de resistência à precarização do serviço público de educação e a defesa da democracia e liberdade de participação dos trabalhadores da educação em movimento sindical paredista.

O desencadeamento da mobilização

A greve de 2011 teve início em meio a um cenário de grande desvalorização salarial do magistério catarinense, com piso inicial abaixo do salário mínimo, no momento em que iniciava o primeiro ano do governador Raimundo Colombo (PSD)³⁰ e foi nesse contexto que o Sinte manteve uma greve de 62 dias.

O governo do estado não reconhecia a lei do piso aprovada em 2008, mesmo depois do STF ter reiterado a confirmação de sua legalidade, e a categoria dos profissionais da educação estavam conscientes da legitimidade e viabilidade da implantação da dessa lei no estado de Santa Catarina.

A posição do governo na esfera estadual foi considerada uma afronta à educação, apostando na desmotivação e precarização da carreira do magistério ao negar a progressão por titulação e especialização, na contramão da qualidade da educação. Outro aspecto importante a ser observado é o uso da lei do piso para o achatamento da carreira vigente, padronizando o pagamento-base sem reconhecer a progressão de carreira (Tab. 2).

Tabela 2 - Vencimentos do magistério público estadual (percentuais)

Magistério público estadual – Pessoal efetivo – Tabela-base								
Habitação	Nível	A (01)	B (02)	C (03)	D (04)	E (05)	F (06)	G (07)
Magistério de 2º grau	01	609,46	626,22	643,44	661,14	679,32	698,00	717,19
	02	661,14	679,32	698,00	717,19	736,92	757,19	778,01
	03	717,19	736,92	757,19	778,01	799,41	821,40	843,99
Licenciatura de 1º grau	04	778,01	799,41	821,40	843,99	867,20	891,05	915,56
	05	843,99	867,20	891,05	915,56	940,74	966,61	993,20
	06	915,56	940,74	966,61	993,20	1.020,52	1.048,58	1.077,42
Licenciatura plena	07	993,20	1.020,52	1.048,58	1.077,42	1.107,06	1.137,50	1.168,78
	08	1.077,42	1.107,06	1.137,50	1.168,78	1.200,94	1.233,96	1.267,90
	09	1.168,78	1.200,94	1.233,96	1.267,90	1.302,78	1.338,60	1.375,41
Pós-graduação	10	1.267,90	1.302,78	1.338,60	1.375,41	1.413,25	1.452,12	1.492,05
	11	1.375,41	1.413,25	1.452,12	1.492,05	1.533,10	1.575,26	1.618,58
	12	1.492,05	1.533,10	1.575,26	1.618,58	1.663,10	1.708,84	1.755,83

Fonte: Sinte, ago. 2010.

³⁰ Apesar de ser o primeiro ano de mandato do governador Raimundo Colombo, tratava-se de um governo de continuidade de seu antecessor, eleito senador, e o então senador Colombo foi eleito governador, mantendo intacto o mesmo grupo político no poder.

Isso desencadeou o processo de mobilização da categoria dos profissionais da educação, que começaram a se reunir em assembleias regionais e estaduais, organizadas pelo Sinte, fortalecendo o movimento grevista, que pode ser dividido em três fases: a construção da greve até o início da paralisação; o início da greve, as negociações frustradas e o crescimento do movimento e do apoio da opinião pública; o envolvimento da Assembleia Legislativa e o poder Judiciário até o desfecho final da greve.

Até à assembleia estadual do Sinte realizada em 11 de maio de 2011 em Florianópolis ocorreram discussões na direção do sindicato, reuniões e debates nas escolas, entrevistas de rádio, notas públicas, diálogo com a comunidade e assembleias regionais que definiam um posicionamento prévio que resultou na votação pelo indicativo de greve e redução da hora/aula para 30 minutos,³¹ dando um prazo para o governador se posicionar sobre a implantação da lei do piso em Santa Catarina até o início da semana seguinte, 18 de maio de 2011.

A argumentação inicial da Secretaria de Educação sobre o texto da lei aprovado pelo Supremo Tribunal Federal não era suficientemente clara e seria necessária a publicação do acórdão com o texto da lei revisado e com parecer de cada um dos ministros do supremo. Contudo, os trabalhadores da educação quebraram a inércia e a paralisação eclodiu por todo o estado, cumprindo a deliberação da assembleia.

Deflagrada a paralisação, o primeiro encontro entre os dirigentes sindicais e o governo ocorreu no dia 23 de maio, quando o vice-governador Eduardo Pinho Moreira ficou encarregado, junto à Secretaria da Educação, a negociar com o comando de greve estadual, visto que o governador Raimundo Colombo havia viajado para a Europa, o que marcou a segunda fase da greve, de audiências frustradas e crescimento do movimento e do apoio da opinião pública.

Nesse encontro não houve propriamente uma negociação, mas apenas um informe por parte do governo de que a proposta de reajuste apresentada seria a única disponibilizada, sem margem a questionamentos. Tal ideia era reforçada com afirmações em tons de ameaça: “O governo não negocia com categoria parada”; “a educação não é uma das prioridades da sociedade”, afirmadas por Marco Tebaldi e Eduardo Deschamps, respectivamente secretário da Educação e adjunto ao cargo.

³¹ Houve ainda uma proposta – vencida – de que a greve começasse no dia seguinte. A opinião do Sinte de que seria necessário o período de uma semana para a organização da eventual greve, onde, dentre outros critérios logísticos – como a realização de Assembleias Regionais em cada uma das Gereds – decidiu pela redução da hora aula de 45min para 30min – a chamada “Operação tartaruga”.

A “outorga” da tabela que achatou o plano de carreira foi um subterfúgio numérico ao cumprimento da lei do piso, tentando manipular o acatamento da decisão judicial através do nivelamento “por baixo”, da seguinte forma: o Executivo se propunha a pagar o piso a todos os profissionais para os quais o vencimento total não alcançasse os R\$ 1.187,00. Em contrapartida, concluía, os trabalhadores da educação que recebiam o vencimento igual ou maior àquela cifra já se encontravam automaticamente contemplados pelo piso, ou seja, dava um reajuste salarial a uma parcela da categoria e não à sua totalidade. Na prática, esse aumento salarial atingiria em torno de oito mil professores do estado – os que se encontravam nos primeiros níveis de titulação do magistério, ao passo que promovia um achatamento do plano de carreira de todos os níveis, acabando, a longo prazo, com todas as progressões e estímulos profissionais e equiparar o vencimento de um professor formado no magistério a um professor de formação superior e pós-graduação, o que se mostrou um erro estratégico do Estado que só estimulou o aumento do número de grevistas.

Se, por um lado, o Estado mostrava seu aspecto evasivo, demagógico e de total irresponsabilidade para com a educação catarinense, em paralelo corria sua vertente repressiva. A coerção se fez presente desde o início da greve, quando no dia 19 de maio uma comunicação interna (CI) foi enviada à direção de todas as escolas. O documento (ofício circular nº 691/11) dava instruções de procedimento aos gestores da educação durante a vigência da greve. Destaca-se o envio de uma lista com a relação diária de nomes de grevistas, a proibição do uso dos espaços das escolas para reuniões, a ameaça da não renovação de contratos dos ACT que terminassem durante a greve (se aderissem à greve), bem como o fato de ressaltar aos diretores e assessores de direção que seus cargos são “de confiança e [...] este é o momento de exercer e fortalecer a liderança inerente ao cargo [...] [e] corresponde[r] à expectativa que o Governo do Estado deposita em cada um de vocês”.³²

O mesmo teor foi explicitado publicamente por uma propaganda veiculada na mídia entre os dias 23 e 24 de maio, onde displicentemente se (des)informava que a greve havia acabado e se solicitava que os alunos regressassem às escolas. Foi, por fim, seguindo essa mesma cartilha que se pretendeu instituir a tabela mencionada, mediante a aprovação de uma medida provisória direcionada à Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina (Alesc), de forma a institucionalizar a ação e tornar praticamente irreversível sua alteração.

Para o governo, a medida não surtiu o efeito desejado, visto que não houve refluxo ou diminuição do movimento grevista, nem mesmo nos índices de paralisação assumidos pelo

³² Disponível em: <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2011/05/491078.shtml>

governo, revelando a crescente adesão da categoria à greve. As estimativas publicadas pelo governo variavam entre 31,8, 50 e 70% de adesão, porém demonstraram-se indicativos falsos, pois havia uma proporção bem superior ao divulgado pelo Estado.³³

O achatamento da tabela salarial e o desmantelamento do plano de carreira serviram para motivar a mobilização da categoria, que já mostrava força com uma presença recorde de dez mil professores presentes na Assembleia Estadual em 11 de maio, segundo dados da polícia militar. A categoria continuou a realizar semanalmente assembleias regionais, enquanto o comando de greve mantinha visitas presenciais nas escolas informando a conjuntura e a necessidade da luta aos que continuavam no trabalho, convidando-os para participarem dos atos públicos no esclarecimento da população.

Figura 3 - Assembleia estadual do Sinte, passarela Nego Quirino, Florianópolis, dia 11 de maio



Fonte: Arquivo do Sinte.

Esses atos públicos tinham como propósito disputar a opinião pública e obter o apoio popular por meio de diferentes atividades, desde boletins informativos e entrevistas em rádios

³³ Com a atualização diária da relação de grevistas que a mencionada circular exigia, o governo tinha a precisão sobre a paralisação da categoria. Segundo as estimativas do Sinte, por volta do dia 23 de maio a paralisação já mobilizava 90% do magistério, índice que subiu para 92%.

de todo o estado, através de carta aberta dirigida à sociedade, passeatas e manifestações mais radicais para chamar a atenção, como a “queima de diplomas” (modo de questionar a equiparação do vencimento entre diferentes níveis de formação) e “marchas fúnebres” ao plano de carreira – não raras vezes levado dentro de um caixão, rumo ao sepultamento.

Dessa forma, através da coordenação do Sinte, essa paralisação foi considerada como uma das maiores adesões da história do sindicato.

No primeiro dia de paralisação, com diversas mobilizações pelo Estado, a categoria já mostrou a que veio: cerca de 90% dos professores estão fazendo história ao lutar para que o governo assuma seu compromisso com a Educação, respeite a lei e pague o piso nacional, sem alteração no plano de carreira. Somente na Capital, de acordo com o Sindicato dos Trabalhadores em Educação de SC (SINTE), 93% dos educadores aderiram à greve. A assembleia realizada nesta quarta-feira, em frente à Catedral Metropolitana, teve expressiva participação, apesar do mau tempo: “Os números superam as nossas expectativas. O SINTE realizou estas assembleias para definir os comandos de greve e mobilizar ainda mais os professores”, afirmou Alvet Bedin, coordenadora-geral do SINTE (Francosi, 2011).

Na expectativa de que o governo voltasse à mesa de negociações por meio da pressão dos professores e do apoio da sociedade, teve início uma nova fase da paralisação a partir de 2 de junho de 2011, com uma retomada das negociações em que foram apresentadas propostas e contrapropostas de ambos os lados: dia 2 de junho a rodada de negociações iniciou com uma nova proposta do governo; no dia 3 de junho, em menos de 24 horas da anterior, o comando de greve estadual teve de apresentar uma contraproposta; o diálogo foi novamente interrompido temporariamente, no dia 6 de junho, com a resposta negativa do governo à contraposta dos educadores.

A proposta do dia 2 de junho de 2011 tinha como foco manter o canal de negociação aberto através da criação de um grupo de trabalho entre o Sinte e o governo para, no prazo de 180 dias, “implementar projetos para resolução de problemas estruturais, de segurança e mobilidade nas escolas”, revisar a lei dos ACTs, bem como o decreto nº 3.593/2010, que tratava da progressão funcional e a “atualização da tabela salarial com base no piso salarial nacional, considerando as novas fontes de recursos”. Contudo, apesar de garantir também o abono das faltas da greve, o impasse voltava a se manifestar quando o plano de carreira e a tabela do piso entravam em tela, pois não havia acordo nessa questão.

A justificativa do governador Raimundo Colombo era de que a tabela prevista no decreto nº 3.593/2010 se destinava ao pagamento do piso, conforme a lei federal, e a nova proposta tinha o compromisso de “pagar melhor os professores, mas [...] [o governo] tem limitações financeiras e fiscais”.

É importante destacar que antes desse encontro o governador havia solicitado recursos federais para a implantação do piso (1º de junho), com base no qual esmerava-se o novo argumento governamental: “O piso reivindicado pelos professores ultrapassa os recursos financeiros do Estado.” A negociação com o Ministério da Educação (MEC), baseada na complementação do piso pela União, foi um fracasso, considerando que as condições financeiras do Estado catarinense eram extremamente contrastantes com a dos estados que efetivamente precisavam desse auxílio.

O Sinte respondeu à tática do governador em buscar federalizar o tema, e mobilizou-se por meio dos contatos políticos junto à esfera federal, reportando a situação diretamente para a Casa Civil da Presidência da República com diálogo entre a presidente do Sinte Alvet Bedin e o secretário especial da Presidência Gilberto de Carvalho, que designou a ex-presidente do Sinte e ex-senadora Ideli Salvatti (PT), na ocasião ocupava o cargo de ministra da Pesca, que passasse a intermediar o diálogo entre o governador Colombo (PSD) com o ministro da Educação Fernando Haddad (PT).

Esse gesto de pedido de ajuda não passou de uma ação retórica do governador, buscando dar crédito ao seu argumento de que não havia margem nos cofres públicos para conceder ao pleito da educação do Estado, que reapresentou a seguinte proposta: aumento do vencimento com base na incorporação de benefícios existentes (prêmios educar, jubilar e assiduidade), reduzindo para 15% os percentuais de regência de classe³⁴ e reduzindo 50% os adicionais pelas horas excedentes.

A contraproposta do Sinte, ofício 081/2011, apresentada no dia 3 de junho reivindica, além de alguns pontos já acordados pelo governo, a “anistia das faltas da greve de 2008 e todas as outras mobilizações a partir de 2007”, redução do prazo de resposta do grupo de trabalho para sessenta dias, prevendo a realização de concursos públicos, que considerasse a jornada da hora atividade de um terço da carga horária, aumento do vale alimentação e aumento gradual do piso da carreira até novembro de 2011, incluindo a “manutenção de todas as gratificações constantes na carreira do Magistério” e “a incorporação dos prêmios educar, jubilar e assiduidade em percentual e de imediato”.

O movimento grevista se intensificou e obteve manchete nos jornais e pauta do jornalismo midiático do estado e nacional, numa nova onda de greves dos trabalhadores em educação mobilizados, paralisando suas atividades em pelo menos seis estados do país: Mato

³⁴ A regência de classe tem peso decisivo no vencimento final. Sua percentagem diz respeito ao vencimento base. Atualmente as séries iniciais têm 40% de regência sobre o vencimento base, ao passo que as séries finais do ensino fundamental e do ensino médio têm 25%.

Grosso, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Maranhão e Espírito Santo. Os docentes dos estados do Amazonas e Goiás também cruzaram os braços posteriormente e aderiram à greve nacional. É possível identificar grande número de artigos de opinião assinados e publicados nos jornais, acompanhados de reportagens em televisão e entrevistas em rádios abordando a greve de 2011 dos professores da rede pública estadual de Santa Catarina. Por exemplo, na edição do dia 17 de maio de 2011, o jornal *Diário Catarinense* estampou a seguinte notícia: “Professores da rede estadual de Santa Catarina entram em greve nesta quarta-feira”, com o texto:

Os professores da rede estadual de ensino de Santa Catarina entram em greve nesta quarta-feira. A paralisação é por tempo indeterminado e só deve ser interrompida quando o governo do Estado apresentar uma proposta de pagamento do piso salarial da categoria que seja aceita pelos trabalhadores. A greve vai atingir cerca de 700 mil alunos de 1.350 escolas públicas do Estado. O Sindicato dos Trabalhadores em Educação de SC (SINTE) acredita que mais de 50% dos professores parem as atividades nesta quarta-feira em todas as regiões catarinenses. A decisão foi tomada na assembleia da categoria, no último dia 11, em Florianópolis. Nesta terça-feira houve uma nova reunião entre governo do Estado e SINTE, mas segundo os representantes dos trabalhadores, como nenhuma proposta foi apresentada a greve foi mantida. Os professores querem que o Piso Nacional da Categoria, de R\$ 1.187,97, seja o salário inicial, pago sem a retirada de outros benefícios que estão na folha de pagamento. O governo concordou em pagar o piso mas somaria o salário base e os abonos para chegar ao valor, o que não é aceito pela categoria. O valor certo, segundo os professores, seria R\$ 1.597, que soma o valor do piso mais os abonos (*Diário Catarinense*, 17 de maio de 2011).

Diante dos fatos novos, o fortalecimento da mobilização e a deliberação de permanência da greve só podem ser compreendidas se levadas em conta as características da assembleia estadual do Sinte realizada no dia 9 de junho de 2011, depois da ameaça do fim das negociações por parte do governo e da aprovação da medida provisória (MP) nº 188, de 23 de maio de 2011,³⁵ que ameaçava os professores caso não voltassem às aulas. A assembleia dos professores foi realizada na passarela do samba “Nego Quirido” no centro de Florianópolis, e teve a marca histórica de 14 mil participantes, por unanimidade deliberaram pela manutenção da greve, seguida de uma passeata que tomou as ruas da cidade. A posição do Sinte, registrada oficialmente ao governo do Estado, reiterava o pedido de implementação do vencimento de forma gradual, baseada no respeito aos valores de progressão da tabela.

Na Passarela Nego Quirido realizou-se no dia 9 de junho a maior e mais representativa assembleia estadual dos professores. Foi, também, um show de organização. Dia bonito de sol. Os professores inativos tiveram direito a uma barraca coberta, com

³⁵ Disponível em: http://www.portaldoservidor.sc.gov.br/ckfinder/userfiles/arquivos/Legislacao%20Correlata/Medidas%20Provisorias/2011_-_Medida_Provisoria_N__188%2C_de_23_de_maios_de_2011.pdf

cadeiras para o acompanhamento das discussões. Dezenas de ônibus de todos os cantos. Arquibancadas tomadas pelos professores, com faixas e cartazes, tudo para enfatizar o piso na carreira. Entre os políticos representantes, os deputados estaduais Angela Albino, Pedro Uczai, Amauri Soares, Dirceu Dresch, Luciane Carminatti e Padre Pedro (Pereira, 2011, p. 108).³⁶

Figura 4 - Assembleia estadual do Site, passarela Negro Quirino, Florianópolis, dia 9 de junho 2011



Fonte: Arquivo do Sinte.

Tendo a greve e seus desdobramentos estampados em notícias de todo o estado e considerando que todo o movimento grevista compunha-se de um conjunto de variáveis contraditórias, as interpretações também foram distintas, embora o foco sobre a necessidade do reajuste do piso salarial fosse consensual, porém, transcorrido um bimestre de paralisação, em 13 de julho de 2011, o jornalista Fabrício Escandiuzzi publicou um texto com o seguinte título: “SC: professores tentam invadir Plenário da Assembleia Legislativa.”

Professores grevistas tentaram invadir o plenário durante sessão da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, em Florianópolis, na tarde desta quarta-feira. Houve tumulto e a Polícia Militar (PM) precisou conter os manifestantes, que estão em greve há 57 dias. Segundo a PM, 1,5 mil professores participaram do ato. Com as caras pintadas e munidos de cartazes, alguns professores choraram durante reunião dos

³⁶ Nesse período, o deputado Pedro Uczai exercia mandato de deputado federal pelo PT, que possivelmente passou despercebido pelo autor porque anteriormente estivera por quatro mandatos como deputado estadual, sempre envolvido com o tema da educação.

deputados para avaliar um projeto enviado pelo governo de Santa Catarina. A matéria eleva o salário ao piso nacional da categoria, mas "achata" os benefícios conquistado pelos docentes ao longo da carreira. A tentativa de invasão ocorreu depois que os parlamentares decidiram dar prosseguimento ao projeto. Durante o protesto, as proteções de vidro do plenário chegaram a ser chutadas e esmurradas, e os policiais precisaram conter os manifestantes. Uma professora passou mal e foi atendida por uma equipe de resgate do Corpo de Bombeiros. Após a situação ser controlada, a Assembleia aprovou o projeto. Depois de quase cinco horas de trabalhos, 28 deputados votaram com o governo e oito rejeitaram a proposta. O Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina (SINTE-SC) informou, por intermédio de seu site, que a orientação é de "fortalecimento da greve". Reuniões regionais da classe devem ser realizadas no decorrer da semana para definir a situação (Escandiuzzi, 2011).

Na sequência, o governo começou a endurecer ainda mais a posição com ameaça de demissão dos ACTs (14 junho) e no dia seguinte iniciou a terceira fase da trajetória da greve, quando o foco foi transferido para a Assembleia Legislativa, envolvendo o poder Judiciário. O governador pagou nota na imprensa para ameaçar os professores (20 junho) e no dia seguinte entrou com ação judicial pedindo a ilegalidade da greve. O Sinte respondeu com uma ação popular contra o governador por estar desviando os recursos do Fundeb, uma vez que o Estado incluía a transferência federal "carimbada" para a educação no orçamento geral, que compunha inclusive o rateio do duodécimo dos poderes Legislativo e Judiciário. Imediatamente, tanto o Tribunal de Justiça quanto a Assembleia Legislativa decidiram "abrir mão" do valor correspondendo e "devolver" ao Executivo para contribuir na solução da greve.

Por acordo dos líderes, os deputados decidiram retirar as medidas provisórias nº 188 e 189, o governador suspendeu a emissão da folha de pagamento para o mês de julho, o Sinte entrou com ação liminar junto ao Ministério Público Estadual, que concedeu o pedido, contestado pelo poder Executivo, que resultou no julgamento favorável à manutenção da liminar do TJ no dia 8 de julho de 2011.

Em meio a esse processo, o governador Raimundo Colombo (PSD) recebeu dirigentes do Sinte no Palácio da Agrônômica em pleno domingo, dia 3 de julho, buscando dar um ultimato para o movimento grevista. O sindicato submeteu a proposta para decisão em assembleias regionais que ocorreram nos dias 4 e 5 de julho, cujo resultado foi 17 regionais favoráveis para a suspensão da greve, 11 regionais pela continuidade da greve e duas se abstiveram. A base da categoria rachou.

Figura 5 - Raimundo Colombo convoca professores em greve para uma reunião na casa da Agrônômica



Fonte: Foto de Guto Kuerten / Agência RBS.

Após essa audiência, entra em cena, em meio ao movimento, a antiga disputa interna entre as forças que compunham a direção do Sinte, ou seja, Independentes e PSTU/CSP-Conlutas radicalizaram contra a coordenação do sindicato pela continuidade da greve, e as forças Articulação Sindical e grupo RC pelo fim da greve, aceitando a proposta e a continuidade das negociações para recompor a carreira apresentada pelo governo no domingo do dia 3 de julho na casa do governador. Essa divisão aparece claramente quando analisamos as 11 regionais que votaram pela continuidade da greve, estavam na soma as oito regionais coordenadas pelas forças Independentes e PSTU/CSP-Conlutas, evidenciando que suas principais lideranças atuavam na construção da permanência da categoria paralisada. Nesse momento a mobilização começou a perder força em meio a ataques entre as lideranças e suas disputas. A base da categoria paralisada não sentia mais segurança na direção e no comando de greve. Esse dilema perdurou até o final da greve, as duas últimas assembleias tornaram-se um verdadeiro palco de guerra, ataques pessoais e acusações de venda de greve por parte da coordenadora, seu grupo político (RC) e seus aliados da Artsind. A fúria tomou proporções de agressões físicas entre os manifestantes. Isso favoreceu ao governo que encontrou forças políticas para enviar o projeto de lei que destruiu a carreira do magistério catarinense. Essa é, sem dúvidas, a maior reclamação da categoria, que disputas entre as posições divergentes

ganharam maior importância sobrepondo-se à pauta da categoria, nesse particular a tão necessária unidade ficou só no discurso.

Nesse ínterim, o poder Executivo encaminhou para a Alesc, no dia 6 de julho, o PLC nº 026/2011 “para liquidar com a greve” (Pereira, 2011, p. 160), votado a “toque de caixa”, sob forte protesto dos mais de quatro mil professores que ocupavam o prédio da Assembleia Legislativa, havendo embates e repressão por parte da polícia militar. Enfim, na data de 13 de julho de 2011, foi aprovando o texto do Executivo, que recebeu o número de PLC nº 456/2011, por 28 votos favoráveis e oito contrários. Dentre os deputados que votaram contra o projeto do governador foram: Ana Paula Lima (PT), Angela Albino (PC do B), Dirceu Dresch (PT), Jailson Lima (PT), Luciane Carminatti (PT) Neodi Saretta (PT), padre Pedro Baldissera (PT) e sargento Amauri Soares (PDT).³⁷

Figura 6 - Alesc Assembleia Legislativa de Santa Catarina, dia 6 de julho



Fonte: Arquivo do Sinte.

³⁷ A bancada de oposição denunciou a manobra regimental dos governistas, que depois de uma seção conjunta das Comissões de Constituição e Justiça (CCJ), Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviços Públicos, para encurtar a tramitação, impossibilitando pedidos de vista, utilizando-se do regimento da Câmara federal, o que motivou o protesto dos professores e o clima de tensão dentro e fora do plenário. O relator do PLC, deputado (professor) Joares Ponticelli (PP), rejeitou a Emenda Substitutiva Global apresentada pelo PT, que propunha a aplicação da tabela salarial sugerida pelo Ministério da Educação e mantinha direitos conquistados pelo magistério, como a regência de classe e o prêmio assiduidade. O deputado Ponticelli era o presidente da Escola do Legislativo entre 2011 e 2012, e tornou-se presidente da Assembleia Legislativa em 2013, assumindo interinamente o governo do estado de Santa Catarina, de 8 a 17 de novembro de 2013, na ausência do governador Raimundo Colombo e do vice-governador Eduardo Pinho Moreira.

Depois de 62 dias paralisados, numa assembleia de professores muito tensa na noite de segunda-feira, 18 de junho de 2011, foi tomada a difícil decisão de encerrar uma das mais prolongadas e maior greve em índice de paralisação, mobilização e apoio popular que o Sinte já havia realizado na sua história. O encontro reuniu cerca de quatro mil, dos 38 mil educadores. Nessa data ficou definida a suspensão da greve e retorno às salas de aula, permanecendo em estado de greve até outubro, com possibilidade de nova paralisação caso o governo não acenasse com avanços nas negociações.

Em 18 de julho de 2011, numa tumultuada assembleia estadual do Sinte, realizada em Florianópolis, a maioria dos presentes votaram pelo fim da greve dos trabalhadores da educação pública de Santa Catarina.

Figura 7 - Fim da greve



Fonte: Foto editada pela CUT, publicada em 19 de julho de 2011 por William Pedreira, registra o fim da greve.

Resultados da greve

Primeiramente há que se observar o resultado simbólico da greve, ou seja, o significado dos resultados do movimento dos trabalhadores em educação de Santa Catarina. Foram considerados emblemáticos, pois, mesmo após a conquista de um valor significativo de reajuste salarial para a categoria, a greve causou sentimento de derrota em razão das altas expectativas que a categoria alimentava em relação à resposta efetiva obtida pela ação do Estado, contrapondo a implementação do piso da carreira na manutenção da progressão da carreira, ou

seja, o governo aprovou o Projeto de Lei Complementar nº 026/2011 (PLC-456/2011 - Anexo),³⁸ onde aumenta o piso salarial dos professores com ensino médio de R\$ 609,00 para R\$ 1.187,00, correspondente à jornada de 40 horas semanais, porém, concomitantemente, houve uma diminuição de valores extras pagos aos professores com graduação e pós-graduação.

Foram 62 dias de paralisação do ensino público em todas as regiões de Santa Catarina. Foi um marco histórico na mobilização da categoria dos professores do estado baseado numa pauta de valorização, formação dos trabalhadores em educação e reivindicações específicas, como a implantação do piso salarial profissional nacional no estado de Santa Catarina e melhores condições de trabalho. Durante toda a paralisação das atividades da educação pública estadual, a greve era o principal assunto tratado em toda a imprensa do estado, alcançando repercussão em nível nacional. Houve também envolvimento intenso da sociedade que colocou a educação na agenda do governo catarinense.

O artigo escrito pela professora Maria da Graça Nóbrega Bollmann e pelo professor Marcos Edgar Bassi (2015) ajuda a compreender os impactos econômicos em decorrência dos resultados da greve de 2011, demonstrando a forma em que foi implantada a lei do piso em Santa Catarina. Houve um benefício significativo para as faixas inferiores da carreira e uma desestruturação e achatamento da carreira para o conjunto da categoria.

Os autores analisam uma série histórica dos cargos que compõe a categoria do magistério público estadual catarinense no período entre 2004 e 2014, onde se percebe uma redução de 17% do cargo de professor (concursado) e inversamente um aumento de 18% no cargo de ACT, que passaram a representar 49% do total dos profissionais em educação do Estado, ou seja, houve uma inversão na composição do quadro de professores com tendência à precarização dos contratos de trabalho.³⁹ No mesmo período, houve uma redução de 862 profissionais em cargos de especialistas em assuntos educacionais e 79 consultores educacionais; em contrapartida, um aumento de 1.820 assistentes técnicos pedagógicos e 1.203 assistentes de educação (Bollmann; Bassi, 2015). Portanto, além da mudança do enquadramento salarial, significou contratar profissionais em começo de carreira com vencimento em nível do piso, sem direito aos benefícios extrassalariais conquistados historicamente.

³⁸ O Projeto de Lei Complementar que deu origem à votação na Alesc recebeu o número 026/2011 e depois passou para PLC nº 456, sancionado em 18 de julho de 2011.

³⁹ Essa inversão na composição da base do magistério com tendência à precarização se explica pela aproximação do fechamento de um ciclo geracional de professores que ingressaram efetivamente no magistério no concurso público de 1993 e gradativamente vão se aposentando, sendo substituídos por ACT.

Outra constatação positiva na lógica da qualidade da educação, mas negativa para o cálculo financeiro da parte do governo, foi o incremento nos níveis de escolaridade dos profissionais do magistério catarinense, que no período anterior à greve de 2011, entre 2004 e 2010, sofreu uma alteração importante.

Tabela 3 - Variação % dos profissionais do magistério por níveis de escolaridade - 2004/2010

	2004	2010	Diferença %
Magistério ensino médio	2.366	746	- 86,5%
Graduação licenciatura curta	513	167	- 67,4%
Graduação licenciatura plena	9.957	3.513	- 64,7%
Pós-graduação – especialização	10.590	17.306	+ 63,4%
Pós-graduação – mestrado e doutorado	694	833	+ 20%
Total	24.120	22.565	- 6,5%

Fonte: (Bollmann; Bassi, 2015), reconstruído pelo autor.

Percebe-se nessa composição que no período anterior à greve de 2011 houve uma alteração no perfil de qualificação dos profissionais do magistério catarinense; por um lado, houve uma elevação do nível de escolaridade dos profissionais, acompanhado de uma redução na quantidade total da categoria, por outro, houve diminuição de professores efetivos, substituídos por ACT.

Foi com base na recomposição da estrutura do quadro de pessoal dos profissionais da educação que o governo tratou sua estratégia financeira de aplicação da lei do piso, promovendo uma desestruturação e achatamento da carreira e de imediato um novo descumprimento da legislação.

Porém, o cumprimento da lei com o vencimento inicial sendo elevado para R\$ 1.187,00 foi acompanhado da desestruturação do plano de cargos e carreira (SANTA CATARINA, 1992) e do achatamento¹² dos valores dos vencimentos das classes e níveis superiores. Várias regras e critérios de carreira foram modificados e algumas gratificações foram extintas e incorporadas ao vencimento, de forma que o governo atenuou o impacto financeiro das alterações (SANTA CATARINA, 2011b; 2013). Em 2012, o governo deixa de cumprir a lei do piso quando o valor estabelecido nacionalmente alcançou R\$ 1.451,75 (Bollmann; Bassi, 2015, p. 205).

Do ponto de vista financeiro, o total de investimentos com o magistério catarinense, que era de aproximadamente R\$ 40 milhões em 2010, passou para R\$ 65 milhões de 2011 em diante, porém, “o vencimento dos ACT cresceu 206% passando a ocupar 33% do total das despesas em 2011 diante dos 26% até o ano anterior, enquanto a soma dos vencimentos dos efetivos

creceu 49%, reduzindo sua participação na despesa total de 74 para 67%” (Bollmann; Bassi, 2015, p. 206).

Um fato marcante dessa greve de 2011 foi a importância do uso das redes sociais no processo de mobilização, e um fato inédito de desvio, interessado da grande mídia no enquadramento do movimento grevista. Sabe-se que a bandeira da liberdade de imprensa é praticamente símil com o fazer-se classe operária em suas primeiras manifestações, desde a Sociedade Londrina de Correspondência, dissidência metodistas e radicalização das lutas dos *luddistas* que levantaram diferentes bandeiras, desde a revolta contra o aumento do preço do pão e da cerveja até a liberdade de associação dos sindicatos e liberdade de imprensa (Thompson, 1987). No entanto, esse pleito não pode ser confundido com o que se conhece como o poder da mídia, especialmente num país como o Brasil, que privatizou a liberdade de imprensa e concentrou em propriedades privadas aliadas e partícipe dos interesses do capital hegemônico. Em Santa Catarina não foi diferente, sendo que a propriedade cruzada dos veículos de comunicação caracterizava o verdadeiro cartel da mídia, que funcionou à revelia dos preceitos legais, sob as “vistas grossas”, do sistema Judiciário.

Historicamente, o enquadramento das greves do magistério catarinense e de outras partes do país, assim como de outras categorias, via de regra, sempre repercutiram com caráter crítico e negativo pela mídia, quando não raramente ocorreram manipulações e distorções dos fatos, fazendo com que os líderes sindicais tivessem sérias restrições e apreensão pela repercussão das atividades sindicais e preferiam as ações de abordagem direta com a sociedade através de reuniões, manifestações de rua e documentos impressos entregues em mãos para passar a sua versão dos fatos.

Contudo, na greve de 2011 ocorreu um fato inédito, trata-se da cobertura do movimento pelo *blog* do Moacir Pereira, jornalista responsável por um espaço influente na maior empresa de mídia do estado e velho conhecido dos líderes grevistas, os quais não cultivavam grande simpatia. Ocorreu que no limiar da greve, no dia 6 de maio de 2011, o colunista político publicou em seu *blog*, inserido na plataforma do jornal *Diário Catarinense*, um comentário intitulado “Educação terá piso”, e, como de costume, fez um relato dos bastidores dos políticos no poder, com quem sempre teve trânsito e acesso às informações privilegiadas. No mesmo dia, o professor André Matos enviou *e-mail* ao jornalista, classificado por ele como “malcriado” (Pereira, 2011, p. 17), apontando as contradições das informações publicadas pelo colunista e o desinteresse dos governantes pela educação. Surpreendentemente foi contestado pelo jornalista, como não era de costume, mas foi a troca de argumentos áspers entre o professor e

o jornalista que o levou a decidir fazer a cobertura direta na assembleia histórica do Sinte no dia 11 de maio de 2011.

Conforme relata o próprio jornalista, surpreendeu-se com o que viu e passou a publicar informações diárias, tornando sua coluna política chamada “diário da greve”. Assim, houve uma ampla repercussão entre os professores, que passaram a enviar mensagens por meio eletrônico, e grande parte dessas eram publicadas como comentários da opinião do colunista, fazendo com que sua audiência batesse recorde e passasse para a história como a primeira grande cobertura eletrônica na era da comunicação virtual no estado de Santa Catarina. “Em maio, o *blog* do Moacir Pereira, já conquistara um número altamente expressivo, batendo todos os *blogs* anteriores, com a marca dos 198.944 acessos” (Pereira, p. 196). Em suma, o jornalista se sentiu desafiado pelo professor, passou a fazer a cobertura diária da greve e atraiu a atenção dos grevistas que debateram suas questões diretamente na mídia digital, fora do controle da direção sindical.

Outro resultado que pode ser considerado em decorrência da força da mobilização e apoio da opinião pública manifestados em notas favoráveis a diversas entidades de classe, além da solidariedade do movimento sindical catarinense, foi o envolvimento dos outros poderes na intermediação da greve, tanto do poder Legislativo que num primeiro momento buscou mediar e depois acabou “centralizado” na posição do governador com votação “fechada” da base governista pela aprovação do PLC nº 026/2011 quanto do envolvimento do poder Judiciário nas diferentes ações mobilizadas do lado do governo e do lado dos professores, bem como a manifestação favorável quanto à devolução da parte do duodécimo correspondente ao rateio ilegal do percentual do Fundeb, colocado no orçamento geral num gesto de tentar ajudar na solução do impasse.

Talvez o principal envolvimento político em função da greve dos professores foi uma clivagem clássica entre direita e esquerda no parlamento catarinense, como poucas vezes pôde ser assistido. De um lado posicionaram-se os partidos de esquerda (PT, PDT e PC do B) de acordo com o entendimento da luta dos professores, de outro, todos os demais partidos “fechados” com a proposta do governo, como constatado por alguns professores presentes no ato de protesto durante a votação “sem saber no que estavam votando”.

Por fim, outro fato inédito desse movimento foi o envolvimento do poder Executivo em esfera federal no desfecho do conflito com iniciativa do governador em buscar ajuda ao MEC para cumprir a lei do piso, que não teve êxito por falta de consistência da proposta, mas também pela articulação política dos dirigentes sindicais que tinham canais diretos com o alto escalão

do governo federal e souberam bloquear o jogo da cena do governador, contando com a intervenção direta de dois professores e ex-deputados estaduais do PT que estiveram juntos na aprovação do Plano Estadual de Educação em 1998, a então ministra Ideli Salvatti e o deputado federal e membro da Comissão de Educação da Câmara Federal Pedro Uczai.

Portanto, ainda que ao longo da trajetória de lutas do sindicato houvesse articulações mais ou menos implícitas entre a luta sindical e as bases parlamentares, igualmente oriundas da defesa da classe trabalhadora, nessa greve de 2011 a clivagem ficou explícita numa demonstração da complementariedade entre a luta sindical e parlamentar, semelhante às origens do fazer-se classe trabalhadora.

Contudo, contabilizaram-se não apenas resultados práticos para a categoria incluindo questões importantes na correlação de forças internas e também na estrutura do Sinte que merece destaque, por exemplo, o aumento do número de filiados ao sindicato, chegando ao maior número de sua história, passando de 24 mil para 29 mil durante o período da greve de 2011, como reflexo do reconhecimento e legitimidade da direção diante da greve tendo relação com o cenário de disputa de forças internas que se visualizavam no período posterior, mas que também abriu a possibilidade de fortalecimento material do sindicato com o aumento de arrecadação da base e com a abertura de diálogo político junto ao governo federal no momento da greve, ampliando perspectivas de resolução das questões burocráticas pendentes, como, por exemplo, a recuperação de valores de imposto sindical do Sinte que se encontravam bloqueados no Ministério do Trabalho.

Em relação ao imposto sindical, a coordenadora estadual do Sinte Alvet Bedin aproveitou sua performance de influência pessoal direta junto ao governo federal e alguns ministros conseguiu restituir o repasse do imposto sindical para o sindicato que o governo estadual descontava na folha dos profissionais da educação, porém o percentual de 60% que seria de direito do Sinte ficava retido no Ministério do Trabalho. Somado o aumento da arrecadação com o crescimento de filiados, a melhoria salarial obtida na greve e o repasse do imposto sindical retido, o Sinte passou para um outro patamar do ponto de vista da estrutura e esse aspecto de gestão patrimonial até então secundarizado na entidade também passou a fazer parte da pauta da direção.

O Sinte, apesar de ser o maior sindicato em número de filiados do estado de Santa Catarina, não dispunha de uma sede própria, que depois da greve de 2011 passou a se tornar uma realidade, e o primeiro investimento aprovado com essa nova forma financeira foi a

aquisição da sede própria: um prédio de oito andares no centro de Florianópolis, próximo à Secretaria de Educação do Estado (SEE).

O segundo critério de investimento do novo recurso foi uma política de compra de sedes para as regionais (num primeiro momento foram compradas salas comerciais que funcionavam como sedes em 16 regionais do Sinte). Também foi possível garantir maior estrutura política para a mobilidade dos dirigentes nas atividades políticas em todo o estado e maior capacidade de mobilização em congressos e atividades desenvolvidas pela central CUT e sua confederação CNTE em nível nacional. Por fim, uma das possibilidades mais importantes no aspecto qualitativo da atuação sindical foi iniciar o programa de formação para qualificar e formar novas lideranças.

A partir da experiência da greve de 2011 ocorreu a primeira reunião para organizar um programa de formação sindical realizada na regional de Rio do Sul ainda em 2011 e ganhou volume especialmente depois de 2013, efetivando-se em praticamente todas as regionais a partir de 2015, quando passou a formar anualmente, em média, quinhentos professores e professoras no curso elaborado pela CNTE. O curso foi adaptado para o contexto e realidade local através de um convênio com a UFFS, envolvendo uma estrutura significativa para formar lideranças sindicais em Santa Catarina, pode-se considerar, nesse momento, como uma das maiores práticas do país.

Capítulo 3

Análise do movimento grevista do magistério catarinense no ano de 2011: dentro do conflito

Metodologia de pesquisa e análise

Sabe-se que intelectuais ampliaram o leque de abordagens no tratamento das fontes e especialmente relacionando a história com outras ciências humanas e sociais numa perspectiva transdisciplinar e uma narrativa compartilhada.

Buscou-se aqui realizar uma pesquisa baseada fundamentalmente em fontes documentais através da revisão da literatura e fontes primárias, estabelecendo um recorte em torno de temas-chave, como a classe trabalhadora, o movimento sindical, os novos movimentos sociais, especialmente no campo da educação, chegando à história do Sinte até à greve dos professores catarinenses no ano de 2011, nosso objeto específico de estudo. Portanto, incorporamos também técnicas metodológica que possam ser consideradas como um estudo de caso, chegando às transformações atuais no mundo do trabalho (Quivy; Campenhoudt, 2002; Minayo, 2002).

Cabe agora apresentar um modelo de análise da pesquisa realizada que serviu de roteiro para a construção desta dissertação. Partindo das hipóteses de investigação que estruturam esta análise, desenhada em três hipóteses estendidas em três níveis de aprofundamento para compreender o fato histórico da greve dos profissionais do magistério catarinense em 2011. As três hipóteses estruturantes são as condições objetivas da greve; o processo histórico do Sinte, que resultou nesse fato histórico, e o contexto da greve do ponto de vista das metamorfoses do sistema global de reestruturação do capital e das respostas da luta dos trabalhadores. Num segundo nível estruturam-se as dimensões teóricas de cada uma dessas hipóteses para resultar em temas-chave correspondentes de cada uma das dimensões. Definido esse desenho, procedeu-se o mapeamento, a problematização e a síntese desse conjunto de fatores numa perspectiva transdisciplinar.

Esse desenho metodológico da análise proposta resultou um roteiro básico elaborado pelo autor para estruturar esses elementos e permitir o diálogo com outros autores numa perspectiva aberta de construção acadêmica.

Quadro 5 - Metodologia de análise

Hipóteses	Dimensões teóricas	Temas-chave
Condições objetivas	- infraestrutura e superestrutura - transdisciplinariedade - correlação de forças	- economia - política - educação
Histórico do movimento sindical e especificamente do Sinte	- consciência de classe - forma de organização sindical - história de luta no campo da educação	- classe trabalhadora - história e funcionamento do Sinte - narrativa da greve de 2011
Metamorfose do mundo do trabalho	- reestruturação do capital - impactos e desafios no campo sindical - novas formas de atuação	- precariado - importância da comunicação - articulação solidária dos movimentos sindical e novos movimentos sociais

Fonte: Criado pelo autor.

Iniciando a análise pelas condições objetivas, devemos retomar o contexto de infraestrutura e superestrutura em que se inseriu a greve de 2011. Do ponto de vista da infraestrutura econômica, trata-se de um momento peculiar na história do Brasil, onde se destaca um ciclo de distribuição de renda, combinando o crescimento econômico com as políticas sociais, fundamentalmente o aumento do valor real do salário, reverberando na ampliação do mercado interno de consumo que alguns autores confundiram com uma “nova classe média”.

Em termos genéricos, havia uma condição socioeconômicas favorável para um movimento grevista, contudo, há que se acrescentar as condições estruturantes especificamente do estado de Santa Catarina, palco do fato histórico em tela. Os dados objetivos demonstram indicadores numa condição ainda mais favorável do que a média do país, considerando a infraestrutura no contexto da greve duplamente favorável, nacional e localmente.

Diante disso, o Sinte “escolheu” um momento oportuno para levantar a bandeira do cumprimento da lei do piso como uma reivindicação de melhoria econômica, do salário dos profissionais da educação, inserindo-se aí dois outros temas-chave: a educação e o cumprimento da legislação.

A educação é um tema incontroverso, considerado um fator estruturante na perspectiva de transformação social para os revolucionários, ou para a melhoria da qualidade de vida para os evolucionistas. Ambos consideram a educação como fundamental positivo: “quem poderia

ser contra a educação?” Portanto, nada mais legítimo do que os professores reivindicarem melhores salários num contexto em que as pessoas que vivem do trabalho estão numa condição favorável historicamente. Contudo, uma pauta legítima nem sempre é viável, pois, eventualmente, não estão postas as condições legais que garantam o pleito. Não foi o caso da greve de 2011, esta combinou legitimidade e legalidade. O movimento grevista exigia basicamente o cumprimento de uma lei tramitada e julgada, líquida e certa, a lei nº 11.738/08, que criou o piso nacional federal.

Em síntese, ainda que a greve de 2011, seguindo um padrão do movimento sindical, no campo da educação, apresenta um conjunto de pautas articuladas, como já foi explicitado anteriormente, combinando diversos segmentos internos da categoria com um discurso geral em defesa da qualidade da educação, que conclama a simpatia da opinião pública, tendo a lei do piso como a pauta principal, legítima, legal, momento favorável; num olhar fenomênico tratava-se de uma greve oportuna e incontestável.

Por fim, dentre as condições favoráveis pode-se incluir outros dois fatores-chave no campo político a correlação de forças, de um lado, o movimento sindical operário conta com um governo federal oriundo em grande parte do próprio sindicalismo; de outro, a base dos profissionais de educação esperava por muito tempo uma legislação que assegurasse a valorização digna do salário dos professores. Pelo histórico das greves do Sinte, havia um aprendizado de como lidar com uma correlação de forças políticas desfavorável às pautas da classe trabalhadora em Santa Catarina, porém, naquele momento contava com uma retaguarda de alinhamento com o governo federal e do apoio geral da sua base social. O terceiro elemento importante é a disputa da opinião pública, que será abordado na sequência, pois não faz parte das condições objetivas que viabilizam a greve, mas trata-se de um elemento do fazer-se greve no campo dinâmico da disputa no transcorrer da greve, não necessariamente colocada *a priori* antes da tomada da decisão.

Assim, pode-se afirmar que as condições objetivas colocadas levaram a uma decisão inequívoca do Sinte num contexto fenomênico fortemente favorável, o que explica a força inicial da greve, contudo, não impediu que o poder Executivo se alinhasse com o Legislativo e impusesse sua proposta final pela via “legal” ainda que ilegítima.

Sobre a hipótese histórica do movimento sindical, pode-se começar por compreender por que a opção pela greve? A greve tornou-se historicamente a principal ferramenta de luta do sindicalismo. Sindicato e greve não se separam. A construção histórica da consciência de classe foi ganhando forma num processo dinâmico e contraditório entre teoria e prática, pois houve

tentativas de outras formas de luta política dos trabalhadores, porém, numa trajetória pedagógica, “os trabalhadores foram aprendendo com as vitórias e derrotas” e percebendo que a greve podia frear o processo de extração da mais valia sobre a força de trabalho, obrigando os donos dos meios de produção recuarem do seu ímpeto cumulativo e negociar parte do seu lucro para poder dar continuidade à produção e um novo ciclo de exploração. Complementarmente foram se articulando as lutas sindicais, tendo a greve como o principal instrumento com os processos políticos, especialmente através da representação parlamentar posicionada do lado da classe operária na clivagem entre o capital e o trabalho.

Contudo, há que se considerar que os trabalhadores da educação não são classe operária, pois desempenham um trabalho imaterial e especialmente os educadores da rede pública não têm um patrão que é dono dos meios de produção e adota mecanismos explícitos de obtenção de mais valia a partir da exploração da força do trabalho. Agrega-se que os assalariados do Estado estavam impedidos legalmente de se organizarem em sindicatos no Brasil desde a CLT (1934) até à Constituição federal de 1988. Portanto, pode-se afirmar que a prática sindical e a experiência de greve na categoria do magistério público é algo recente e não se trata de uma tarefa trivial o fazer-se consciência de classe numa categoria de trabalhadores dessa natureza.

Considerando o desenvolvimento da pesquisa documental descrita anteriormente, apreende-se que o estado de Santa Catarina começou atrasado no seu envolvimento com os movimentos parastas do final da década de 1970. Foi um dos últimos estados a se mobilizar na onda de greves da educação que se seguiram dos operários metalúrgicos do ABC depois da greve de 1978. Contudo, de 1980 em diante, a Alisc, e posteriormente o Sinte, organizou, em média, uma greve a cada ano e meio praticamente (19 greves no período de 1980 a 2011), ou seja, houve um movimento grevista intenso que resultou em aprendizado, mantendo uma sequência de reivindicações que foram se adequando à agenda geral da educação ao longo do tempo. Portanto, ainda que se trate de um grupo social distante do protótipo clássico de classe operária, que requer um esforço mais complexo para construir consciência de classe, a prática constante de greves tornou-se o principal aprendizado dos professores.

Há que se distinguir também os conceitos de consciência de classe e engajamento em movimentos grevistas. Ainda que tenham sido construídos teoricamente de forma simultânea, a ação de greve tem um apelo pragmático de defesa dos interesses comuns de uma determinada categoria, que pode ser parcialmente descolado da consciência de classe ou da construção simbólica do fazer-se classe, sentir-se solidariamente como classe trabalhadora. Acredita-se que parte significativa dos trabalhadores em educação que se engajaram especificamente na greve

de 2011 não o fizeram por consciência de classe, mas, sim, porque estavam dadas as condições objetivas favoráveis para se obter ganhos individuais ou, no máximo, ampliado para a sua corporação e experiências recentes, que demonstravam a possibilidade de se obter resultados, tornando-se praticamente uma escolha racional para esses grevistas.

Por fim, outra problematização em relação ao contexto histórico da greve, pois, no limiar do século XXI parece haver um distanciamento das estratégias clássicas de luta dos trabalhadores, consequência de um processo de reestruturação do “sistema de metabolismo social do capital” (Antunes, 2009; 2018), ou seja, parece tratar-se de uma “greve fora do seu tempo”, quando alguns teóricos defendem a perda da centralidade do trabalho nas relações sociais e mesmo aqueles que defendem o inverso sustentam que houve uma morfologia do sistema produtivo com efeitos na forma de organizar a resistência das disputas de hegemonia na era do capital improdutivo. Se por um lado essa morfologia reduziu a diferença entre o trabalho produtivo/material em relação ao capital improdutivo/imaterial com tendência à precarização das classes-que-vivem-do-trabalho, por outro, outros atores entraram em cena e outras formas de mobilização e protestos foram sendo aprimorados.

No entanto, a greve de 2011 não foi um movimento paradiplomático de estilo clássico, pois, como já havia ocorrido anteriormente, especialmente depois de 1991, quando o Sinte articulou um movimento de greve com uma tática mais ampla em defesa da educação como valor simbólico, num movimento chamado SOS Educação. Depois disso, o sindicato foi superando barreiras corporativas e promovendo diálogo aberto com o conjunto das organizações no campo da educação e outros movimentos sociais. Essas práticas, por mais que pudessem visar simplesmente um canal para angariar apoio da opinião pública e acumular força para obter resultado pragmático de interesse da categoria, foram se transformando em metodologia de organização de greve e contribuindo para definir um estilo de organização sindical que combina ações pragmáticas de resultados para a categoria com propósitos mais amplos em defesa do valor simbólico da educação, agregando apoio de setores mais amplos que seu grupo social restrito à categoria dos professores, mesmo utilizando a greve como ferramenta básica de mobilização.

Tais observações permitem propor uma síntese em que o processo histórico e o aprendizado de lutas do Sinte influenciaram a greve de 2011 na medida em que se desenvolveu um estilo diferenciado de construção daquele modelo clássico de greve operária, aliando pautas pragmáticas de resultado para o grupo social específico dos professores com a defesa de um

valor simbólico mais amplo e incontestado socialmente e que gera solidariedade: a educação de qualidade.

Além dessa combinação da ferramenta de greve com outros mecanismos de protestos originários das práticas dos novos movimentos sociais, pode-se perceber outros dois elementos-chave em relação à greve de 2011 com a metamorfose do capital e das lutas dos trabalhadores: a importância dos meios de comunicação, especialmente em formato digital, e a tendência de precarização das relações de trabalho.

Iniciando pela ordem inversa, os dados sobre a “morfologia” da categoria do magistério catarinense no período de 2004 até 2014 (Tab. 4) demonstram nitidamente a tendência da precarização como uma política deliberada do poder Executivo, de um lado motivado pela “gestão” financeira do Estado,⁴⁰ de outro, o alinhamento ideológico da linha sucessiva de governadores do estado catarinense com a visão neoliberal, que propugna o Estado mínimo e a precarização dos serviços públicos. Daí que a greve precisou ser reinventada enquanto instrumento de luta, mas manteve um efeito simbólico de reafirmação da centralidade do trabalho, mesmo na era do capital improdutivo.

Tabela 4 - Plano salarial do magistério de Santa Catarina

Nível	Referências						
	A	B	C	D	E	F	G
1	1.187,00	1.187,00	1.187,00	1.187,00	1.187,00	1.187,00	1.187,00
2	1.187,00	1.187,00	1.187,00	1.187,00	1.197,00	1.197,00	1.197,00
3	1.197,00	1.221,00	1.221,00	1.221,00	1.244,00	1.244,00	1.244,00
4	1.221,00	1.244,00	1.244,00	1.244,00	1.244,00	1.244,00	1.275,10
5	1.244,00	1.244,00	1.244,00	1.275,10	1.306,98	1.339,65	1.373,14
6	1.275,10	1.306,98	1.339,65	1.373,14	1.407,47	1.442,66	1.478,73
7	1.380,00	1.414,50	1.449,86	1.486,11	1.523,26	1.561,34	1.600,38
8	1.486,11	1.523,26	1.561,34	1.600,38	1.640,39	1.681,40	1.723,43
9	1.600,38	1.640,39	1.681,40	1.723,43	1.766,52	1.810,68	1.855,95
10	1.723,43	1.766,52	1.810,68	1.855,95	1.902,35	1.949,90	1.998,65
11	1.855,95	1.902,35	1.949,90	1.998,65	2.048,62	2.099,83	2.152,33
12	1.998,65	2.048,62	2.099,83	2.152,33	2.206,14	2.261,29	2.317,82

Fonte: Sinte/SC.

⁴⁰ É importante ressaltar que não se trata simplesmente de uma constatação fenomênica de fluxo de caixa, mas de um compromisso de classe com as prioridades distributivas, como demonstram os dados relativos aos incentivos fiscais que o governo vem deixando de arrecadar em detrimento da escassez de recursos para investir em políticas sociais.

Na medida em que a greve ia transcorrendo, percebeu-se um vetor negativo no processo de acúmulo de forças, possivelmente por essa contradição de pautas mais complexas com ferramentas tradicionais. Dentro da própria categoria dos professores havia, e se tornou ainda mais nítida, a divisão entre trabalho estável (professores concursados) e trabalho precário (ACT). O governo explorou duplamente essa contradição com seu principal trunfo, ou seja, primeiramente acenou em conceder a aplicação da lei do piso somente para o patamar inicial, num ganho financeiro significativo aos ACTs, conseqüentemente dividia a categoria e enfraquecia a greve. Percebendo que essa tática não surtiu efeito, partiu para a ameaça de rompimento de contrato, explicitando ainda mais os efeitos de uma relação precarizada de trabalho temporário desprovido de direitos. Novamente a categoria manteve-se firme e o poder Executivo perdeu o controle do processo, passando o comando do processo para o poder Legislativo, que “impôs a lei” não dando opção de continuidade da greve.

Se as condições objetivas estavam fortemente favoráveis à greve e o aprendizado histórico das lutas do Sinte permitia combinar um estilo de movimento grevista com outras modalidades de mobilização capazes de dialogar com os novos movimentos sociais, certamente não foram menos importantes os efeitos do estilo de comunicação utilizado pela primeira vez nessa greve. Em greves anteriores, o Sinte utilizou panfletos impressos e distribuídos na porta das escolas e locais de fluxo, reuniões, entrevistas em rádio, passeatas etc. para dialogar com a população, porém em 2011, pela primeira vez, utilizou um canal digital para disseminar as ideias.

Contudo, não se tratou inicialmente de um canal de comunicação planejado ou apresentado pelo Sinte, mas foi um espaço na mídia monopolista por sua natureza adversa aos movimentos da classe trabalhadora, como vaticinou o professor Andre Matos da cidade de Bombinhas. A ira provocada casuisticamente num dos *players* da principal empresa de comunicação de Santa Catarina levou a uma decisão de aceitar o desafio e “dar cobertura” ao movimento grevista, dando voz aos trabalhadores e, ao mesmo tempo, construindo a rede de seguidores, valorizando seu canal digital como um dos mais bem pagos do estado. Se essa combinação foi premeditada, o jornalista não explicita em seu livro escrito posteriormente, apenas relata o episódio inicial. O “Diário da greve” foi uma conjunção de interesses, de um lado os professores ocuparam um espaço de comunicação de massa em aberto, ainda que em disputa, de outro, o jornalista atingiu seu interesse de monetarização do seu canal digital e aumentar seu poder de influenciador na opinião pública. Cabe ressaltar que se tratou de um

episódio extemporâneo, pois antes mesmo de finalizar a greve, o jornalista saiu de férias e retornou para seu posicionamento histórico pró-capital.

O uso da comunicação virtual em movimentos de protesto não era um elemento novo, ao contrário, já havia sido experimentado em mobilizações desde as eleições da Espanha em 2004, protestos em outros países, mas no contexto local foi um elemento novo e não se restringiu ao episódio do *blog* do Moacir. Em decorrência desse destaque, outras empresas de comunicação seguiram a mesma tendência e disputavam a audiência, e o próprio Sinte deu mais atenção para esse tipo de comunicação durante a greve, especialmente no período posterior.

O Sinte criou seu próprio *blog* e publicou a primeira postagem em 20 de maio de 2011, até o final daquele mês a maioria das regionais do Sinte também criou seus *blogs* e, assim, a comunicação digital na luta dos professores se multiplicou, evoluiu para outros canais e ferramentas digitais ao longo do tempo.

Enfim, o destaque e visibilidade de uma greve pode ser um fator fundamental de vitória ou derrota. Neste caso, talvez tenha sido um dos principais elementos da segunda opção. Se a greve de 2011 começou forte e foi se intensificando ainda mais dentro e fora das escolas diante dos erros táticos do governo, na correlação interna do Sinte foram crescendo as divergências existentes desde a sua fundação. Ainda que houve mutações no formato da composição das forças políticas internas do sindicato num primeiro momento, uma disputa mais equilibrada entre a Articulação Sindical (majoritária na CUT) e o campo mais radical do petismo, expulso e se rearticulou enquanto PSTU, enfraqueceu na correlação de forças internas, marcando a segunda fase de hegemonia da mesma tendência que também controla a CUT. Essa greve de 2011 veio a ocorrer num momento em que uma terceira força política interna se tornava viável e atuou na mediação nessa polarização, estando à frente do Sinte em seu segundo mandato, no entanto, sem ter maioria.

Essa correlação de forças tripolarizada do Sinte tornou-se um elemento importante de disputa no cenário de uma greve que contava com um conjunto de fatores favoráveis, desde as condições objetivas, o estilo de protesto, a adesão interna e o apoio da opinião pública. Assim, o desfecho final da greve poderia definir um desequilíbrio e possível hegemonia na correlação de forças internas da entidade. Essa queda de braço interna ficou explícita nos resultados das assembleias regionais de 4 e 5 de julho de 2011, quando 17 regionais comandadas pela Articulação Sindical e pelo movimento RC, que exercia o cargo de presidente do Sinte na pessoa da professora Alvet Bedin, decidiram pelo fim da greve, 11 regionais coordenadas pelas outras forças hegemônicas pelo PSTU e o chamado Independentes decidiram pela

continuidade, ainda que as regionais de Caçador e Jaraguá do Sul permaneceram sem decisão, refletindo-se na mesma proporção o resultado da assembleia de 18 de julho de 2011, que definiu pelo fim da greve. Esse resultado demarcou a nova correlação de forças internas do Sinte, que permaneceu até o momento atual e voltou a se repetir em movimentos de greve posterior à de 2011.

Tais considerações levam a uma avaliação contraditória sobre os resultados da greve de 2011, por um lado, foi uma greve vitoriosa, que obteve a grande parte das reivindicações, e a principal foi a implementação da lei do piso, além de ter sido um marco histórico da maior greve em quantidade de trabalhadores parados e mobilizados que se tem conhecimento na história de Santa Catarina; por outro lado, houve uma pressão pela continuidade da greve mesmo que daquele momento em diante incorresse na ilegalidade após a aprovação do PLC nº 456/2011, que atendeu parcialmente o pleito da categoria. Aqui cabe um jargão utilizado nos movimentos grevistas: “Uma paralisação você sabe como começa, nunca sabe como vai acabar”. A decisão de encerrar a greve estabeleceu uma nova clivagem na disputa entre os dirigentes, posicionamento de ataque e defesa na decisão do fim da greve, ou seja, o tema se tornou um ponto de divergência, tendo como consequência uma simbologia negativa.

Com esses elementos colocados, espera-se ter contribuído na construção de uma fundamentação metodológica de análise da greve do magistério catarinense em 2011, que permite analisar alguns desafios e considerações apreendidas neste estudo.

Considerações finais

Corroborando com o argumento de Thompson (1987) de que o fazer-se classe operária inglesa foi o acontecimento mais importante da história britânica, porém, a consciência de classe surge em tempos e lugares diferentes, mas nunca exatamente da mesma forma por se tratar de um fenômeno histórico que articula experiências reais vividas num determinado tempo e espaço, com a consciência de homens e mulheres que percebem sua identidade e valores em contraposição às outras classes com valores e interesses contrários aos seus.

A principal ferramenta de organização da classe trabalhadora é o sindicato, porém, de acordo com Hobsbawm (2000), houve fases diferentes do sindicalismo inglês que sofreram mutações numa relação dialética com o contexto da revolução industrial e as mudanças no sistema produtivo. Maior a distinção quando considerados outros países que passaram pelas fases iniciais do capitalismo, com suas peculiaridades políticas na França, Alemanha, Itália,

Espanha e assim por diante, quanto mais em países de industrialização tardia na América Latina e, particularmente, no Brasil.

No Brasil, o movimento sindical iniciou com os imigrantes, em maior número italianos, trazidos na condição de força de trabalho para as primeiras plantas industriais na capital da república, Rio de Janeiro, e depois para São Paulo, em meados do século XIX, e, na virada para o século seguinte, começaram a chamar a atenção as primeiras organizações e mobilizações dos trabalhadores. A fase seguinte foi marcada pelo sindicalismo de Estado (Boito Jr, 1991), sob controle e regulação estatal, composto majoritariamente por um perfil populista e assistencialista oriundo da cultura rural que se deslocou a grande massa de força de trabalho para a expansão industrial no Brasil ao longo do século XX (Bouto Jr, 1991; Rodrigues, 2009; Vianna, 1997).

O ano de 1978 foi um marco importante no desencadeamento do novo sindicalismo no Brasil, um sindicalismo autônomo e de confronto, resultando na construção da CUT e depois as centrais sindicais, passando por uma nova fase de redistanciamento das bases, burocratização e um estilo negocial ao longo dos anos de 1990 e após, especialmente na primeira década do século XXI, durante o governo Lula (Antunes, 2018).

É nesse contexto que os trabalhadores do serviço público, especialmente os da educação, começaram a se mobilizar inspirados pelas greves operárias do ABC paulista, e depois com a promulgação da Constituição de 1988 e a abertura do direito de greve e de sindicalização dos servidores do Estado. Imediatamente as associações e outras entidades protossindicais transformaram-se em sindicatos e passaram a escrever uma nova página na história do movimento sindical brasileiro.

Os profissionais da educação em Santa Catarina estavam organizados desde 1966, a Alisc já vinha organizando greves desde 1980, e se tornou um sindicato no dia seguinte à proclamação da Constituição, em 3 de outubro de 1988, data de fundação do Sinte.

O sindicato dos trabalhadores em educação de Santa Catarina traz peculiaridades na composição das suas forças internas jamais hegemônicas por uma mesma força política, porém, o sindicato sempre foi filiado à CUT desde a fundação da central, mesmo havendo divergências de posicionamentos, especialmente no período mais recente. Outra característica do Sinte é sua tradição de movimento grevista, tendo realizado 19 greves no período de 31 anos, entre 1980 e 2011.

Assim, a greve de 2011 se constituiu como um fato histórico na trajetória do Sinte, que durou 62 dias (a segunda mais extensa da história), entre 18 de maio a 18 de julho de 2011.

Essa greve se tornou um fato histórico porque contou com as condições objetivas mais favoráveis em comparação com a trajetória das lutas transcorridas até aquele momento, considerando as seguintes dimensões: economia favorável, ciclo de crescimento com distribuição de renda nacional, no qual o estado de Santa Catarina apresentava indicadores ainda mais positivos que a média brasileira; momento político propício, contava com a retaguarda de um governo federal oriundo do sindicalismo e atores políticos aliados diretos do Sinte em postos importantes para exercerem pressão política em favor da greve; pauta principal de mobilização foi o cumprimento da Lei do Piso Nacional de Salário do Magistério, que, além de ser uma reivindicação histórica, havia sido sacramentada legalmente na lei nº 11.738/2008 e contava com a legitimidade da opinião pública favorável.

Enfim, deflagrou-se uma greve contando com o cenário econômico e político favoráveis, apresentando uma pauta legal e legítima com apoio interno da categoria que alcançou o maior índice de paralisação da história das greves do Sinte e as maiores mobilizações em assembleia sindical da história de luta dos trabalhadores no estado de Santa Catarina, reforçado pelo apoio da opinião pública resultante de ações extraordinárias de diálogo com movimentos sociais, organizações no campo da educação e população em geral experimentadas historicamente pelo Sinte, mas também com um enquadramento inédito da principal empresa de comunicação do estado que percebeu no movimento grevista uma oportunidade de expansão da embrionária linguagem digital.

A greve de 2011 começou surpreendentemente fortalecida com índices de paralisação acima de 50%, de acordo com os dados oficiais do governo, que geralmente são defasados propositalmente, chegando a praticamente 100% de paralisação, motivados pela onda favorável do movimento, mas também pelo trabalho de base do sindicato, somado aos erros de negociação do governo, que teriam o efeito provocativo e que fez os professores reagirem com maior adesão. Assim foi até o início de julho de 2011, quando se aproximava o final daquele semestre letivo e o poder Executivo passou a jogar todas as forças e frentes para derrotar a greve.

Diante do principal impasse, a recusa do governo em incorporar a lei do piso na carreira e não apenas no vencimento inicial do nível mais baixo, o sindicato, avaliando a força da greve e as condições objetivas favoráveis, manteve-se firme no propósito de obter vitória completa da pauta e não abrir nem mesmo a incorporação das gratificações conquistadas em mobilizações anteriores.

O governo expôs o limite de suas concessões e parte do movimento grevista começou avaliar pragmaticamente a oportunidade de garantir o patamar de ganhos antes de correr o risco

de haver recuos, quando, nos dias 4 e 5 de julho de 2011, decidiram pelo fim da greve, 17 das 30 regionais, porém as outras 11 regionais votaram pela manutenção da greve e duas não tomaram posição.

Nesse momento o poder Executivo já havia protocolado sua proposta em formato de Projeto de Lei Complementar nº 026/2011, levando o foco do conflito para o Legislativo e impôs manobras regimentais extemporâneas para impor “a toque de caixa” uma derrota para os professores, passando o projeto em todas as comissões e votações em plenário num único dia. Nesse dia 13 de julho de 2011, a Alesc se transformou num campo de batalha, onde os professores ocuparam as galerias e todos os espaços dentro e fora do palácio Barriga Verde e o governo mobilizou o maior contingente de policiais de repressão, ocorrendo momentos de agressão e alta tensão, chegando ao resultado final com o projeto do governo aprovado por 28 votos favoráveis e oito contrários.

Essa decisão poderia tornar a greve ilegal, e cinco dias seguintes foram de muita tensão e conflito interno entre as forças sindicais que disputavam, historicamente, o Sinte, chegando até à assembleia que encerrou a greve no dia 18 de julho de 2011, num clima de clivagem que redefiniu a correlação de forças, e mesmo tendo conquistado partes importantes da pauta, pairou um clima simbólico de derrota da que foi a maior greve da história do Sinte.

Nos anos seguintes, o governo aprofundou o achatamento da tabela de vencimentos da carreira do magistério e trabalhou pela mudança da estrutura de pessoal dos professores catarinense, com forte tendência à precarização das relações de trabalho, que chegou a corresponder a metade do quadro de pessoal ACT em 2014.

Portanto, acredita-se que dessa greve em diante o Sinte vem tendo, e haverá de aprofundar sua resposta a novos desafios. Por exemplo, como lidar com o sistema de metabolismo social do capital (Antunes, 2009; 2018) com o avanço da precarização das relações de trabalho e resistência à lógica neoliberal de privatização e desregulamentação dos direitos? Como responder aos atuais mecanismos de alienação e estranhamento da consciência de classe, tanto pelas mutações das características da classe-dos-que-vivem-do-trabalho (Antunes, 2009; 2018) como os efeitos da alienação pelo consumo e colonização do mundo da vida, praticamente eliminando o limiar entre trabalho e tempo livre? Como responder às novas formas de linguagens caracterizadas pela quantidade e velocidade de informações contaminadas pela distopia da pós-verdade, descrença na ciência e nas instituições, exacerbação do individualismo e crescimento da intolerância? Como redefinir o foco organizativo do Sinte buscando um desenho que garanta o engajamento em múltiplos níveis desde a base até a

direção, reconfigurando as clivagens e a correlação de forças internas evitando que o modelo sindical do passado impeça o sindicato de se transformar numa organização mais aberta ao diálogo e solidariedade de classe ampliada, atuando cada vez mais em conjunto com os novos movimentos sociais e utilizando diversas ferramentas de protesto além da greve?

Com isso espera-se que se tenha contribuído com a construção de uma narrativa que buscou analisar a totalidade dos fatores que influenciaram a greve do magistério catarinense no ano de 2011, mas reconhece-se os limites desse tipo de análise que, certamente, será complementada, até mesmo contestada por outros estudos vindouros.

Referências bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. *O que é sindicalismo*. 18. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

_____. *Adeus ao trabalho?* Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. *O que é sindicato?* 18. ed. ver. e atual. São Paulo - SP: Brasiliense, 2003.

_____. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. *O privilégio da escravidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo (Org.). *Da crise da sociedade do trabalho à nova morfologia do trabalho. Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 83, 2009.

ASTELLS, M. *A sociedade em rede: a era da informação - economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1.

AZEVEDO, Fernando et al. *Manifestos dos pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores 1959*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 2010.

BADARO, Marcelo. *Novos e velhos sindicalismos no Brasil*. Tese (Doutorado em História) - UFF, 1998.

BASSI, Marcos Edgar; BOLLMANN, Maria da Graça Nóbrega. O piso salarial profissional nacional, a política de fundos e o vencimento dos profissionais do magistério público estadual de educação básica de Santa Catarina. *Jornal de Políticas Educacionais*, v. 9, n. 17-18, p. 198-210, jan./jun.; ago./dez. 2015.

BAUMAN, Zygmund. *A vida para o consumo: a transformação das pessoas em mercadoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BERNARDES, Matheus Pinho. Análise de uma greve em andamento: o caso do magistério catarinense. *Passa Palavra*, 17 jun. 2011. (on-line).

BOITO Jr. Armando. *O sindicalismo de estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical*. São Paulo: Editora Unicamp/Hucitec, 1991.

_____. *Sindicalismo e política neoliberal no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2000. (editorial).

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, È. *Le nouvel esprit du capitalisme*. Paris: Gallimard, 2000.

_____. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BOURDIEU, Pierre. *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 2008.

_____. *O poder simbólico*. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

BRASIL. LEI nº 9.394, de 20.12.96, Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário da União*, ano CXXXIV, n. 248, 23 dez. 1996.

_____. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 8 maio 2019.

_____. *Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007*. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111494.htm>. Acesso em: 8 maio 2019.

_____. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996a*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 8 maio 2019.

_____. *Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996b*. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, par. 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9424.htm>. Acesso em: 8 maio 2019.

_____. *Piso salarial dos professores tem reajuste e sobe para R\$ 2.298,80 em 2017*. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2017/01/piso-salarial-dos-professores-tem-reajuste-e-sobe-para-2-298-em-2017>>. Acesso em: 8 maio 2019.

_____. *Proposta de Emenda Constitucional nº 55, de 2016c*: PEC do Teto dos Gastos Públicos. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/127337>>. Acesso em: 8 maio 2019.

_____. MEC. INEP. *Relatório Educação para Todos no Brasil 2000-2015*. Brasília: MEC/INEP, 2014. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15774-ept-relatorio-06062014&Itemid=30192. Acesso em: 15 maio 2019.

CABRAL, M. V. *Proletariado: o nome e a coisa*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1983.

CALDAS, Paula da Silva. O Paradigma dos novos movimentos sociais para a defesa dos direitos da criança e do adolescente – breves análises. *Sociedade em Debate*, Pelotas, p. 69-78, jul./dez. 2012.

CAMPOS, Marcelo Soares. *A ação política do magistério público estadual de Santa Catarina no período de 1990 a 2000: uma reflexão sobre a atuação do Sinte*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2004.

CANÁRIO, Rui. *A escola tem futuro? Das promessas às incertezas*. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CANCLINI, Nestor García. *Culturas híbridas*. São Paulo: Editora da USP, 2000.

CARDOSO, Ana Claudia Moreira. *Tempo de trabalho, tempo de não trabalho: negociações e vivências nos planos macro e micro - o caso do Brasil e da Volkswagen do Brasil*. Disponível em: <http://www.icesi.edu.co/ret/documentos/Ponencias%20pdf/035.pdf>. Acesso em: 15 maio 2019.

CASTELLS, Manoel. *Fim de milênio*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHARAUDEAU, Patrick. *A conquista da opinião pública: como o discurso manipula as escolhas políticas*. São Paulo: Contexto, 2016.

CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Concepção, Estrutura e Organização Sindical. *Fascículo de Programa de Formação do CNTE*. Org. educadores da ECO/CUT, 3. ed. Brasília, n. 4, 2014.

Diário Catarinense, 17 maio 2011. Disponível em: <http://wp.clicrbs.com.br/diariodooeste/2011/05/17/?topo=2,1,1&status=encerrado>. Acesso em: 15 maio 2019.

ESCANDIUZZI, Fabrício. *SC: professores tentam invadir Plenário da Assembleia Legislativa*. Disponível em: <https://escandiuzzi.wordpress.com/2011/01/>. Acesso em: 15 maio 2019.

FERNANDES, Florestan. Objetivos da campanha em defesa da escola pública. In: BARROS, Roque Spencer Maciel de. *Diretrizes e Bases da Educação*. São Paulo: Pioneira, 1960. p. 186.

FERRAZ, Marcos. Sindicalismo docente no Brasil: elementos para uma análise. In: BARBOSA, Andréa Gouveia; FERRAZ, Marcos (Org.). *Educação e conflito: luta sindical docente e novos desafios*. Curitiba: Appris, 2012. p. 17-45.

Folha de São Paulo. Saiba por que o governador de SC pode ser afastado. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/10/08/brasil/22.html>.

FORTES, Alexandre. O processo histórico de formação da classe trabalhadora: algumas considerações. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 59, p. 587-606, set./dez. 2016.

FRANÇOSI, Vanusa. *Santa Catarina: greve do magistério ganha...* Portal da CUT, 20 de maio de 2011. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/santa-catarina-greve-do-magisterio-ganha-as-ruas-com-90-de-adesao-f6ea>. Acesso em: 15 maio 2019.

FREITAS, Michele M. S. *Economia de Santa Catarina*. Portal Infoescola, 2017. Disponível em: <https://www.infoescola.com/santa-catarina/economia-de-santa-catarina/>. Acesso em: 15 maio 2019.

GADOTTI, Moacir. Estado e sindicalismo docente: 20 anos de conflitos. *Revista Edusp*, São Paulo, dez. 1996.

GINDIN, Julián. Sindicalismo dos trabalhadores em educação: tendências políticas e organizacionais (1978-2011). *Periódico Educar em Revista*, Curitiba: Editora UFPR, n. 48, p. 75-92, abr./jun. 2013.

GOETTERT, Jones Dari. *Introdução a história do movimento sindical*. 3. reimp. Brasília, DF: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, 2014.

GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais e paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997.

_____. Movimentos sociais na contemporaneidade. *Revista Brasil Educação*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 47, mai./ago. 2011.

GOUVEIA, Andréa Barbosa; FERRAZ, Marcos Alexandre dos Santos. Sindicalismo docente e política educacional: tensões e composições de interesses corporativos e qualidade da educação. *Educar em Revista*. Dossiê sindicalismo docente: experiências, limites, desafios e perspectivas, n 48, p. 111-124, abr./jun. 2013.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. 15. ed. São Paulo: Loyola, 2006.

HOBBSBAWM, Eric J. *Os trabalhadores: estudo sobre a história do operariado*. Trad. Marina Leão Teixeira Viriato Medeiros. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. *Serviço social no tempo do capital fetiche*. São Paulo: Cortez, 2008.

IBGE. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censos 2010*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/servidor_arquivos_est/>. Acesso em: 20 jun. 2019.

_____. *Em 2011, PIB cresce 2,7% e totaliza R\$ 4,143 trilhões*. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/14184-asi-em-2011-pib-cresce-27-e-totaliza-r-4143-trilhoes>. Acessado em: 15 maio 2019.

KANT, Immanuel. *Resposta à pergunta: o que é esclarecimento?* Petrópolis: Vozes, 1985.

_____. *Sobre a pedagogia*. Trad. Francisco Cock Fontanella. Piracicaba: Editora da Unimep, 1996.

KAPUZINIAK, Célia. História da LDBs. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL, V. Campinas, 2001.

LEMES, Lucirlene Pertuzatti. *A organização político-sindical dos profissionais da educação do oeste de Santa Catarina: o Sinte - regional de Maravilha (1988-2006)*. 2007. 144 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, 2007.

LIRA, Alexandre Tavares do Nascimento. A campanha em defesa da escola pública: mobilização social no debate da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, IV. *Anais...* Maringá (PR), set. 2019. p. 1499/1509.

MASI, D. *A sociedade pós-industrial*. São Paulo: Senac, 1999.

MOLINA, Helder. *Capitalismo, sindicalismo e educação dos trabalhadores: uma análise da política nacional de formação da CUT*. Dissertação (Mestrado em Educação) - UFF, 2003.

MOLL, Jaqueline. *História de vida e história de escolas*. Elementos para uma pedagogia da cidade. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. *Ciclos na escola, tempos na vida e os tempos da vida nos tempos da escola*. Criando possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2004.

_____. *Caminhos da educação integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos*. Porto Alegre: Artmed, 2012.

MENEZES, Flávia, F. J. A liberdade sindical e a negociação coletiva dos servidores públicos. *Revista de Direito do Trabalho*, v. 171, set./out. 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). *Pesquisa social*. Teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

NÓVOA, A. Os professores na virada do milênio: do excesso dos discursos à pobreza das práticas. *Revista Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 11-20, 1999.

OLIVEIRA, Elisângela Magela. Transformações no mundo do trabalho, da revolução industrial aos nossos dias. *Revista Caminhos de Geografia*, Universidade Federal de Uberlândia, v. 5, fev. 2004.

PALUDO, José Roberto. *Indicadores de desenvolvimento do estado de Santa Catarina no Século XXI* (prelo).

PEREIRA, Moacir. *A história da greve dos professores*. Florianópolis: Insular, 2011.

PILETTI, Nelson; ROSSATO, Geovanio. *Educação básica: da organização legal ao cotidiano escolar*. São Paulo: Ática, 2010.

PIMENTA, Felipe. *A ideia do bem e da paideia no pensamento de Platão*. Filosofia e Literatura. São Paulo, 2014.

POCHMANN, Marcio; MORAES, Reginaldo. *Capitalismo, classe trabalhadora e luta política no início do século XXI: experiências no Brasil, Estados Unidos, Inglaterra e França*. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2017.

- PRIGOGINE, Ilya. *O fim das certezas: tempo, caos e as leis da natureza*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.
- PUDAL, Bernard. Los enfoques teóricos y metodológicos de la militância. *Revista de Sociologia*, Porto Alegre, n. 25, p. 17-35, 2011.
- QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva, 1992.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. *Trabalhadores, sindicatos e industrialização* [on-line]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. 169 p.
- ROLLEMBERG, Denise. *Movimento sindical no Brasil*. Rio de Janeiro, 1998 (mimeografado).
- ROSSO, Sadi Dal Rosso; CRUZ, Hélvia Leite; RÊSES, Erlando da Silva. Condições de emergência do sindicalismo docente. *Revista Pro-Posições*, Campinas, v. 22, n. 2, p. 111-131, maio/ago. 2011.
- SANTOS, J. F. *O que é o pós moderno*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- SANTOS, Hamilton. Imigração e anarquismo no movimento operário durante a Primeira República. *Revista Estudos Libertários*, UFRJ, v. 1, n. 2, 2º sem., 2019.
- SECO, Ana Paula; AMARAL, Tania Conceição Iglesias do. *Marquês de Pombal e a reforma educacional brasileira*. 2012. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/periodo_pombalino_intro.html>. Acesso em: 26 mar. 2017.
- SEGATTO, Jose A. *História do movimento sindical no Brasil*. Rio de Janeiro, 1990. (Mimeografado).
- SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- SINDICATO dos Trabalhadores do Serviço Público Federal no Estado da Bahia. *Um breve resgate da história do sindicalismo no Brasil*. Publicado em 25 de março de 2010. Disponível em: <http://afbecacoragem.blogspot.com/2010/03/um-breve-resgate-da-historia-do.html>. Acesso em: 30 mar. 2019.
- SOUZA, Diego Manoel de. *Professores da rede estadual de Santa Catarina: organização, mobilização e lutas durante a década de 1980*. Trabalho de Conclusão de Curso, Licenciatura e Bacharelado no curso de História da Universidade do Extremo Sul Catarinense, 2012.
- SPINELLI, Miguel. *Questões fundamentais da filosofia grega*. São Paulo: Loyola, 2006.
- SPMOLINA, Helder. *Breve história das lutas e concepções políticas dos trabalhadores no Brasil*. Texto para curso de Formação Sindical. Rio de Janeiro: SINDPD, 1999.
- STANDING, Guy. *O precariado: a nova classe perigosa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.
- TEIXEIRA, Anísio. *Biblioteca virtual Anísio, IBICT*. Disponível em: <http://www.bvanisioiteixeira.ufba.br/artigos/siqueira.htm>. Acesso em: 20 abr. 2019.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v. I.

_____. *A formação da classe operária inglesa: a maldição de Adão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v. II.

_____. *A formação da classe operária inglesa: a força dos trabalhadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v. III.

TUMOLO, Paulo Sérgio. O novo padrão de acumulação de capital e a formação sindical da Central Única dos Trabalhadores. *REDES*, Santa Cruz do Sul, v. 3, n. 1, p. 65-84, jul. 1998.

VIANNA, Luiz Werneck. Estudos sobre o sindicalismo e o movimento operário: resenha de algumas tendências. ANPOCS. Lua Nova: *Revista de Cultura e Política*, São Paulo, v. 22, dez. 1990.

Anexos

Anexo 1

Lei Complementar nº 539, de 18 de julho de 2011

Procedência: Governamental Natureza: PLC/0026.6/2011 DO: 19.132 de 19/07/11.

Alterada pela LC 592/13 Revogada parcialmente pela LC 668/15.

Modifica o valor de vencimento, altera gratificações, absorve e extingue vantagens pecuniárias dos membros do Magistério Público Estadual, ativos e inativos, e estabelece outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica fixado nos termos do Anexo Único desta Lei Complementar, nos respectivos níveis e referências, o valor do vencimento para os cargos de carreira integrantes do Quadro de Pessoal do Magistério Público Estadual com regime de 40 horas semanais.

Parágrafo único. O vencimento do professor com regime de 30, 20 e 10 horas semanais de trabalho, é fixado, respectivamente Art. 1º Fica fixado nos termos do Anexo Único desta Lei Complementar, nos respectivos níveis e referências, o valor do vencimento para os cargos de carreira integrantes do Quadro de Pessoal do Magistério Público Estadual com regime de 40 horas semanais. *Parágrafo único.* O vencimento do professor com regime de 30, 20 e 10 horas semanais de trabalho, é fixado, respectivamente, em 75% (setenta e cinco por cento), 50% (cinquenta por cento) e 25% (vinte e cinco por cento), dos valores constantes no Anexo Único desta Lei Complementar. (Revogado pela LC 668, de 2015).

Art. 2º O percentual referido no art. 6º da Lei Complementar nº 1.139, de 28 de outubro de 1992, passa a corresponder aos seguintes percentuais: I - 1,5% (um vírgula cinco por cento), por aula, a partir de 1º de maio de 2011; II - 1,8% (um vírgula oito por cento), por aula, a partir de 1º de agosto de 2011; e, III - 2,5% (dois vírgula cinco por cento), por aula, a partir de 1º de janeiro de 2012. (Revogado pela LC 668, de 2015).

Art. 3º A gratificação de que dispõe o art. 10 da Lei nº 1.139, de 1992, paga aos ocupantes do cargo de Professor que atuam nas séries iniciais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Educação Especial, passa a vigorar com os seguintes percentuais, incidentes sobre o vencimento do cargo efetivo, da seguinte forma: I - 25% (vinte e cinco por cento), a partir de 1º de maio de

2011; II - 30% (trinta por cento), a partir de 1º de agosto de 2011; e III - 40% (quarenta por cento), a partir de 1º de janeiro de 2012.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto neste artigo aos ocupantes de cargos do Grupo Magistério, à disposição da Fundação Catarinense de Educação Especial e em exercício nas Escolas Especiais 18/04/2020 LEI COMPLEMENTAR Nº 539, de 18 de julho de 2011 leis.alesc.sc.gov.br/html/2011/539_2011_Lei_complementar.html 2/4 administradas pelas Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais, nas funções de Diretor, Orientador Pedagógico e Secretário. (Revogado pela LC 668, de 2015).

Art. 4º A gratificação de que dispõe o art. 11 da Lei nº 1.139, de 1992, paga aos ocupantes do cargo de Professor que atuam nas séries finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, passa a vigorar com os seguintes percentuais, incidentes sobre o vencimento do cargo efetivo, da seguinte forma: I - 17% (dezesete por cento), a partir de 1º de maio de 2011; II - 20% (vinte por cento), a partir de 1º de agosto de 2011; e III - 25% (vinte e cinco por cento), a partir de 1º de janeiro de 2012. (Revogado pela LC 668, de 2015).

Art. 5º A gratificação de que dispõe o art. 12 da Lei nº 1.139, de 1992, paga aos ocupantes do cargo de Especialista em Assuntos Educacionais, Consultor Educacional, Assistente Técnico Pedagógico e Assistente de Educação, passa a vigorar com os seguintes percentuais, incidentes sobre o vencimento do cargo efetivo, da seguinte forma: I - 15% (quinze por cento), a partir de 1º de maio de 2011; II - 20% (vinte por cento), a partir de 1º de agosto de 2011; e III - 25% (vinte e cinco por cento), a partir de 1º de janeiro de 2012. (Revogado pela LC 668, de 2015).

Art. 6º Aplica-se o disposto no art. 4º desta Lei Complementar aos membros do Magistério Público Estadual lotados e/ou em exercício no órgão central da Secretaria de Estado da Educação, na Fundação Catarinense de Educação Especial e nas Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional, nos termos da Lei Complementar nº 284, de 28 de fevereiro de 2005.” (NR)

Parágrafo único. Ficam convalidados os pagamentos efetuados com base no disposto neste artigo. (Redação alterada pela LC 592/13). (Revogado pela LC 668, de 2015).

Art. 7º Fica assegurado o disposto nos arts. 3º, 4º e 5º desta Lei Complementar ao membro do Magistério Público Estadual inativo, desde que tenha incorporado nos proventos de aposentadoria o direito à percepção das gratificações referentes ao efetivo exercício das funções do cargo. (Revogado pela LC 668, de 2015).

Art. 8º O percentual de aumento concedido ao vencimento dos cargos de carreira integrantes do Quadro de Pessoal do Magistério Público Estadual não incidirá sobre a Vantagem

Nominalmente Identificável instituída pela Lei Complementar nº 83, de 18 de março de 1993.
18/04/2020 LEI COMPLEMENTAR Nº 539, de 18 de julho de 2011
leis.alesc.sc.gov.br/html/2011/539_2011_Lei_complementar.html ¾.

Art. 9º Ficam absorvidas e extintas pelo aumento no valor do vencimento previsto no Anexo Único desta Lei Complementar: I - a vantagem denominada Complemento ao Piso Nacional do Magistério - CPNM, prevista no art. 4º da Lei Complementar nº 455, de 11 de agosto de 2009; II - o Prêmio Educar previsto nos arts. 1º e 2º da Lei nº 14.406, de 09 de abril de 2008; III - o Prêmio Jubilar previsto nos arts. 1º e 2º da Lei nº 14.466, de 23 de julho de 2008.

Art. 10. Fica garantido o pagamento total dos dias parados por greve aos professores que firmarem compromisso de reposição integral das aulas conforme calendário escolar. *Parágrafo único.* Este pagamento será feito no tempo máximo de três dias após a publicação desta Lei Complementar.

Art. 11. Ficam revogados: I - o art. 26 da Lei nº 1.139, de 28 de outubro de 1992; II - o art. 39 da Lei nº 1.139, de 28 de outubro de 1992; III - o art. 6º da Lei nº 9.847, de 15 de maio de 1995; IV - o art. 7º da Lei nº 9.847, de 15 de maio de 1995; V - o art. 2º da Lei nº 9.860, de 21 de junho de 1995; VI - a Lei nº 9.888, de 19 de julho de 1995; VII - o art. 2º da Lei Complementar nº 304, de 04 de novembro de 2005; e VIII - o art. 28 da Lei Complementar nº 456, de 11 de agosto de 2009.

Art. 12. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a contar de 1º de maio de 2011.

Florianópolis, 18 de julho de 2011

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

Anexo 2

Fotos da greve de 2011.











Emitido em 25/11/2020

DISSERTAÇÃO Nº 18/2020 - PPGH - CH (10.17.08.05.01.09.08.04)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 25/11/2020 14:44)

ANDERSON JOSE GUI SOLPHI

TECNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS

CAPPG - CH (10.17.08.05.01.09.08)

Matrícula: 1905983

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.uffs.edu.br/documentos/> informando seu número: **18**, ano: **2020**, tipo: **DISSERTAÇÃO**, data de emissão: **25/11/2020** e o código de verificação: **51bc5880d4**